

REVISTA DA ASSEMBLEIA

Ano 2021

PRÊMIO UNALE

BICAMPEÕES A GENTE
FAZ AQUI

RECORDE

A TODO VAPOR

OFF-ROAD

TURISMO DE AVENTURA

GAROTO- PROPAGANDA

MUITO PRAZER, EU SOU O LEGIS

CULTURA

ALIMENTO DA ALMA





ALBERT DICKSON



CORONEL AZEVEDO



CRISTIANE DANTAS



DR. BERNARDO



EUDIANE MACEDO



EZEQUIEL FERREIRA



FRANCISCO DO PT



GALENO TORQUATO



GEORGE SOARES



GETÚLIO RÊGO



GUSTAVO CARVALHO



HERMANO MORAIS



ISOLDA DANTAS



JACÓ JÁCOME



JOSÉ DIAS



KELPS LIMA



KLEBER RODRIGUES



NELTER QUEIROZ



RAIMUNDO FERNANDES



SOUZA



SUBTENENTE ELIABE



TOMBA FARIAS



UBALDO FERNANDES



VIVALDO COSTA



JUNTOS PODEMOS MUITO

A pandemia tem sido um momento difícil para a humanidade. A Covid-19 se mantém como tema preponderante. Como disse certa vez: já percebemos que não voltaremos mais ao que éramos. O mundo mudou. A sociedade mudou. O Legislativo mudou. Ninguém poderia imaginar seus efeitos e consequências. Superar este momento é um desafio imenso. Um período inédito, que exige muito de nós gestores. Tudo que buscamos é que a rotina seja reestabelecida. Sabe-se que não é fácil, mas juntos seguimos.

É bem verdade que estamos numa situação de controle do vírus e de retomada. Mas é preciso cuidado com o otimismo excessivo. A flexibilização do isolamento social não quer dizer que já vencemos a Covid-19. Estamos no desafio do “novo normal” que requer muito mais que uma adaptação do velho a este novo momento. Precisamos, em momento de crise, agir com superação e muito mais esforço para estendermos a mão e oferecermos apoio a quem mais precisa.

Neste 2021, o 186º ano da história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, novamente, foi desafiador, mas não relutamos em agir e vocês podem conferir nesta 7ª edição da revista de prestação de contas do Poder Legislativo Estadual. Aqui tem uma mostra das ações dos 24 deputados da 62ª Legislatura que será concluída em 2022. Importante ressaltar que não

tem faltado esforço para se alcançar o objetivo de amparar aos mais necessitados e mudar para melhor a assistência para quem carece do suporte do Estado.

Temos milhares de pais e mães aflitos com seus filhos e filhas que necessitam recuperar dois anos de ensino e aprendizagem. É importante escutar as necessidades desse público e encontrar soluções viáveis para a ampliação dos níveis educacionais em nosso Estado. Isto para citar o desafio da Educação. Na área da Saúde Pública o apoio ao Sistema Único de Saúde (SUS) ficou ainda mais necessário depois do êxito do sistema no combate à pandemia. Ampliar a assistência em todas as regiões do Estado, mantendo leitos de UTI nestas localidades faz parte de esforço. Além de interiorizar o atendimento nas mais diversas especialidades, sempre buscando a racionalização do financiamento do SUS.

Qualificar a mão de obra, incluir os informais em sistemas de proteção social e dar prioridade à educação são os caminhos apontados por especialistas para estimular a criação de vagas de emprego pós-pandemia. Temos que trabalhar para termos este cenário o quanto antes, de retomada para a empregabilidade e geração de renda, principalmente para os mais carentes.

O emprego com carteira tem reagido, segundo dados do Ca-

dastrado Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Mas não se deve perder de vista uma taxa de desemprego no patamar de 13 milhões de pessoas à procura de emprego e 40% de informalidade. Muito embora os números de emprego formal são melhores neste ano — de pleno impacto da pandemia do novo coronavírus sobre a economia — do que há pouco tempo, quando o Brasil foi levado à recessão. Em abril foram perdidos mais de 900 mil empregos. Em maio, 360 mil empregos. Em junho, 20 mil. Em julho foram criados 140 mil empregos; em agosto, 244 mil empregos e, em setembro, mais de 300 mil. Ou seja, há uma sinalização por três meses seguidos de mudança de cenário e de recuperação da economia.

Alinhados ao cenário, os deputados contribuíram com a retomada. De minha parte trabalhei em matérias e leis para impactar positivamente a economia potiguar que tem no turismo seu principal sustentáculo. Posso citar a regulamentação da atividade de off-road, a criação da Rota do Gostoso e lei das Micro e Pequenas Empresas que proporcionaram segurança jurídica e garantia de investimentos em nosso Estado.

Não foi um trabalho solitário. Longe disto. Foi e tem sido um trabalho coletivo dos 24 deputados e de

outras pessoas. Aqui na Assembleia Legislativa, independente de bancada ou cor partidária, formamos um exército por dever. Trabalhamos como num esforço de guerra por entender o nosso papel de responder a uma pergunta que é de todos nós: o que você fez por mim na crise? Aprovamos leis, através do trabalho dos 24 deputados, que beneficiaram pessoas com deficiência, lei contra violência doméstica, lei contra o bullying virtual, lei que estabelece atividade educacional como essencial, inclusão do profissional fisioterapeuta em UTIs, assistência às famílias vítimas da Covid-19, facilidades de crédito para o homem do campo, ações de fomento à cultura, agricultura familiar e garantia do fornecimento de água nas mais diversas regiões. Ações que podem ser conferidas nesta edição e acompanhadas nas redes sociais da Assembleia Legislativa, dos deputados estaduais e pela TV Assembleia.

Além disso, temos cumprido nossas responsabilidades de legislar, fiscalizar e julgar as contas do Poder Executivo. Tudo de modo muito republicano e transparente. Têm sido dias transformadores, desafiadores, mas que não nos impede de agir e buscar cumprir a missão de promover o bem comum através da política. Juntos podemos muito.

EZEQUIEL FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

SUMÁRIO





36



78



74



28

3 PALAVRA DO PRESIDENTE

6 CELERIDADE

PELO BEM COMUM

8 RECORDE

A TODO VAPOR

10 AGORA É LEI

DIREITOS ASEGURADOS

12 OFF-ROAD

TURISMO DE AVENTURA

14 MICRO E PEQUENA EMORESA

DESENVOLVIMENTO DO RN

16 PRÊMIO UNALE

BICAMPEÕES A GENTE FAZ AQUI

18 ERA DIGITAL

REFERÊNCIA TECNOLÓGICA

20 GAROTO-PROPAGANDA

MUITO PRAZER, EU SOU O LEGIS

22 DOAÇÃO DE SANGUE

UM GESTO PELA VIDA

24 INTERAÇÃO

INFORMAÇÃO INTUITIVA

26 LEI MARIA DA PENHA

AVANÇOS E DESAFIOS

28 CULTURA

ALIMENTO DA ALMA

30 PORTAS ABERTAS

AMPLIANDO DEBATES

32 ALA DAS COMISSÕES

NOVA ESTRUTURA

34 POLÍCIA PENAL

MAIS SEGURANÇA

36 CPI DA COVID

DEVER DE FISCALIZAR

38 CPI DA ARENA

APURANDO IRREGULARIDADES

40 CONCURSO DA ALRN

QUADRO EFETIVO

42 CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

CIDADANIA E DEMOCRACIA

44 REGIMENTO INTERNO

RESPALDO AO LEGISLATIVO

46 ESCOLA DA ASSEMBLEIA

ALÉM DA SALA DE AULA

48 EFICIÊNCIA

NÚMEROS COMPROVAM

50 LEIS POTIGUARES

NA PALMA DA MÃO

52 SUPERAÇÃO

ALÉM DA EXPECTATIVA

56 OBRAS HÍDRICAS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS

58 TELECOMUNICAÇÃO

TECNOLOGIA 5G

60 TV ASSEMBLEIA

ALTA RESOLUÇÃO

62 BEM-ESTAR

APOIO AO SERVIDOR

64 MEMÓRIA VIVA

HISTÓRIA QUE SE RENOVA

66 DEFESA DO CONSUMIDOR

DIREITOS E GARANTIAS

68 VACÂNCIA

RENOVAÇÃO PARLAMENTAR

70 RELATÓRIO DE GESTÃO

AÇÃO TRANSPARENTE

72 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

MACRODESAFIOS, INDICADORES E METAS

74 FRENTE PARLAMENTAR

BANDEIRAS ESPECÍFICAS

76 ORÇAMENTO

STATUS: APERFEIÇOANDO

78 ENERGIA EÓLICA

VENTOS A FAVOR

80 ENCONTRO DE PROCURADORES

FORTALECENDO A ADVOCACIA LEGISLATIVA

82 RN EM FOTOS

86 PRODUÇÃO LEGISLATIVA

87 SERVIÇOS LEGISLATIVOS

88 LINHA DO TEMPO

92 SERVIDORES QUE FAZEM A ASSEMBLEIA

94 FRASES DOS DEPUTADOS

REVISTA DA ASSEMBLEIA



**DIRETORA DE
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**
MARÍLIA ROCHA

**DIRETOR DE REPRESENTAÇÃO
INSTITUCIONAL**
RODRIGO RAFAEL

Edição
ALEXANDRE MULATINHO
CAMILO TORQUATO
GERLANE LIMA

TEXTOS
ALDEMAR ALMEIDA, ANA RAFAELA
CATUNDA, ANNA KARLLA FONTES, CÍNTIA
BRAGA, DANILO SÁ, DENISE SANTOS,
GABRIELA FREIRE,
JÚLIO PINHEIRO, THAISA GALVÃO
E MATHEUS FERNANDES.

FOTOS
EDUARDO MAIA
JOÃO GILBERTO

FOTOS CEDIDAS
CANINDÉ SOARES

REVISÃO
PROF. JOÃO MARIA DE LIMA
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
ART&C COMUNICAÇÃO INTEGRADA



CAPA

Foto
JOÃO GILBERTO

PROJETO GRÁFICO
ART&C
COMUNICAÇÃO
INTEGRADA

PELO BEM Comum

DEPUTADOS APROVAM NORMAS COM EFEITOS IMPORTANTES NA PANDEMIA PARA BENEFICIAR POTIGUAR E APERFEIÇOAR SERVIÇOS NO ESTADO

O Poder Legislativo também atuou de maneira assertiva em ações relacionadas à ocupação de cargos na gestão pública



A defesa pelos interesses da sociedade potiguar é a função primordial da Assembleia Legislativa, seja legislando ou fiscalizando as ações do Poder Executivo. Em 2021, ainda com a pandemia do novo coronavírus afetando a vida da população, o Poder Legislativo atuou de maneira célere para amenizar os efeitos e garantir a manutenção de serviços aos Norte-rio-grandenses. Porém, outras áreas importantes também tive-

ram a atenção com a apresentação de projetos que se transformaram em leis importantes para o Estado.

Com as dificuldades financeiras causadas pelas restrições na pandemia, os deputados do Rio Grande do Norte propuseram e aprovaram a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse, despejos e remoções judiciais durante o período de restrições impostas pelas autoridades sanitárias. O

autor da proposta, deputado Ubaldo Fernandes (PL), argumentou que a paralisação dos serviços e comércio prejudicou a renda de milhares de famílias, que passaram a ter ainda mais dificuldades para pagar aluguel, prestações de casa e taxas condominiais. A lei foi sancionada e beneficiou a população afetada, assim como outras normas propostas pelos parlamentares, que impediram desligamento no fornecimento de



energia e água, ampliaram serviços de maneira remota e colaboraram para que não faltassem recursos no enfrentamento à Covid-19.

Contudo, não foi somente no combate aos efeitos da pandemia que o Legislativo atuou. Ainda na área de saúde, os deputados estaduais aprovaram a obrigatoriedade para que clínicas e hospitais públicos e privados do Rio Grande do Norte notifiquem o conselho tutelar sobre os casos de suspeita ou confirmação de gravidez em crianças e adolescentes menores de 14 anos. A proposta, de autoria do deputado Dr. Bernardo (MDB), tem como principal objetivo garantir assistência a essas jovens na área social e de saúde.

Também sobre assistência, o Poder Legislativo formulou lei que institui política de proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista no RN. Proposta pelo presidente da Assembleia, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), a norma sancionada determina que a nova política seja pautada no “desenvolvimento das ações de atendimento aplicáveis através da intersectorialidade entre a saúde, educação e assistência social, procurando celebrar convênios com as Universidades Federais e Estaduais e outras instituições como fundações e associações, sempre que possível”.

Com a lei, fica estabelecido que o Rio Grande do Norte deve utilizar profissionais, estudantes e professores das instituições de ensino superior para auxiliar na formação

de profissionais aptos a diagnosticar e tratar o transtorno do espectro autista precocemente por meio de cursos, palestras e programas de incentivo profissional em diferentes níveis. Além disso, também é obrigação do Poder Executivo garantir parcerias com as instituições de ensino para a promoção de cursos, assim como promover a inclusão dos estudantes autistas nas classes comuns de ensino regular com o apoio e as adaptações necessárias da tecnologia da educação e incentivar a formação e a capacitação de profissionais especializados na pesquisa e no atendimento na área.

EMPREGOS PÚBLICOS

O Poder Legislativo também atuou de maneira assertiva em ações relacionadas à ocupação de cargos na gestão pública. Os deputados trataram de garantir o ingresso no serviço público a aprovados em concursos, assim como também estabeleceram regras para evitar que criminosos ocupem cargos comissionados na administração pública estadual.

Para tanto, a Casa aprovou o projeto de Lei que suspendeu todos os prazos relativos aos concursos públicos realizados no Rio Grande do Norte, em razão da pandemia do Covid-19. A proposta foi da deputada estadual Isolda Dantas (PT), que teve ainda emenda do deputado Ubaldo Fernandes (PL), aplicando a retroatividade para os concursos públicos a partir de 19 de março de 2020, data do decreto de calamidade pública pela Organização Mun-

dial de Saúde (OMS). Com a lei, os aprovados ou que estão cumprindo fases de concursos públicos não ficaram prejudicados com as restrições impostas pela pandemia.

Ainda sobre a gestão, os deputados estaduais estabeleceram uma regra básica para o ingresso em cargo comissionado no serviço público estadual: não ter sido condenado por crime contra operadores de segurança pública e do Instituto Técnico-Científico de Perícia (Itep/RN). A iniciativa do deputado Coronel Azevedo (PSC) logrou êxito e teve a sanção do Governo do Estado. Dessa forma, ninguém condenado por crime, tentado ou consumado, contra a vida, contra a liberdade ou de lesão corporal de agentes da segurança pública poderá assumir cargo comissionado em qualquer Poder no estado.

Além dessa vedação, pessoas que tenham sido condenadas por racismo também estão impedidas de ocupar quaisquer cargos comissionados no serviço público, seja nos Poderes Executivo, Judiciário ou Legislativo. A iniciativa foi do deputado Francisco do PT e também recebeu sanção do Governo.

ÁGUA

Os deputados estaduais também foram assertivos na discussão, elaboração e aprovação da proposta que instituiu as microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste e do Litoral-Seridó do estado. O projeto, que foi analisado e aperfeiçoado pelos deputados, foi aprovado por ser considerado imprescindível para

que municípios pequenos, com o novo Marco Legal do Saneamento, tenham tanto direito ao acesso de recursos federais, quanto os municípios maiores. A aprovação da matéria evitou que 139 municípios do Estado ficassem de fora da lista de beneficiários.

A lei institui duas microrregiões: a Central-Oeste e Litoral-Seridó. Com estas estruturas será possível assegurar recursos da União para investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. A microrregião terá natureza jurídica de autarquia governamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público.

Os blocos foram pensados de forma a serem viáveis para todos os municípios, não trazendo privilégios para alguns específicos. As microrregiões poderão licitar os serviços e escolher as suas agências reguladoras observando as questões legais. A regionalização possibilitará, também, que o Estado trabalhe nas metas de universalização definidas no Marco Legal.

A atuação parlamentar no Legislativo Estadual vem quebrando sucessivas barreiras. Prova disso é o fato de, mesmo diante das limitações impostas pela pandemia, a Casa ter superado em 2021 a produção legislativa de períodos anteriores e registrado o maior número de leis sancionadas nos últimos 10 anos.

A Todo Japão

PARLAMENTO ESTADUAL SUPERA PRODUÇÃO LEGISLATIVA E REGISTRA O MAIOR NÚMERO DE LEIS SANCIONADAS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Eco da sociedade, ações de enfrentamento à pandemia se destacam na produção legislativa



Superação. Se tivéssemos que escolher uma palavra para resumir a atuação do Poder Legislativo estadual no ano de 2021, essa seria a eleita. No segundo ano de pandemia e depois da fase de adaptação às novas ferramentas, condições de

trabalho, implantação dos sistemas necessários para a realização do teletrabalho e das sessões por deliberação híbrida, os 24 deputados ouviram os anseios da sociedade potiguar e traduziram-nas em leis.

O resultado é que, até o final

do mês de novembro de 2021, o Poder Executivo do RN sancionou um total de 9 leis complementares e 215 leis ordinárias, todas apresentadas pelo Parlamento Potiguar. Esse é o maior número de leis sancionadas desde o ano de

2000, período no qual o Governo do Estado começou a reunir e disponibilizar na internet os documentos com os textos de todas as leis sancionadas na íntegra (ver quadro).

“Estes números, mais que quantidade, demonstram a capacidade produtiva da atual legislatura empenhada em promover mudanças na vida dos que mais precisam. Vale salientar que estamos enfrentando um período de pandemia, totalmente atípico para todos os setores. E, ainda assim, os deputados do Rio Grande do Norte focaram no compromisso de servir a sociedade e legislar em prol da coletividade”, destaca Ezequiel Ferreira, presidente da Assembleia Legislativa.

COVID-19 EM PAUTA

Desse total, ecoando o principal anseio da sociedade na atualidade, mais de 20 leis contemplaram aspectos diversos relacionados à Covid-19 no Rio Grande do Norte. De normas que incluíram profissionais da educação e pessoas com deficiências e outras condições especiais como prioritários na fila de vacinação, passando pela atenção a familiares que perderam entes queridos e pela criação de uma política de sanitização de ambientes, culminando na suspensão de todos os prazos relativos aos concursos públicos em razão da pandemia do novo coronavírus.

“Essa matéria é fruto de esforço e entendimento político de vários deputados e repara uma injustiça garantindo que os concursados não sejam mais punidos pela pandemia. Muitos lidam com perdas e ainda com o luto coletivo que estamos na sociedade. O projeto garante, para essas pessoas, a esperança de ser chamado por um concurso”, destaca a deputada Isolda Dantas (PT), autora do Projeto de Lei.

MULHER

O combate à violência contra as mulheres foi o segundo tema que mais apareceu no escopo das propostas apresentadas pelos deputados da Assembleia do RN em 2021. Um exemplo é a lei, de autoria da deputada Cristiane

Dantas (SDD), que implementa a “Campanha Sinal Vermelho para a Violência Doméstica” no RN, que consiste na oferta de um canal silencioso, para que mulheres vítimas de violência se identifiquem em todos os estabelecimentos comerciais do Estado. As mulheres identificadas com um “X” vermelho na palma da mão estão sinalizando uma situação de violência.

Também de autoria de Cristiane, foi aprovada a proposta que institui o Programa “Tempo de Prevenir”, que dispõe sobre a educação, reflexão, conscientização da população para a transformação social das comunidades por meio da desconstrução do machismo estrutural, apresentação da Lei Maria da Penha e construção de projetos capazes de garantir renda às mulheres em situação de risco.

Outras leis sancionadas focam na educação da população sobre temas ligados à temática das lutas das mulheres e formação de redes de apoio a esse público em bares e outros estabelecimentos. “Essas leis vêm somar e complementar leis já existentes”, explica Cristiane Dantas.

SAÚDE

Apesar de ser o assunto dominante, as demandas relacionadas à pandemia não foram as únicas preocupações para a saúde pública do povo potiguar. Por isso, os parlamentares ampliaram suas ações para outras áreas, à exemplo da saúde mental. O caso mais emblemático culminou na sanção da Lei Lucas Santos para prevenção do suicídio.

De autoria do deputado Kleber Rodrigues (PL), a lei faz referência ao jovem filho da cantora Walkyria Santos, morto no dia 3 de agosto, e também tem como foco combater o cyberbullying entre os jovens. “Essa lei é um importante instrumento de proteção à juventude potiguar”, observa Kleber Rodrigues.

A atenção à pessoa idosa, a criação do Registro de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) e de uma política estadual de proteção dos direitos da pessoa com

Transtorno do Espectro Autista (TEA) também se tornaram leis em 2021.

ECONOMIA

A área que jamais pode parar também recebeu atenção dos parlamentares potiguares. Entre as leis sancionadas, destaque para a que regulamentou todas as etapas da cadeia produtiva da meliponicultura, que é a criação de abelhas nativas sem ferrão. “A lei cria condições para os produtores expandirem a extração desse tipo de mel, possibilitando uma renda digna para essas famílias”, afirma o proponente, deputado Souza (PSB).

Outra lei sancionada foi a que criou a Política Estadual de Sementes de Cultivares e Mudas Crioulas voltadas para a seleção, produção, conservação, armazenamento, resgate e troca de variedades locais tradicionais ou crioulas. Para a deputada Isolda Dantas (PT), autora do projeto, esse é o momento de cobrar implementação por parte do governo, mas também de celebrar a conquista.

“Essa lei tem um significado imenso para o semiárido e garantia da agrobiodiversidade, além de fortalecer as organizações da agricultura familiar no RN. Como também, a preservação por gerações, que chamamos os guardiões de sementes fortalecendo a agroecologia”, comemora a parlamentar.

A preservação e recuperação da Palmeira Carnaúba, assim como o estímulo às atividades produtivas dela derivadas, também foram contempladas em lei de autoria do deputado George Soares (PL).

OUTROS

Ampla e plural. É assim que podemos definir os debates promovidos dentro da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. De origens e realidades distintas, os deputados estaduais pautam discussões que atualizam as normas da sociedade, fazendo com que a legislação esteja sempre viva.

O aumento do uso da internet para as mais variadas atividades cotidianas, levou o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira, a apresentar a lei, posteriormente

sancionada, que obriga operadoras a garantirem pelo menos 80% da velocidade de internet contratada.

“Infelizmente, é prática comum no mercado que os provedores anunciem uma velocidade de conexão grande, mas, quando o serviço é contratado, constata-se que o serviço fornecido é muito inferior ao acordado e, até mesmo, ao valor mínimo estipulado pela Anatel. Em tais casos, a prestadora acaba se justificando com o fato de que o contrato trata da velocidade máxima, e não média, e assim o problema permanece sem nenhuma solução devido a ausência de penalidades objetivas, problema agora solucionado”, justifica Ezequiel Ferreira.

Outro assunto amplamente debatido no plenário da Casa e que virou lei, dispõe sobre a proibição de apreensão e remoção de motocicletas, motonetas ou ciclomotores de até 155 cilindradas em função da não identificação de pagamento do IPVA. “É possível recorrer a outras formas de cobrança do imposto, sem precisar ofender o direito à propriedade, garantido pela Constituição Federal”, explica o autor, o deputado Dr. Bernardo (MDB). A lei, porém, não impede apreensão ou recolhimento se a fiscalização identificar ocorrência de outras hipóteses previstas na legislação vigente.

LEIS ORDINÁRIAS SANCIONADAS DE 2012 A 2021

ANO	Nº DE LEIS
2012	83
2013	142
2014	101
2015	125
2016	116
2017	169
2018	167
2019	183
2020	183
2021	215

Direitos **ASSEGURADOS**

GOVERNO SANCIONA LEI DE EZEQUIEL QUE PROTEGE DIREITOS DE AUTISTAS E INSTITUI O DIA 2 DE ABRIL COMO DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO



A política estadual de proteção deve se pautar no desenvolvimento das ações e das medidas de atendimento

Estão instituídas as diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Rio Grande do Norte, fruto da Lei N° 10.987 elaborada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Ezequiel Ferreira (PSDB) e sancionada pela governadora do Estado, Fátima Bezerra (PT), em setembro deste ano. “O TEA nada mais é do que uma alteração no desenvolvimento que reflete em dificuldades de relacionamentos em sociedade e com o ambiente onde vive, ou seja, difi-

culdade de se relacionar com o mundo lá fora, tendo em vista a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados. É encontrado em 20 de cada 10 mil nascidos, normalmente é manifestado a partir dos 3 anos de idade, e sua causa ainda não é clara, muito embora sejam considerados os fatores genéticos como causa principal”, explica Ezequiel na justificativa da proposta.

Também fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Rio Grande do Norte, o dia 2 de abril como o Dia de Conscientização do Autismo, data que já é re-

conhecida mundialmente pela Organização das Nações Unidas - ONU. Segundo a nova Legislação, a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com autismo deve se pautar no desenvolvimento das ações e das políticas de atendimento, aplicáveis através da intersetorialidade entre a saúde, educação e assistência social, procurando celebrar convênios com as Universidades Federais e Estaduais e outras instituições como fundações e associações sempre que possível.

A partir de agora, o poder público deverá utilizar profissionais,

estudantes e docentes das instituições de ensino superior, de forma a auxiliar na formação de profissionais aptos a diagnosticar e tratar o transtorno precocemente, por meio de cursos, palestras e programas de incentivo profissional em diferentes níveis. Além disso, deve promover a inclusão dos estudantes com TEA nas classes comuns de ensino regular com o apoio e as adaptações necessárias da tecnologia da educação; e incentivar a formação e a capacitação de profissionais especializados na pesquisa e no atendimento da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A Lei criada por Ezequiel também determina que o poder público tem a responsabilidade de promover, junto à comunidade, campanhas educativas e de conscientização acerca do assunto, buscando auxiliar na formulação de políticas públicas; e contribuir e estimular a inserção da pessoa portadora do TEA no mercado de trabalho.

O texto sancionado estabelece ainda como direitos da pessoa com TEA a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; o acesso a medicamentos e exames médicos; o acesso à informação com base em evidência científica que auxilie no seu diagnóstico, tratamento e educação; o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, à moradia, à previdência social e à assistência social, e ao tratamento com base em evidência científica.

REFORÇO EM PROL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte foi a primeira Casa Legislativa do país a desenvolver uma ação institucional sobre o assunto, ainda em 2018, lançando a campanha “Autismo: entenda o ritmo de cada um”, que promoveu o esclarecimento acerca do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em todo o Rio Grande do Norte.

Também por iniciativa da Assembleia Legislativa, outras leis já estão em vigor na defesa do autis-

ta: a Lei nº 10.464/2018, que inclui autistas e pessoas com deficiência mental e visual na isenção de IPVA para compra de veículos e a Lei nº 9837/2014, que proíbe a cobrança de valores adicionais para matrícula ou mensalidade de estudantes com autismo, síndrome de down, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes. Também foi sancionada a lei que torna priorida-

de a vacinação de pessoas com deficiência, com foco em pessoas com espectro autista, síndrome de down, paralisia cerebral e doenças raras.

De acordo com a lei, caberá ao Governo do Estado Estadual e à Secretaria Estadual de Saúde proceder a inclusão das pessoas com deficiência no rol dos grupos prioritários do programa de vacinação e estabelecer as diretrizes e planejamento de dis-

tribuição dos imunizantes.

“Esta Casa tem buscado estar cada vez mais próxima da população e das questões que envolvem a sociedade. Tem sido assim quando o tema é o Transtorno de Espectro Autista (TEA). Estamos constantemente propondo debates para a construção de políticas públicas em torno desse tema”, destaca Ezequiel Ferreira.



Turismo de aventura

RN É O PRIMEIRO ESTADO A REGULAMENTAR ATIVIDADE NO BRASIL

A lei permite ainda a parceria por intermédio de consórcios públicos com estados ou municípios circunvizinhos, no sentido de somar esforços para divulgação e manutenção da atividade na região



O Rio Grande do Norte é o primeiro estado brasileiro a regulamentar a atividade off-road, esportiva e de lazer. De autoria do presidente da Assembleia Legislativa do RN, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), o dispositivo reconhece a atividade como esporte de aventura e radical de grande importância para a cultura e turismo potiguar.

“A lei é fruto de um amplo debate e entendimento entre as partes envolvidas a partir do trabalho rea-

lizado pela Assembleia Legislativa. É importante parabenizar todos os segmentos que colaboraram para a construção de um consenso. O projeto é um benefício para a parcela da população norte-rio-grandense que utiliza as trilhas e o nosso litoral, seja bugueiro ou praticante de off-road. É uma ação em favor do nosso Estado”, destaca Ezequiel Ferreira.

Segundo a nova legislação, o off-road é a atividade que pode ser promovida em locais não pavimentados

e de difícil acesso, fora de estradas e rodovias, por intermédio de utilização de veículos adaptáveis ao solo e terreno, incluindo-se veículos 4x4, buggys, motocicletas, quadriciclos, UTV (veículo utilitário multitarefas), ATV (veículo todo-o-terreno) e equipamentos congêneres.

Ainda de acordo com a Lei, a topografia privilegiada de dunas, serras, relevos e demais recursos naturais do Rio Grande do Norte, propícia para a prática de off-road e



outros esportes de aventura e radical, deverão ser objeto de promoção e divulgação, como forma de atrair o turismo dessas atividades e o desenvolvimento econômico da região. Para isso, poderão ser criados e executados programas de forma participativa, por intermédio das iniciativas públicas ou privadas, com o objetivo de mapear as áreas de interesse para a prática da atividade; identificar as condições de acessos às áreas de interesse; adotar as medidas necessárias para garantir o acesso livre e desimpedido às áreas de interesse para o off-road; caracterizar os problemas ambientais das áreas de interesse e propor soluções para evi-

tá-los ou mitigá-los; e apoiar outras iniciativas de apoio e divulgação ao off-road no Estado.

A Lei permite ainda o estabelecimento de parcerias por intermédio de consórcios públicos com estados ou municípios circunvizinhos no sentido de somar esforços para divulgação e manutenção da atividade na região.

TURISMO

Também voltado ao setor turístico, um dos setores mais afetados durante a pandemia, outro dispositivo legal proposto pelo deputado Ezequiel Ferreira foi sancionado pelo Governo do Estado: a denominação

de “Rota do Gostoso”, trecho entre a RN-221, desde o entroncamento da BR-101, até o município de São Miguel do Gostoso. “Com isso, além de facilitar a orientação ao turista, estaremos criando um roteiro que irá valorizar e colocar em evidência os pontos turísticos que são atravessados por esta importante rodovia”, explica Ezequiel.

O deputado acredita que, além de proporcionar a integração turística dos municípios que compõem a região, a medida irá estimular o desenvolvimento sustentável do potencial turístico regional; o fortalecimento, a ampliação e o desenvolvimento local nas áreas turísticas,

esportivas, culturais e gastronômicas; a implantação de mecanismos de educação ambiental e incentivo aos empreendimentos turísticos; e, o incentivo à organização produtiva das comunidades locais relacionadas ao turismo, ao artesanato e à geração de novas fontes de emprego e renda.

A localização estratégica de São Miguel do Gostoso, na ‘esquina do Brasil’, proporciona condições climáticas e incidência de ventos ideais para a prática de esportes náuticos e de velejo, tornando-a referência mundial nesses segmentos.

DESENVOLVIMENTO DO *Rio Grande do Norte*

EMPREENDEDORISMO POR NECESSIDADE VIROU ALTERNATIVA DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA



O primeiro ano da Lei Geral destaca a fase de estruturação e avança principalmente em relação à pequena empresa

O Rio Grande do Norte comemora em 2021 o primeiro ano da Lei Geral da Micro e Pequenas Empresas. Nessa primeira fase de estruturação, a legislação elaborada para o setor que reúne mais de 200 mil empresas, já conseguiu avançar, apesar do período atípico devido à pandemia, principalmente em relação à pequena empresa. Sancionada em 29 de outubro de 2020, a lei cria políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificando e fortalecendo o setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), enfatiza a importância da legislação. “Representa um marco para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Uma legislação que contou com a dedicação e sensibilidade

do Governo do Estado, que enviou o projeto para debate na Casa, mas também com o empenho de todos os deputados para o aprimoramento da lei, bem como, ainda, dos representantes da classe produtiva, que colaboraram de forma decisiva. Acredito que, por meio deste dispositivo, teremos incremento de emprego e renda, tão necessários ao Estado neste momento de retomada da economia”, observa Ezequiel Ferreira.

O presidente da Assembleia apoiou a matéria desde a sua chegada à Casa. Para dar celeridade ao projeto no Legislativo, criou a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que comandou os debates em torno da Lei. A presidência do colegiado coube ao deputado Kleber Rodrigues (PL), que lembrou a aprovação pela Assembleia Legislativa, no final do

ano passado. “Além de marco para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, é também referência para outros estados da federação, conferindo facilidade, flexibilidade e oportunidade, incentivando os nossos empreendedores. Trata-se de uma lei robusta e inovadora que se caracteriza como um divisor de águas no fomento e geração de renda em nosso Estado”, analisa Kleber Rodrigues.

Entre os pontos principais da Lei, está a abertura de licitações com participação exclusiva de micro e pequenas empresas do Estado, permitindo que este segmento da economia tenha acesso às compras governamentais. Há também a criação de um Fundo de Capital de Risco para capitalização das microempresas e empresas de pequeno porte, “assegurando que os pequenos negócios que se tornem

fornecedores do Estado tenham seus pagamentos garantidos”, acrescenta o deputado.

A nova lei determina também a introdução da educação empreendedora no ensino de escolas públicas e particulares, além da simplificação dos processos de licenciamento e liberação de alvarás de funcionamento das empresas de baixo risco.

O presidente do Sistema Fiem, Amaro Sales, destaca a importância da aprovação do projeto com o apoio unânime do Legislativo estadual. “Compartilhamos com todos a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do RN - resultado de uma luta que vem desde 2006 e que teve continuidade na Comissão Temática da Micro e Pequena Empresa (COPEM), atualmente presidida por Heyder Dantas, em conjunto com as demais entidades do setor produtivo”, pontua Amaro Sales, que também é presidente do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa da Confederação Nacional da Indústria (COMPEN/CNI).

Para o diretor-superintendente do Sebrae RN, José Ferreira de Melo Neto, ou Zeca Melo, como é mais conhecido, já é possível identificar um avanço na economia do Estado, principalmente em relação à pequena empresa, apesar do momento de pandemia.

ENTREVISTA - Zeca Melo

“Acredito que 2022 será melhor do que 2021”

O diretor-superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto (Zeca Melo), avaliou positivamente o primeiro ano da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, apesar de classificar esse momento como de “estruturação do projeto” e reconhecer que, para avançar, é preciso mais esforço de mais áreas do governo estadual

ALRN: Como avalia o primeiro ano da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas?

Zeca Melo: Foi um ano importante, de estruturação do projeto. Nós conseguimos que fosse sancionada pelo Governo do Estado e ultrapassasse os óbices, principalmen-



te relativo ao licenciamento pelo Corpo de Bombeiros e avançamos em vários aspectos. Mas acho que a Lei poderia ter avançado mais. O Fórum Estadual Permanente das Microempresas, das Empresas de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais (Fempe-RN) foi instalado e há um esforço da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do RN (Sedec). Mas creio que esse esforço precisava ser compartilhado por outras áreas do governo, como o Idema e a própria AGN em relação aos projetos de crédito e programas de compras governamentais. A nossa expectativa é que, até o final do ano, sejam criadas condições para que os projetos específicos deslanchem - porque não adianta esse avanço se não regulamentar a legislação.

ALRN: Já é possível observar um avanço do setor em 2021 no RN?

Zeca Melo: Em relação à pequena empresa, sim. O empreendedorismo por necessidade virou alternativa da população desempregada. O número de MEIs (microempreendedores individuais) é imenso. Todo o esforço do Sebrae é para dar o suporte necessário a essas pessoas que estão se formalizando, independente de empreenderem

por oportunidade ou necessidade. Um suporte muito importante precisa ser dado para quem passou pela crise e ainda não venceu necessariamente esse momento difícil. Tem muita gente endividada e com dificuldades com fornecedores. Para essas empresas é preciso se fazer uma abordagem específica. Seria muito importante que fosse criado o programa de compras governamentais, estruturasse uma linha de crédito específica para microempresa e empresa de pequeno porte. Nisso a Lei pode ajudar muito.

ALRN: Como o senhor analisa os impactos da pandemia à economia do RN em 2021?

Zeca Melo: A pandemia teve um efeito devastador em alguns setores que terão muita dificuldade para se reerguer. Mas isso é um problema mundial. O grande desafio, principalmente em termos do Rio Grande do Norte, é unir forças entre o Sistema S, o Governo e o setor produtivo para encontrar soluções para os problemas que afetam toda a sociedade, como a utilização de energia face à crise energética no País, para amenizar as dificuldades das empresas. Em se tratando da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, eu creio que a Lei pode contemplar e priorizar esses setores



mais atingidos.

ALRN: Quais são suas expectativas para 2022 em relação à economia local?

Zeca Melo: Eu não sou nem otimista e nem pessimista em relação a 2022. Acho que é uma situação que temos que ver com realismo. Vemos que está se comemorando um aumento da arrecadação, mas não podemos esquecer que a inflação está em torno de 10%. Há um esforço muito grande para a gente superar tudo isso e acredito que 2022 será melhor do que 2021.

Bicampeões *a gente faz aqui*

PARLAMENTO POTIGUAR DESPONTA COMO REFERÊNCIA EM MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO LEGISLATIVA NO PAÍS ATRAVÉS DO SISTEMA E-LEGIS

Ferramenta permite uma economia de aproximadamente R\$ 3 milhões, valor que seria gasto com a contratação de empresa terceirizada para o desenvolvimento da plataforma



Bicampeã! A conquista consecutiva em 2021 do prêmio nacional “Unale Assembleia Cidadã”, na categoria Gestão, ratifica a excelência do trabalho de modernização e transparência iniciado nos últimos anos pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Se lá atrás, no começo da gestão do presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), a ideia parecia ousada, hoje o Parlamento potiguar desponta como referência em modernização da gestão legislativa no País. Concorrendo com os demais parlamentos estaduais do Brasil durante a 24ª Conferência Nacional da União dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), o sistema e-Legis: Processo Legislativo Eletrônico, da ALRN,

desbancou a concorrência para novamente colocar a Casa Legislativa potiguar em evidência, ocupando o mais alto degrau do pódio.

“Meu sentimento é de agradecimento à equipe que foi formada para trazer o prêmio de gestão pela segunda vez. Esse êxito se deve à competência e dedicação de cada um dos servidores desta Casa que faz com que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte forme um time de excelência. Competir com Assembleias de todo o Brasil mostra a intenção de sempre caminhar para frente e colocar a ALRN em um patamar de destaque nacional”, comemora o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira.

O e-Legis é uma ferramenta de-

envolvida pela Diretoria de Gestão Tecnológica da ALRN para gerenciar o ciclo do processo legislativo, tornando-o totalmente eletrônico, desde a concepção das proposições nos gabinetes parlamentares até a sua votação em Plenário. Para a concepção da plataforma, o setor contou também com o apoio da Diretoria Legislativa e Procuradoria Legislativa, responsáveis pelo mapeamento dos fluxos processuais e avaliação das funcionalidades da ferramenta.

“A conquista premia um trabalho sério e comprometido que vem sendo desempenhado pelos servidores da Assembleia Legislativa. Coube ao nosso setor a entrega das diretrizes que guiaram a construção do e-Legis segundo as formalidades exigidas



pelo Regimento Interno da Casa e pela própria prática Legislativa. Resultado disso é o encurtamento do tempo para aprovação de projetos, uma maior transparência e eficiência na condução do fluxo processual e a construção de uma ferramenta que otimiza a produção legislativa em benefício do Norte-rio-grandense”, destaca Tatiana Mendes Cunha, diretora legislativa.

A aplicação começou a ser desenvolvida no final de 2018, tendo a sua primeira versão implantada em agosto de 2019. Com a pandemia, em 2020, e a adoção das medidas de distanciamento social, a necessidade de criar alternativas para dar continuidade às atividades legislativas impulsionou o desenvolvimento do Módulo de Plenário do e-Legis, integrado com o painel eletrônico, e do Sistema de Deliberação Remota (SDR). A experiência positiva despertou o interesse de outras instituições no País, à exemplo da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), que firmou cooperação técnica com a ALRN para implantação e uso da ferramenta.

À frente da diretoria de gestão tecnológica da ALRN, Mario Sérgio Gurgel explica que o sistema permite a automatização de tarefas relacionadas à gestão de documentos, processos, reuniões e votações. “Busca ainda facilitar o acompanhamento e a divulgação dos trabalhos parlamentares por meio da criação de consultas, pelos próprios usuários, relatórios e análises de resultados”, acrescenta ele.

Dentre as principais vantagens oferecidas pela ferramenta, o diretor destaca a celeridade e a consequente produtividade proporcionadas, uma vez que o sistema permite agilidade aos fluxos processuais. “Prova disso são os números recordes da atividade legislativa em 2021, mesmo diante da pandemia, registrando a maior produção legislativa dos últimos anos”, observa Mario Sérgio.

A redução nas despesas de materiais de escritório e gastos com impressões é outro benefício apontado por ele. Para se ter uma ideia, estima-se uma redução de cerca de 63% do consumo de papel. Por se tratar de um sistema desenvolvido por servidores da Casa, o diretor destaca ainda uma economia de aproximadamente R\$ 3 milhões, valor que, segundo ele, seria gasto com a contratação de empresa terceirizada para o desenvolvimento da ferramenta – sem contar com uma economia anual de R\$ 225 mil que também seriam pagos pela terceirização de aplicação para a gestão do painel eletrônico do Plenário.

“O e-Legis foi produzido sem custos pelo corpo técnico da Casa, abrangendo todo o fluxo processual, dispensando a contratação de serviços terceirizados e gerando economia ao Legislativo. Além da celeridade, transparência, economicidade e sustentabilidade mencionadas, dentre outras características, a ferramenta possibilita também a cooperação técnica com outras instituições através da cessão de código”, observa Mario Sérgio.

O sistema conta atualmente com três módulos: administrativo, responsável por tarefas relacionadas aos cadastros iniciais, controle de acesso, gerência de processos e reuniões, além de outras atividades administrativas do fluxo processual; gabinete, destinado aos gabinetes parlamentares, permite a elaboração de proposições, acompanhamento dos fluxos processuais e controle das subscrições; e plenário, aplicação de visualização do painel eletrônico para acompanhamento das presenças, votações e deliberações em tempo real durante as reuniões parlamentares. Além desses, dispõe também do Sistema de Deliberação Remota, funcionalidade extra para acompanhamento remoto das sessões e reuniões, permitindo o registro da presença do parlamentar, a listagem da pauta da reunião em curso, a deliberação de matérias com comprovação do voto por biometria e foto, além do acompanhamento dos resultados das votações.

Com a conquista do prêmio, a ALRN é bonificada com a quantia de R\$ 20 mil a serem investidos em projetos futuros, além do selo da Assembleia Cidadã e o troféu transitório – a ser entregue em solenidade na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, ficando em exposição na Casa pelo prazo de um ano. Em 2019, a ALRN consagrou-se campeã na mesma categoria concorrendo ao prêmio com o projeto Legis RH, de gestão de recursos humanos.

“Estamos trabalhando para trazer em definitivo o troféu para ALRN, fei-

to que pode ser atingido pela Casa que vencer o Prêmio por três vezes consecutivas”, projeta Mario Sérgio Gurgel.

CNLE

A 24ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE) foi realizada este ano de forma híbrida, entre os dias 24 a 26 de novembro, em Campo Grande (MS). Com o tema “Redesenhando os caminhos do Parlamento”, o evento reuniu painéis que destacaram o trabalho técnico das Procuradorias, Recursos Humanos, Escolas da Assembleia, Comunicação, Secretarias Legislativas e Administrativas, TV e Rádio Assembleia e atividades legislativas – configurando-se como o maior encontro legislativo da América Latina.

Entre os participantes, fizeram-se presentes representantes da Argentina, China, Bulgária, África do Sul, Paraguai, Espanha, Uruguai, Chile e Bolívia, em discussões que versaram sobre: humanização da reforma tributária, o impacto da transformação digital no relacionamento com o cidadão, imunidades e garantias parlamentares, atendimento humanizado às comunidades brasileiras vivendo no exterior e a extinção da política tradicional.

Esse ano, a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) completa 25 anos, viabilizando, ao longo desse período, a troca de experiência entre as federações brasileiras.

Referência Tecnológica

TI TEM OBTIDO RECONHECIMENTO ATRAVÉS DE PRÊMIOS E COMPARTILHAMENTO DAS FERRAMENTAS COM OUTRAS CASAS LEGISLATIVAS



Além de outros estados, a tecnologia desenvolvida na Assembleia Legislativa do RN também pode beneficiar outros entes e órgãos da administração pública local

Os servidores da área de Tecnologia da Informação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte têm desenvolvido importantes ferramentas tecnológicas que, não só contribuem para o desempenho das atividades legislativas, como também geram economia de recursos, já que a utilização de mão de obra interna não implica a contratação de empresas para fazerem este serviço.

E todo os esforços da equipe da Diretoria de Gestão Tecnológica têm obtido reconhecimento em diversos lugares. Para se ter uma ideia, a Assembleia Legislativa do RN tem sido procurada por outras Casas

legislativas do país que solicitam o compartilhamento das ferramentas tecnológicas desenvolvidas aqui.

As assembleias dos estados de São Paulo (Alesp) e de Santa Catarina (Alesc), por exemplo, assinaram convênios com o Parlamento potiguar para a cessão das ferramentas Legis RH e e-Legis, desenvolvidas pela equipe de Tecnologia da Informação da ALRN.

“É um grande orgulho para todos nós o fato do trabalho realizado aqui se tornar referência para outras Casas parlamentares. É fruto do empenho e dedicação dos nossos servidores. Além dis-

so, ficamos felizes em contribuir na busca pela eficiência da gestão pública também de outras Casas Legislativas”, destaca o presidente da ALRN, Ezequiel Ferreira (PSDB).

A parceria entre a Assembleia Legislativa potiguar e a Alesp foi firmada ainda em 2020, e oficializou a disponibilização e implantação do sistema de gestão de recursos humanos da Casa potiguar para a Casa paulista, o Legis RH. O sistema possibilita melhor controle no quadro de funcionários e da folha de pagamento dos servidores. Vale dizer que a plataforma foi vencedora do Prê-

mio Assembleia Cidadã, da Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais) na categoria “Gestão”, em 2019.

Em agosto de 2021, o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), Carlão Pignatari (PSDB), e o secretário da Casa Civil do Governo de São Paulo, Cauê Macris (PSDB), visitaram a Assembleia Legislativa potiguar para agradecer a parceria.

Enquanto a Casa paulista implantou a ferramenta voltada aos Recursos Humanos, o parlamento catarinense se interessou pela implementação do e-Legis. A parceria foi firmada em julho de 2021, período em que o Legislativo catarinense recebeu a ferramenta tecnológica desenvolvida pela equipe de tecnologia da informação do parlamento potiguar e, desde então, vem trabalhando para implantá-la na Alesc.

O e-Legis é um sistema eletrônico que permite a eliminação do uso de papel em todos os processos da atividade legislativa, transformando todo o trâmite em formato digital, desde o nascimento no gabinete parlamentar até o arquivamento, sem possibilidades de extravio ou interferência manual.

O diretor de gestão tecnológica da Assembleia Legislativa do RN, Mário Sérgio Gurgel, celebra as parcerias. “É uma grande satisfação o fato de sermos de um estado pequeno e podermos oferecer nosso conhecimento para contribuir com outras Assembleias. Além de que é um bom intercâmbio, pois acabamos trocando informações importantes que podem colaborar com projetos futuros”.

Além de outros estados, a tecnologia desenvolvida na Assembleia Legislativa do RN também pode beneficiar outros entes e órgãos da administração pública local. Por exemplo, poderes públicos de Mossoró e de Parnamirim demonstraram interesse em parcerias com a ALRN neste sentido.

Como dito, especialmente desde a manifestação da pandemia no Rio Grande do Norte e a necessi-

dade de implantação de medidas restritivas de segurança, o setor de gestão tecnológica tem trabalhado para viabilizar o funcionamento da Casa Legislativa. E uma importante ação desenvolvida nesse período foi o Sistema de Deliberação Remota (SDR). Em menos de 20 dias após decreto que suspendeu o trabalho presencial na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, a Casa retomou os trabalhos, realizando, pela primeira vez na história do Parlamento Estadual, uma sessão plenária remota por videoconferência. A medida ofereceu e ainda oferece todas as condições ao parlamento para debater e aprovar projetos importantes que auxiliaram e auxiliam nas ações de combate à pandemia.

No SDR são admitidos pronunciamentos pelo prazo improrrogável de cinco minutos, de acordo com o Regimento Interno. O sistema permite também a votação com os mesmos itens da escolha presencial, permitindo ao parlamentar o posicionamento oficial e acompanhamento da votação. Por sinal, o Sistema foi destaque no Portal Bússola Tech (<https://bussola-tech.co/>), no primeiro semestre de 2021. O sítio eletrônico congrega servidores públicos, empreendedores e demais atores do ecossistema de transformação digital no Legislativo, destacando iniciativas bem-sucedidas.

O Portal destacou o investimento da Casa ao fornecer todos os equipamentos necessários para os parlamentares (equipamentos esses padronizados e configurados pela equipe interna, seguindo um nível igualitário para todos os parlamentares) utilizarem o sistema de forma remota, que culmina com o avanço permitido e manutenção das atividades legislativas mesmo durante o período de isolamento social determinado pelo Executivo estadual e municipal.

O Sistema de Deliberação Remota também foi apresentado na Semana Internacional da Democracia, em setembro de 2021. O evento destacou as experiências brasileiras de Câmaras Municipais e Assem-

bleias Legislativas de todo o Brasil que implementaram projetos de deliberação remota que ajudaram a manter o funcionamento do Legislativo durante a pandemia provocada pelo novo coronavírus.

Não bastassem as novidades do novo mundo virtual que invade o parlamento potiguar, outra medida de grande impacto que a equipe de TI esteve (e continua) a frente é o painel eletrônico utilizado nas sessões plenárias. A novidade é que o painel, que era desenvolvido por uma empresa contratada, passou a ser desenvolvido pelos servidores da Casa. “Antes nós contratávamos uma empresa, isso gerava custo e não havia integração com o processo legislativo. Com o desenvolvimento interno do sistema, temos uma economia de recursos de R\$ 225 mil ao ano e a possibilidade de ampliar as funcionalidades do painel eletrônico. Eu acredito que nós seremos o Legislativo brasileiro com um dos painéis mais modernos e eficientes para plenário”, destaca o diretor Mário Sérgio.

Ainda de acordo com ele, futuras práticas para o painel eletrônico estão em desenvolvimento e algumas delas devem ser implantadas já no início de 2022. “Em breve será adicionada, por exemplo, a opção para os deputados solicitarem suas inscrições para se pronunciarem como oradores e nos horários das proposições, lideranças e dos deputados, tornando o processo cada vez mais digital. Outro ponto importante é que o painel eletrônico está sendo desenvolvido para atender todas as sessões e reuniões do processo legislativo, incluindo as reuniões de comissões, que hoje ainda não trabalham de forma eletrônica”, explica.

Outra ferramenta importante de ser lembrada que foi desenvolvida pela equipe nos últimos tempos é o Legis Vídeos, plataforma que disponibiliza à população vídeos da produção legislativa. Conforme aponta Mário Sérgio, essa ferramenta se tornou mais um mecanismo de acompanhamento e fiscalização dos trabalhos legislativos. Para utilizar a

ferramenta, basta o internauta acessar o site oficial da Assembleia Legislativa (www.al.rn.leg.br) e clicar no ícone disponibilizado para direcionar ao Legis Vídeo.

Em suma, essas e outras atividades da Diretoria de Gestão Tecnológica vêm dando resultado para a gestão da Assembleia Legislativa e esse reconhecimento vem através de prêmios, de melhorias da eficiência da administração pública no Poder Legislativo e consequente diminuição de gastos de recursos públicos.

NOVO PORTAL DO SERVIDOR

Em novembro, o Portal do Servidor da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte foi reformulado e ganhou novo visual. A nova aplicação web é acessível a partir de qualquer dispositivo, focada na evolução, no aprimoramento e na otimização das funcionalidades para o funcionário.

“Atualizamos a tecnologia utilizada no desenvolvimento visando atender a todos os públicos sem ficar preso a nenhum sistema operacional, com isso podemos adicionar novas funcionalidades”, explica o coordenador de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas da ALRN, Berg Freire.

O diretor de gestão tecnológica da Assembleia Legislativa do RN, Mário Sérgio Gurgel reforça outra novidade. “Foram adicionados uma lista de contatos com os setores da estrutura administrativa da Casa, modelos de documentos, como o requerimento do servidor, manual do servidor, regimento interno e outros”.

Todas as funções anteriores, como consulta a contracheques, pasta funcional, crachá digital, declaração de bens e renda, permanecem na nova versão do Portal do Servidor.

A aplicação é mais um produto da Coordenação de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas da Diretoria de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa do RN e pode ser acessada no endereço www.portalservidor.al.rn.leg.br.

MUITO PRAZER, *eu sou o Legis*

CAMPANHA FOI LANÇADA PARA CONTAR, EM LINGUAGEM SIMPLES, TUDO O QUE VEM SENDO REALIZADO NA CASA LEGISLATIVA POTIGUAR

O Legis apresenta os índices de transparência, números de projetos de lei, requerimentos e o dia a dia não somente da sede, mas da atuação parlamentar

Quando essa revista chegar até você, muito provavelmente o cordial Legis já será um velho conhecido seu. O simpático mascote do Poder Legislativo do RN foi apresentado aos potiguares e aos milhares de seguidores do canal oficial da Assembleia no instagram em setembro passado, durante uma live de lançamento. Desde então, o Legis segue levando a mensagem do trabalho que vem sendo realizado por todos os setores da Casa.

Sua missão é clara: contar, em linguagem simples, tudo o que vem sendo realizado numa das Casas Legislativas mais seguidas do País, dando ainda mais transparência às ações e se somando às outras ferramentas e canais que os potiguares já conhecem bem: o portal, site, TV Assembleia e redes sociais, que oferecem ampla cobertura aos trabalhos legislativos. No vídeo de estreia, de 30 segundos, o tema foi justamente Transparência.

O personagem Legis “chegou chegando” para, de forma lúdica, dar ainda mais visibilidade às ações internas da Casa, se somando às outras estratégias que vêm sendo utilizadas

pela Diretoria de Comunicação Institucional.

O Plenário, comissões, audiências públicas e outras atividades parlamentares contam com uma cobertura jornalística em tempo real, além dos projetos e anexos, como é o caso da Escola da Assembleia. O Legis chega para popularizar ainda mais outras temáticas, como o processo legislativo, os trâmites de leis e outras demandas e nomenclaturas próprias do Parlamento estadual.

“Muita gente acompanha a Assembleia, mas nem sempre visualiza que tem uma gama de ações e serviços que se somam ao trabalho dos 24 deputados, que são a parte mais visível do parlamento, mas há uma equipe muito empenhada e técnica trabalhando nas mais diversas áreas, sempre inovando e trazendo coisas diferentes para a população e para nosso Estado também. O servidor tem essa força motriz que faz de fato a máquina funcionar”, afirma a diretora de Comunicação Institucional, Marília Rocha.

Ela explica como surge cada uma das campanhas que a Assembleia



vem realizando. “O presidente Ezequiel Ferreira sempre acompanha as iniciativas e nos induz a pensar, trazer coisas novas não só na Comunicação, mas também em outros setores, como é o caso da Diretoria Tecnológica, que é o setor que mais vence prêmios e lançou sistemas como o e-Legis, Legis RH e outros, levando essa experiência para outros Estados. Fomos, por exemplo, a primeira Casa Legislativa do País a adotar o Sistema de Deliberação Remota (SDR) durante a pandemia. Com esse desejo de inovar, vamos perseguindo as metas e obtendo os resultados do Planejamento Estratégico”, afirma.

O Legis vem atender exatamente essa lacuna, que é apresentar os índices de transparência, os índices da Diretoria Legislativa, os números de projetos de lei, requerimentos, o dia a dia não somente da sede, em Natal, mas da atuação parlamentar em todos os recantos potiguares.

Além de novos seguidores a cada dia nas redes sociais, os cases de sucesso na Comunicação vêm inspirando outros Legislativos do País com o seu pioneirismo e a criação de um mascote para representar o Parlamento potiguar, pela primeira vez na sua história, é mais um exemplo dessa inovação e ousadia.

Os personagens geralmente se confundem com as próprias marcas a que se associam, conquistando a simpatia do público e dando voz a produtos e conceitos. O urso da Coca Cola, o Toddynho, o frango Lek Trek da Sadia são alguns dos exemplos de iniciativa privada. Um dos mais longevos e famosos foi o garoto-propaganda da Bombril, personificado pelo ator Carlos Moreno.

A campanha institucional foi lançada no formato virtual e a live contou com a presença do publicitário Ricardo Rosado, diretor da agência responsável pela campanha, a Faz Propaganda, dialogando com Marília Rocha. “Esse personagem foi idealizado e

pensado há muitos anos, num trabalho conjunto com a nossa equipe, com a Diretoria Administrativa e tantas outras que idealizaram esse mascote para acompanhar tudo o que a gente tem feito na Assembleia, de forma que fique mais leve e descontraído do que a gente é acostumado a ver”, explica Marília.

Para o publicitário, “o lançamento da campanha foi uma decisão muito ousada, porque não é comum criar um personagem para ser o porta-voz de um poder político, de uma casa plural e conseguir reunir uma personalidade que atenda aos deputados, aos servidores, eleitores e cidadãos”, acrescenta Ricardo Rosado.



Um gesto PELA VIDA

CAMPANHAS DA CASA LEGISLATIVA REFLETEM VOZES QUE ECOAM DA SOCIEDADE



Legislativo potiguar cria campanha para ampliar estoque de sangue que sofreu baixa de 70%

As campanhas educativas realizadas pela Casa Legislativa através da Diretoria de Comunicação Institucional já são uma marca do Parlamento do RN e se somam com relevância às ações Legislativas dos deputados e dos setores da Casa em prol do povo potiguar. As temáticas são as mais diversificadas possíveis e sempre vão ao encontro da pauta inerente aos principais anseios da sociedade.

Por meio da Diretoria de Comunicação, a Assembleia Legislativa encampou a necessária campanha de doação de sangue para

reposição de estoque do Hemonorte, o banco de sangue da rede estadual de saúde.

“Os estoques de doação de sangue caíram 70%, provocando um colapso na rede de saúde. Isso é a realidade da rede pública e privada também. Faltava sangue para pacientes de todas as idades em procedimentos cirúrgicos e tratamentos de patologias de saúde que precisam de transfusão de sangue em todo o Estado”, justifica o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

O êxito da iniciativa foi com-

provado na prática. A diretora de Apoio Técnico do Hemonorte, Miriam Mafra, é quem avalia: “A Assembleia conseguiu engajar a população, contribuindo para que todos tivessem mais informações e, com isso, se sensibilizar para fazer mais doações”.

A diretora de Comunicação da Casa, Marília Rocha, enfatiza a importância da campanha. “O Legislativo potiguar sentiu a necessidade de criar esta campanha porque no Brasil a situação é alarmante: a cada 15 minutos, uma pessoa precisa de sangue. E no período de pandemia, a reali-

dade piorou diante do isolamento social e do receio das pessoas em procurar os centros de doação. É corriqueiro, infelizmente, faltar sangue”, observa Marília Rocha.

Segundo a gestora, o impacto foi altamente positivo nos estoques do banco de sangue. Traçando um comparativo entre o início, no dia 11 de junho, o Hemonorte estava com 175 bolsas. Em 31 de julho, esse quantitativo chegou a 358 bolsas. “Foi um impacto bastante positivo no estoque, mas sobretudo faz com que a cultura de doação de sangue possa ser difundida para todos os Norte-rio-grandenses. Somos agradecidos à Assembleia Legislativa e buscamos parcerias como essa”, comemora Miriam Mafra.

O incentivo ao ato voluntário e solidário de doar sangue fez com que a Assembleia se unisse às associações e doadores. No Dia Mundial do Doador de Sangue, em 14 de junho, um dos destaques foi a doação de número 317 feita pelo maior doador de sangue do mundo, o servidor público municipal de Natal, Paulo Neris, que

desde 1984, ainda jovem, se voluntariou.

A data é celebrada anualmente neste dia como forma de homenagem a todos os doadores de sangue e para conscientizar os que ainda não são doadores sobre a importância do ato, que é responsável por salvar milhares de vidas. Dados apontam que uma bolsa pode salvar até quatro vidas.

Outras campanhas foram

lançadas pela Casa em anos anteriores, como a dos ‘180 Anos da Assembleia Legislativa’; a da adoção, ‘Amor não se Escolhe’; a de combate ao mosquito Aedes Aegypti, ‘O Perigo Aumentou’; a do ‘Papel do Poder Legislativo’; de doação de órgãos, ‘Doe órgãos. Salve Vidas’. Também foi desenvolvida uma campanha de atenção ao idoso, ‘A vida começa frágil e termina também’; uma contra

o abuso infantil, ‘Para algumas crianças, monstros existem’; uma relacionada ao autismo, ‘Autismo: entenda o ritmo de cada um’; além de campanhas relacionadas à prevenção do Coronavírus; sobre ‘Respeito’ e uma campanha contra a violência doméstica, ‘Violência Doméstica. Precisamos dar um basta nisso’.



**DOE SANGUE HOJE.
VOCÊ NÃO DEIXARIA
ALGUÉM QUE VOCÊ
AMA ESPERAR.**

 Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

WWW.AL.RN.LEG.BR
ASSEMBLEIARN

Informação Intuitiva

COMUNICAÇÃO INOVA E AMPLIA CANAIS DO LEGISLATIVO

Em novo portal da ALRN internauta é automaticamente guiado de acordo com o conteúdo que busca

Uma reformulação para aumentar a interatividade com o cidadão e promover uma comunicação legislativa cada vez mais transparente e comprometida com os seus diversos públicos. Foi assim que a Diretoria de Comunicação Institucional pensou o novo portal da Assembleia Legislativa para o cidadão, que estreou em fevereiro.

Se os novos tempos demandam maneiras diferentes de comunicação, com mais agilidade e transparência, a Casa não poderia ficar desintonizada desse novo período. Na Era da Informação, assim como outros órgãos públicos, a comunicação do Legislativo com a sociedade vem se consolidando cada vez mais como uma prestação de contas obrigatória e transparente.

O novo portal é completamente intuitivo, ou seja, na nova ferramenta o internauta é automaticamente guiado de acordo com o conteúdo que busca. E não é só. O novo site traz seções que até então não existiam, ampliando o alcance de serviços como o Procon, Assembleia Cidadã e Procuradoria Legislativa, que ganharam suas próprias páginas, onde o internauta poderá checar todos os serviços.

Se no antigo site todas as infor-

mações de utilidade ao público sobre defesa do consumidor, por exemplo, ainda não eram sintonizadas, no novo portal o conteúdo é agregado à seção do Procon, e com um aditivo: serviço de atendimento e orientações prontamente acessíveis.

Para facilitar a navegação, a nova ferramenta foi pensada para ter visual leve, com contrastes para botões que indique para o internauta o que ele pode fazer com aquele conteúdo. Além disso, as opções de contrastes foram concebidas para facilitar a leitura de acordo com as necessidades do usuário, daí a opção de aumentar o tamanho da fonte ou ler em modo noturno, quando se diminui a incidência do brilho do monitor.

Outra novidade para facilitar o acesso ao internauta é a inclusão de novas seções, como TV e Rádio Assembleia. Ao clicar nos ícones de ambos os serviços, o material que cada um reproduz já é aberto em sua respectiva página, com mais conteúdo noticioso disponibilizado.

A nova ferramenta também congrega em um mesmo espaço os serviços e departamentos mais demandados do Legislativo. Assim, foram agrupados em um mesmo espaço, os canais de acesso ao Memorial, Escola da Assembleia, Assembleia Ci-

dadã, Procon, Boletim Eletrônico, Portal da Transparência, Procuradoria e acesso interno para o servidor.

“Abrir a Assembleia à sociedade potiguar tem sido a marca da atual gestão. Com a ampliação e incremento da atuação nos meios de comunicação, o Poder Legislativo tem o seu trabalho acompanhado cada vez mais pela população do Rio Grande do Norte, seja através da TV, Rádio, Internet e redes sociais. Para isso, um trabalho coordenado vem sendo desenvolvido e tem conquistado resultados”, avalia Marília Rocha, diretora de Comunicação da Assembleia Legislativa.

A TV Assembleia, que tem sinal disponível na operadora de TV por assinatura NET, também ampliou o seu sinal aberto, chegando a cada vez mais cidades no interior do Rio Grande do Norte. Na programação, além do entretenimento, esportes e programas jornalísticos, todas as audiências públicas, sessões solenes e sessões plenárias são transmitidas, contribuindo para que os potiguares acompanhem a atuação dos parlamentares em tempo real. Porém, essa não é a única ferramenta para o acompanhamento do cotidiano do Poder Legislativo.

Através do website www.al.rn.



leg.br, todos os pronunciamentos em Plenário, audiências públicas e projetos de lei são divulgados para os que têm acesso à rede mundial de computadores. Também no site, os internautas podem ter acesso a imagens, assistir à programação da TV Assembleia e acompanhar a programação da Rádio Assembleia, que produz diariamente um programa com os deputados - sendo encaminhado a dezenas de rádios pelo interior do Estado e na capital.

As redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens têm sido ferramentas importantes para aproximar a população do Poder Legislativo. Através do Whatsapp, o boletim informativo diário, contendo as notícias produzidas pela Diretoria de Comunicação, são encaminhadas aos servidores da Casa e a cerca de mil jornalistas por dia, dos principais veículos

de TV, rádio, jornal, sites e blogs do RN. As notícias também são encaminhadas aos potiguares, que acompanham as ações e campanhas pelas contas da Assembleia (@assembleiarn) no Twitter, Instagram e Facebook.

A todas essas ações ainda vêm se somar aquelas empreendidas pela Diretoria de Relações Institucionais, que tem à frente o jornalista Rodrigo Rafael. Sua Diretoria é a responsável pela articulação e atendimento às instituições, associações, sessões solenes, audiências públicas e reuniões. “Ao dar visibilidade às ações da Casa, a Comunicação projeta a pauta da própria sociedade potiguar, priorizando as suas temáticas e anseios”, afirma o diretor.

TELEGRAM

Sempre procurando inovar, a Comunicação somou aos canais já existentes, em 2021, o Telegram. O aplicativo pode ser acessado a partir

de celulares e computadores. Todos que estão na lista de transmissão recebem notícias, programação das atividades parlamentares, campanhas e informações institucionais. A lista também inclui os servidores da Casa, imprensa e a população em geral. Quando acessado por computador, não há necessidade de leitura do QR Code e de sincronização com aparelho celular.

Assim como o Whatsapp da Casa Legislativa, o Telegram não terá a finalidade de atendimento e sim de divulgação de informativos, sendo mais uma maneira da ALRN estar presente nas plataformas em que o leitor estiver, oferecendo informações e notícias com agilidade.

Para ingressar no canal é preciso baixar gratuitamente o Telegram, acessando a loja de aplicativos no dispositivo móvel ou computador (Google Play, Apple Store etc.) e seguir as orientações fornecidas pelo aplicativo. Em seguida, digite

“@assembleiarn” na busca do aplicativo ou clique no link <https://t.me/assembleiarn> para ser direcionado para o Canal e receber o boletim diário de notícias.

A escolha do aplicativo Telegram como ferramenta de aproximação da Assembleia com a população deve-se a diversas razões, como a acessibilidade na busca interna do Telegram; o número de inscritos é ilimitado; é possível publicar links, fotos, vídeos, áudios, arquivos de mídia em geral, mesmo os mais pesados, porque são salvos em servidores do Telegram e não no celular do cidadão. E quem usa o aplicativo pode entrar e sair a qualquer momento, sem necessidade de solicitação. Além de todas essas vantagens, os usuários têm como benefícios o fato de ser simples de acessar e operar; estar disponível em várias plataformas; ser rápido, privado, seguro e gratuito.

Avanços e Desafios

LEGISLAÇÃO COMPLETA 15 ANOS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER



Parlamentares buscam, por meio de proposições, combater, prevenir e conscientizar a população sobre o tema

Celebrando os 15 anos da Lei Maria da Penha, completados em 7 de agosto deste ano, o Legislativo Estadual promoveu duas ações significativas: audiência pública com o tema “15 anos da Lei Maria da Penha: avanços e desafios no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher”, proposta pela deputada Cristiane Dantas (SDD), e a série “Agosto Lilás - especial”, veiculada pela TV Assembleia.

Para Cristiane, o debate foi importante para avaliar as lacunas que ainda precisam ser preenchidas no combate à violência doméstica, além de prestar

esclarecimentos para toda a sociedade acerca da referida legislação.

A discussão foi realizada de forma híbrida, ou seja, virtualmente e com público restrito no auditório deputado Cortez Pereira, na sede da Assembleia Legislativa do RN. Na ocasião, a cofundadora e coordenadora jurídica do Instituto Maria da Penha, Anabel Pessoa, ministrou uma palestra, e representantes do Governo do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Prefeituras e sociedade civil complementaram a audiência com dados estatísticos, fatos e sugestões para solucionar o problema.

Cristiane Dantas ressaltou a importância da campanha “Agosto Lilás” (mês de Proteção à Mulher), criada pelo seu mandato em 2016. “O Agosto Lilás vem mais uma vez conscientizar as mulheres sobre os seus direitos e sobre a Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que há 15 anos tornou crime esse tipo de violência”.

A parlamentar lembrou também que, no período crítico de isolamento e em meio ao trabalho remoto, seu mandato teve três importantes leis sancionadas: a que obriga condomínios residenciais a denunciarem os casos de violência contra a mulher; a



que autoriza a criação da Casa Abrigo estadual para acolhimento das vítimas; e a que determina aos hospitais públicos e privados informarem casos de violência doméstica às autoridades de segurança pública.

Já Anabel Pessoa falou sobre o destaque da legislação brasileira no cenário mundial. “A lei brasileira é a terceira melhor do mundo de acordo com a ONU, ficando atrás somente das legislações de Espanha e Chile. Porém, mais importante que a posição é a gente fortalecer os três eixos: proteção e assistência; prevenção e educação; combate e responsabilização”, frisou.

Além do relevante debate proporcionado acerca do tema, o Legislativo Potiguar, através da TV Assembleia, criou uma série especial para tratar da campanha nacional de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra

a mulher. Os quatro programas foram exibidos ao longo do mês de agosto.

A ideia de veicular os programas partiu das deputadas que compõem a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa do RN: Cristiane Dantas, Eudiane Macedo (Republicanos) e Isolda Dantas (PT). “Recebemos com alegria e naturalidade o pedido feito pelas parlamentares da Casa para abrir esse espaço e discutir os temas relacionados ao Agosto Lilás”, ressaltou o gerente de rádio e tv da TV Assembleia, Gerson de Castro.

Para a produção, a emissora criou um grupo composto apenas por mulheres: Ohara Oliveira na apresentação, Cristiane Rodrigues na coordenação e Marinez Navarro como produtora. “Além da participação das três deputadas e de convidadas especiais”, destacou Gerson.

Respeitando todas as regras sani-

tárias vigentes, o primeiro programa discutiu os avanços da Lei Maria da Penha ao longo dos 15 anos de existência. A promotora do Ministério Público do RN, Érika Canuto, e a deputada Cristiane Dantas, foram as primeiras convidadas para o debate, que foi mediado pela jornalista Ohara Oliveira. O segundo programa falou sobre “empreendedorismo”, o terceiro tratou dos desafios das políticas públicas no combate à violência contra mulher e o quarto programa abordou as diferentes formas de violência aplicadas ao gênero feminino.

15 ANOS

No dia 7 de agosto deste ano, a Lei nº 11.340/2006, chamada Lei Maria da Penha, completou 15 anos de sanção. Considerada uma das leis mais completas do mundo quando o assunto é violência doméstica, a legislação inovou ao instituir o conceito e

os tipos de violência praticados contra o gênero feminino, além da garantia de penalidades aos agressores no Código Penal brasileiro.

Ainda assim, passados 15 anos, muitos mecanismos e políticas públicas previstos na lei não foram consolidados pela União, Estados e Municípios, visto que o Brasil é o 5º País no mundo com maior registro de feminicídios, que é o assassinato de mulheres pela condição de gênero.

No Rio Grande do Norte, no primeiro semestre deste ano, foram registrados oito feminicídios. O dado aponta uma pequena redução em comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram registrados 10, segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Alimento da alma

PARLAMENTO ESTADUAL TRABALHA PELA SANÇÃO DE LEIS QUE VALORIZAM A IDENTIDADE DO POTIGUAR

Grude de Extremoz foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Rio Grande do Norte. A iguaria é um símbolo forte do município da Grande Natal

O grude é um alimento preparado com goma de mandioca e coco ralado, cozido sob tachos no fogo à lenha, usando formas de palha de coqueiro e folhas de banana. Faz link direto com a herança indígena potiguar, como registrado na literatura por Luís da Câmara Cascudo e se tornou símbolo da gastronomia Norte-rio-grandense. Mais especificamente da cultura e gastronomia de Extremoz, cidade localizada a 23 km de Natal.

Em 2021 o grude de Extremoz foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Rio Grande do Norte. A iguaria é um símbolo forte do município da Grande Natal, que tem até uma estátua do “Menino do Grude” e uma linha de trem que é conhecida como “Trem do Grude”. Na cidade há também a Casa do Grude e a Praça do Grude.

De autoria do deputado estadual Hermano Morais (PSB), a lei que reconheceu o grude como patrimônio cultural imaterial tem como objetivo assegurar a permanência dessa cultura, “é meio de vida de muitos em Extremoz e traço marcante da



nossa identidade. Precisamos reconhecer o valor da nossa cultura e garantir a sua sobrevivência”.

Ciente que conhecendo a própria cultura, o indivíduo compreenderá a importância de mantê-la viva na memória, protegê-la e valorizá-la como forma de preservar o que somos, nossas características, nossa

identidade, o Parlamento potiguar trabalhou em 2021 pela sanção de uma série de leis que valorizam a identidade do potiguar

O MUNDO É AQUI

Você sabia que Carnaúba dos Dantas é berço de grandes músicos potiguares, alguns com reconhecimento nacional? E como presen-

te pelos 150 anos de nascimento do compositor e maestro Tonheca Dantas, autor da valsa Royal Cinema, o município seridoense recebeu o título de “Terra da Música”. “A lei institui aquilo que já é reconhecido pelo povo potiguar”, disse o autor da proposta, deputado Hermano Moraes (PSB).

Além de musical, Carnaúba dos Dantas é religiosa. Os fiéis do município viram o Santuário do Monte do Galo ser reconhecido como Patrimônio Imaterial, Histórico, Cultural, Paisagístico, Turístico e Religioso do RN, após iniciativa do deputado Ezequiel Ferreira (PSDB). O santuário é uma elevação rochosa com cerca de 459 metros acima do nível do mar e foi transformado em um local de peregrinações a partir do ano de 1928. O local coleciona episódios de devoção e misticismo.

Colocando o pé na estrada, o que você diria se um viajante lhe abordasse pedindo informações sobre como chegar na “Terra da Farinha”, “Terra da Poesia/Atenas Potiguar” e na “Capital do Caju”? Então, para não perder no quintal de casa, anote essas dicas.

Localizada a apenas 48km de distância da capital do RN, Brejinho foi reconhecida este ano como a “Terra da Farinha” por sua história, tradição e grandeza na produção do item alimentício. Já Assu, uma das cidades mais antigas do RN, recebeu o título oficial de “Terra da Poesia/Atenas Potiguar” por ser berço de uma lista vasta de poetas. Por último, tendo a cajucultura como sua principal fonte econômica, Severiano Melo recebeu o título de “Capital do Caju”.

E qual a trilha sonora desse passeio? Além das valsas de Tonheca Dantas, podemos sugerir o forró, esse sim conhecido por todos, mas que só em 2021, com iniciativa do deputado Francisco do PT, ganhou uma data especial no calendário de eventos do Estado: 13 de novembro, “Dia Estadual do Forró”, em homenagem ao dia de nascimento do artista potiguar Elinó Julião, considerado um dos grandes nomes do

gênero musical.

Outras iniciativas que foram transformadas em leis reforçam o trabalho dos parlamentares para fortalecer a história e a cultura potiguar. Como a lei de Gustavo Carvalho (PSDB) que torna obrigatória a exposição de uma descrição biográfica das pessoas que dão nomes a rodovias estaduais no site do Governo do Estado ou a lei de autoria do deputado Ezequiel Ferreira (PSDB) que cria normas para o incentivo e fomento à Literatura de Cordel nas escolas públicas e privadas do Estado.

“Estudar o cordel e o repente na escola significa ter contato com o mundo da poesia a partir do cotidiano, com uma carga de significados que dificilmente outra forma literária tem no Brasil, especialmente para nós, potiguares”, justifica Ezequiel Ferreira.

PADROEIRA DE NATAL

Comuns no nordeste brasileiro, os festejos religiosos não podiam ficar de fora dessa lista. Por autoria do deputado Ubaldo Fernandes (PL), a Casa Legislativa aprovou e o Governo do Estado sancionou a lei que torna a festa de Nossa Senhora da Apresentação, padroeira do município de Natal, Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

Destaca-se nessa programação religiosa a “Missa da Pedra do Rosário”, reunindo milhares de fiéis à beira do Rio do Potengi, local onde a imagem da santa foi encontrada. “A história da Padroeira de Natal baseia-se na tradição oral. Não há um documento registrando a chegada da sua imagem às margens do Rio Potengi. É importante salientar que Nossa Senhora da Apresentação é a Padroeira desde os primórdios da vida cristã da comunidade natalense”, explica o deputado.

ALECRIM DOURADO

A tradicional feira do bairro do Alecrim, na zona Leste de Natal, também é Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Norte, conforme mais uma lei proposta pelo deputado Ubaldo. Realizada aos sábados, a feira conta atualmente com mais de mil feirantes, semanalmente.



“É uma tradição na capital potiguar e é um grande shopping a céu aberto. Ir à feira é o maior exemplo da nossa parte cultural, que está escondida nos shoppings. É lembrar aqueles

costumes do interior, não só pelos produtos, mas também na forma de compra”, avalia o parlamentar.

Ampliando debates

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS VOLTAM À SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE FORMA HÍBRIDA E ACONTECEM TAMBÉM PELO INTERIOR DO ESTADO



Seguindo os protocolos de segurança, os debates fortalecem a participação de todos para a resolução dos problemas que afligem o dia a dia do cidadão

Após um ano e meio ocorrendo de forma exclusivamente virtual, as audiências públicas voltaram a fazer parte do dia a dia presencial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Seguindo todos os protocolos de segurança sanitária, os debates tornaram a acontecer na sede do Legislativo Potiguar, em agosto deste ano, de forma híbrida. Foi o caso do debate sobre os avanços e desafios da Lei Maria da Penha, em comemoração aos 15 anos; os aumentos sucessivos nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha; e a discussão acerca de melhores condições de trabalho para os policiais militares.

“Foi um momento muito gratificante para nós o retorno das audiências públicas ao Legislativo Estadual. Tudo foi muito bem pensado e discutido com a equipe de saúde. Garantimos um retorno seguro, respeitando os protocolos sanitários, para que, aos poucos, a sociedade potiguar possa abrilhantar nossa Casa com seus debates relevantes e diversificados”, comemora o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

A audiência alusiva aos 15 anos da Lei Maria da Penha chamou a atenção da sociedade potiguar. Proposto pela deputada Cristiane

Dantas (SDD), o debate aconteceu dentro das atividades do Agosto Lilás, mês de combate à violência doméstica. “Para barrar o crescimento da violência contra a mulher e do feminicídio, no Rio Grande do Norte e no Brasil, é preciso que as vítimas rompam o silêncio sobre a violência que acontece dentro de casa. Mas essa luta também deve envolver toda a sociedade. As autoridades aqui presentes neste debate têm fundamental responsabilidade em concretizar a proteção das mulheres que vencem o medo e lutam para retomar suas vidas”, disse a parlamentar, na ocasião.

Outro assunto debatido na Casa,



através do presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Cidadania, deputado Ubaldo Fernandes (PL), tratou sobre a sucessão de aumentos nos preços dos combustíveis e do gás. Com o tema “O RN no enfrentamento dos altos preços dos combustíveis e do gás de cozinha”, a audiência contou com representantes dos revendedores e dos órgãos de fiscalização.

“O ICMS (imposto que incide sobre os combustíveis) é o mesmo para todos os estados, mas o RN tem o terceiro maior preço do Brasil e o primeiro do Nordeste. Com mais um aumento de combustíveis no Brasil, nosso estado chega a uma situação ainda mais assustadora, já que vinha se destacando por ter o maior aumento do País, inclusive

havendo grande disparidade com relação ao valor da Paraíba, nosso estado vizinho”, ressaltou Ubaldo na oportunidade.

Apesar de estarem ocorrendo de maneira híbrida na Casa Legislativa, os debates vêm sendo realizados presencialmente pelo interior do Estado, de acordo com as regras impostas por cada Câmara Municipal.

No dia 2 de junho, em Serrinha (região Agreste), por iniciativa do deputado Kleber Rodrigues (PL), foi levantado o problema do abastecimento d’água no município; em 4 de agosto, na cidade de Mossoró, com proposição do deputado Souza (PSB), falou-se a respeito da importância do Hospital da Mulher para a região Oeste; já no dia 30 de setembro foi a vez de Patu sediar audiên-

cia pública do Legislativo Estadual, proposta por Dr. Bernardo (MDB), discutindo-se a implantação de Base Avançada do Samu na região do Médio Oeste; por fim, em 15 de outubro, Areia Branca recebeu um debate com o tema “Privatização do terminal salineiro em Areia Branca: impactos na economia regional e situação dos portuários pós arrendamento”, também através do mandato do parlamentar Souza.

Para o presidente Ezequiel Ferreira, esse tipo de iniciativa é exemplo da atuação parlamentar que não fica restrita apenas à capital, sede do Parlamento Estadual. “A Casa tem as portas abertas para acolher e se comunicar com a população através de diversos canais. Quando vamos ao interior, estreitamos ainda mais esses

laços e damos voz a quem não era ouvido”, destaca.

As audiências públicas seguem em regime híbrido e as Sessões Solenes suspensas - até novas recomendações da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. “Os debates se configuram como relevante instrumento de ação dos parlamentares, pois é através deles que a Assembleia discute com a sociedade organizada os mais diversos assuntos. Nesse sentido, o retorno das audiências públicas, mesmo no formato híbrido, oportuniza aos parlamentares a volta dos debates acerca de relevantes temas de interesse dos mais diferentes segmentos sociais”, afirma Oliveira Wanderley, chefe do Núcleo de Estudos e Debates da ALRN.

Nova estrutura

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CONCLUI REFORMA E AMPLIAÇÃO NOS PLENÁRIOS, NA SECRETARIA E NAS SALAS DAS ASSESSORIAS



Papel das Comissões é extremamente relevante, pois são preparatórias, na maioria das vezes, às decisões do Plenário da Casa Legislativa

Não há dúvidas que o ambiente de trabalho influencia no resultado do desempenho de pessoas que desenvolvem suas atividades na elaboração de documentos, principalmente de pareceres sobre projetos de lei, resoluções e outros documentos do processo legislativo, como ocorre quase que diariamente nas Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Está provado que os servidores realizam suas funções com padrão de qualidade, quando o trabalho é

desenvolvido em um ambiente saudável e confortável, onde eles passam boa parte do dia. O ambiente não só estimula diretamente a produtividade, mas também a motivação da equipe.

Tais premissas foram observadas este ano na área das Comissões da Casa. A presidência da Assembleia Legislativa concluiu a reforma e ampliação nos plenários, na secretaria e nas salas das assessorias, e o resultado não foi outro: uma produtividade bem superior à dos anos anteriores, apesar das dificuldades

geradas pela pandemia da Covid-19 desde 2020.

“A recente reforma nas instalações das Comissões Técnicas e da Procuradoria Legislativa, deram uma nova vida ao setor. No sistema de repartição horizontal das competências legislativas, o papel das Comissões é extremamente relevante. Elas são preparatórias, na maioria das vezes, às decisões do Plenário da Assembleia Legislativa. São como indústrias de transformação, ajudando a transformar ideias em comandos normativos”, afirma o

procurador Legislativo, Washington Fontes.

Essas normas, ainda de acordo com Washington, são constituídas em função de temas que lhe são, no âmbito da Assembleia, específicos e exclusivos e, tem-se ali, a oportunidade de exercitar, querendo, o debate em torno dos pontos centrais das proposições, para que ao final encontre-se a melhor solução possível a partir da construção de maiorias.

“A realização dessas atividades legislativas exige uma arquitetura amigável, adequada. Essa nova estrutura foi planejada e executada com os devidos cuidados na distribuição espacial das atividades, na ergonomia, na economia de energia pela possibilidade de luz solar, no conforto técnico e no acústico. Tudo isso contando com modernas instalações para aproximar cada vez mais a sociedade do Parlamento, pela via de uma ampla cobertura das diversas plataformas e mídias existentes na Casa, dentre elas a TV Assembleia, que hoje alcança novas fronteiras na divulgação das atividades do Poder Legislativo. As condições estão dadas. Façamos o melhor que pudermos”, destaca Fontes.

COMISSÕES

As Comissões da Assembleia Legislativa estão definidas no Artigo 55 da Casa e estão qualificadas como Permanentes – as que subsistem nas Legislaturas, com caráter técnico legislativo ou especializado, tendo por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos a seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação.

As Comissões permanentes da Assembleia Legislativa são seis: de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças e Fiscalização; de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública; de Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Socioeconômico, Meio Ambiente e Turismo; de De-



fesa do Consumidor, dos Direitos Humanos e Cidadania; e de Saúde.

As Comissões Temporárias, por sua vez, são: especiais; de inquérito; de representação. Elas são constituídas com finalidade especial, que se extingue ao término da legislatura, ou quando alcançado o fim a que se destinam, ou ainda expirado o prazo de sua duração. As Comissões Especiais são constituídas para dar parecer sobre proposta de emenda à

Constituição; elaborar projetos sobre assunto determinado; tratar de assuntos de relevante interesse público, especialmente sobre a fiscalização da prestação dos serviços públicos e da execução de programas governamentais.

Esse ano foram instaladas na Assembleia Legislativa duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Uma para apurar denúncias

de irregularidades nos gastos públicos, na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) durante a pandemia do Coronavírus, conhecida como a CPI da Covid, e a da Arena das Dunas, criada para apurar possíveis irregularidades no contrato de construção e manutenção da Arena das Dunas, para a Copa do Mundo de 2014.

MAIS Segurança

UMA NOVIDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO PARA AMENIZAR OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA



O ingresso de novos policiais será feito por concurso público que exigirá do candidato nível superior de escolaridade em qualquer área de formação

Regulamentada pela Lei Complementar 664, sancionada no dia 14 de janeiro de 2020, a Polícia Penal está sendo incluída na Constituição Estadual, revisada e ampliada recentemente pela Assembleia Legislativa, que sempre se preocupou em fortalecer o sistema de segurança pública do Estado, como forma de garantir mais tranquilidade à população.

Para fazer a adequação da Constituição do Estado à Carta Magna do País, foi criada na Casa

Legislativa uma Comissão especial para discutir a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de iniciativa do deputado Kelps Lima (SDD), que assim denomina esses policiais, antes chamados de Agentes Penitenciários.

Presidida pelo deputado Tomba Farias (PSDB), tendo como vice-presidente o deputado Galeno Torquato (PSD) e relator o deputado subtenente Eliabe (SDD), a Comissão Especial fez o seu trabalho tomando por base

a matéria aprovada anteriormente pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa

De acordo com a Lei, a implantação da Polícia se dará a partir de março do próximo ano, quando os policiais penais passam a desenvolver as atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, escolta, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais e de internamento, integrantes da Se-

cretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP).

“O objetivo da proposição é possibilitar a inclusão da Polícia Penal no sistema de segurança pública do Rio Grande do Norte, nos mesmos moldes do ocorrido com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 14 de 2016, que cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital, acrescentando-as ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública disposto do artigo 144 da Constituição Federal (CF)”, descreveu o deputado Eliabe na ocasião.

O relator, no exame do mérito, considerou a proposição conveniente e oportuna, ao considerar a dimensão do problema carcerário brasileiro. Ele acrescentou que “é indiscutível que o sistema de segurança estadual se ressentir de corpo funcional com a atribuição específica de vigilância peniten-

ciária, falta essa que a proposição visa sanar”.

Os policiais penais, ainda de acordo com a Lei, serão submetidos a uma jornada de trabalho de 160 horas mensais, com a escala de 24 horas trabalhadas por 72 horas de folga, havendo inclusive um plantão de folga a cada mês. O ingresso de novos policiais será feito por concurso público que exigirá do candidato nível superior de escolaridade em qualquer área de formação.

Com a transformação em carreira policial, os agentes penitenciários serão equiparados aos membros das demais polícias brasileiras, mas com atribuições específicas, que serão reguladas em lei.

Uma das justificativas apresentadas para a criação da Polícia Penal pelo Congresso Nacional, foi que na última década, vários líderes de organizações crimino-

sas foram presos e condenados a penas altíssimas. Eles se encontram cumprindo pena em estabelecimentos prisionais, alguns deles considerados de segurança máxima. Mesmo assim, muitos desses indivíduos continuam comandando a organização criminosa de dentro dos presídios, ordenando a execução de crimes que ocorrem fora das unidades prisionais.

Observa-se também que muitos desses líderes, para desestabilizar o sistema de segurança pública ou como forma de retaliação, comandam rebeliões dentro dos presídios, situações que geram a morte de detentos, funcionários e agentes de segurança pública.

VINCULAÇÃO

De acordo com a emenda constitucional, a Polícia Penal será vinculada ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencer. No

Distrito Federal, a nova polícia será sustentada por recursos da União, embora subordinadas ao governador.

A criação da Polícia Penal traz diversos benefícios para a segurança pública. Entre eles, a liberação dos policiais que hoje trabalham em presídios, que poderão voltar à suas antigas funções; a segurança externa dos presídios, a execução de atividades de caráter preventivo e ostensivo nos presídios e a padronização da atividade no País.

O presidente da Comissão Especial, deputado Tomba Farias, disse ao final dos trabalhos que a PEC da Assembleia Legislativa “visou adequar a Constituição Estadual ao que já foi feito pela Constituição Federal, incluindo a Polícia Penal, antigamente denominada de Agentes Penitenciários como um órgão componente do Sistema de Segurança Pública”.



Dever de FISCALIZAR

INVESTIGAÇÃO CONSEGUE RESULTADOS E GANHA PROJEÇÃO NACIONAL



Em meio à pandemia, ALRN aprovou única CPI dentre os legislativos estaduais do País para apurar gastos com o enfrentamento ao coronavírus

Fiscalizar os atos do Poder Executivo é uma das obrigações dos deputados estaduais. Para isso, alguns instrumentos estão previstos em lei, como forma de colaborar e dar mais ferramentas ao trabalho dos parlamentares. Entre essas ferramentas, está a Comissão Parlamentar de Inquérito. Neste ano, em meio à pandemia da Covid-19, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte aprovou a única CPI dos poderes legislativos estaduais do País para apurar os gastos com o enfrentamento ao coronavírus. E o resultado foi positivo.

Com 12 contratos no foco, os deputados estaduais ouviram qua-

se 40 pessoas, entre testemunhas e investigados, de maneira presencial e também através de questionamentos encaminhados, como foi o caso do prefeito de Araraquara, Edinho Silva. Durante toda a investigação, que ocorreu entre agosto e dezembro, os parlamentares membros sempre enalteceram que o objetivo não era criar uma “caça às bruxas”, mas avaliar as falhas que existiram nos contratos. Além de solicitar a punição de eventuais envolvidos em irregularidades, a CPI teve como objetivo sugerir mudanças no processo de contratações por parte do Executivo.

“Não quisemos inocentar ou culpar ninguém de maneira ante-

cipada. O que focamos foi em esclarecer os fatos e contribuir para que pessoas mal intencionadas não se aproveitem da boa-fé de servidores públicos”, explica o presidente da CPI, deputado Kelps Lima (SDD).

A forma como o trabalho foi realizado pelos parlamentares chamou a atenção do País. Sem relatos de abusos por parte dos parlamentares com os investigados ou testemunhas, os parlamentares sequer insistiram em fazer perguntas a pessoas que manifestaram a intenção de permanecer em silêncio. Contudo, fazendo valer a prerrogativa da CPI, os deputados propuseram e aprovaram quebras de



sigilos, recolhimento de documentos e compartilhamento de informações que foram fundamentais para o esclarecimento de dúvidas. Um dos focos foi a aquisição de respiradores pelo Consórcio Nordeste.

Durante a CPI, quase todas as pessoas convidadas e convocadas para falar sobre o contrato de compra de R\$ 48 milhões em respiradores pelo Consórcio, dos quais quase R\$ 5 milhões foram

do Rio Grande do Norte, permaneceram em silêncio. A exceção foi um empresário da Biogeoenergy, que é investigado e aceitou colaborar com os deputados. Apesar da dificuldade na colaboração da maior parte dos convocados, os deputados não ficaram sem as informações.

A comissão aprovou quebras de sigilos de pessoas relacionadas ao contrato, assim como também receberam informações de investi-

gações que estão em curso na Justiça. Para o presidente da CPI, as informações repassadas nesse contrato e em todos os demais pela CPI conseguiram informações documentais que foram suficientes para se fazer o juízo de valor por parte dos deputados membros. A investigação ganhou destaque no Congresso Nacional e também na mídia de outros centros do País, tanto nos demais estados do Nordeste quanto em Brasília.

“Com a documentação que recebemos, posso garantir que já tínhamos condições de sanar todas as dúvidas e fazer os apontamentos. Os depoimentos foram importantes, mas as pessoas que não quiseram contribuir não conseguiram minar a investigação sobre os contratos em que elas participaram. Fomos a única assembleia que aprovou a criação da CPI e investigação do Consórcio Nordeste”, disse Kelps Lima.

APURANDO *irregularidades*

DEPUTADOS INVESTIGAM SE ESTADO TEVE PREJUÍZO

Reuniões tiveram oitivas de testemunhas, convidados e investigados, que trataram sobre o conteúdo de relatório da Controladoria Geral do Estado



O contrato entre o Governo do Estado para construção e operacionalização da Arena das Dunas recebeu atenção especial da Assembleia Legislativa. Para apurar possíveis irregularidades, o Poder Legislativo, ainda em 2020, instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que ouviu dezenas de pessoas ao longo de 2021 e analisou a possibilidade de dano aos cofres públicos. A CPI teve resultados considerados satisfatórios.

Após a suspensão em virtude da pandemia, a nova CPI foi formada pelos deputados Coronel Azevedo (PSC),

que presidiu a investigação; Tomba Farias (PSDB), o vice-presidente; Isolda Dantas (PT), relatora; além dos membros Subtenente Eliabe (SDD) e Kleber Rodrigues (PL). As reuniões tiveram oitivas de testemunhas, convidados e investigados, que trataram, em sua maior parte, sobre o conteúdo de relatório da Controladoria Geral do Estado (Control) sobre o contrato.

No documento publicado no primeiro semestre, a Control apontou sobrepreço e possíveis prejuízos milionários ao Rio Grande do Norte, que pagava mensalmente à Arena

das Dunas aproximadamente R\$ 11 milhões, entre parcelas fixa e variável. A Control questionava a suposta não prestação de contas de despesas com manutenção por parte da Arena das Dunas, além de questionar também o valor pago referente ao contrato que foi assinado em 2011 para construção do estádio.

Nas oitivas, os parlamentares ouviram o diretor-presidente da Arena das Dunas Concessões e Eventos, Ítalo Mitre, assim como o ex-secretário da Secretaria Especial da Copa do Mundo (Secopa) Demétrio Torres. Enquanto



o primeiro tratou sobre o contrato em vigor, as prestações de contas e rebateu parte do relatório da Control, Demétrio Torres falou sobre a negociação para construção do equipamento e o teor do documento.

Os depoimentos tiveram avaliações diferentes na CPI. Para a relatora, deputada Isolda Dantas (PT) foram muito esclarecedores. “A falta de entrega de documentos deixa sinais evidentes de que houve sobrepreços. Estamos chegando ao ponto final. O importante é defender o Estado”, disse a deputada Isolda.

“Todos os depoimentos foram de suma importância para os trabalhos da CPI, que marca a história desta Casa Legislativa pela forma como vem colhendo os dados necessários para apresentação do relatório”, comentou o deputado Coronel Azevedo.

COMPARAÇÃO

Além dos gestores, os deputados ouviram representantes do Governo, do Tribunal de Contas do Estado e também de empresas de engenharia, que sanaram dúvidas dos parlamentares,

assim como representantes de outras empresas que teriam prestado serviços à Arena das Dunas e ao Estado. Houve, inclusive, comparações a outros estádios pagos para a Copa do Mundo.

Duas testemunhas arroladas pelos membros da CPI Arena das Dunas detalharam custos administrativos, valor total da obra e comparações com outros estádios edificadas no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Bahia. O primeiro foi o auditor do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Vladimir Sérgio de Aquino Souto. Ele disse aos integrantes da CPI que sempre teve dificuldades de obter os documentos requisitados pela equipe, desde 2011 quando o Ministério Público Federal solicitou informações sobre o contrato com a empresa construtora, a OAS.

A questão principal era como a empresa tinha chegado a um orçamento de R\$ 400 milhões para a demolição do Estádio Machadão e do Ginásio Machadinho e construção da Arena das Dunas, para a Copa do Mundo de 2014. “Era uma proposta muito alta para a gente entender como chegaram

àquela quantia, para a construção em três anos e um prazo de mais 17 anos de concessão. A única coisa era uma planilha que não dava a entender que tinham vários valores quebrados e no final dava um total de R\$ 400 milhões. Isso era muito misterioso para nós”, disse o auditor Vladimir Sérgio.

Ele disse ainda que na comparação feita com a Arena Grêmio, em Porto Alegre, construída pela mesma empresa, o preço do metro quadrado na Arena das Dunas foi 54,9% mais caro. Já em relação as Arenas do Nordeste que foram comparadas, o custo em Natal foi 40,9 % mais elevado. O depoimento do auditor José Rosenilton seguiu na mesma linha e acrescentou que no caso da Arena do Grêmio é mais confortável e de qualidade maior, inclusive é toda coberta o que não acontece com a de Natal. “A Arena do Grêmio é a única na América do Sul que recebeu nota 5 da Fifa”, afirmou Rosenilton.

O deputado Tomba Farias que presidiu a reunião disse que o encontro foi muito bom, mas não ficou satisfeito

com o método de fazer comparações. “Comparações em construções são muito perigosas quando não se tem memória de cálculos. Conheço a Arena Pernambuco. Lá o piso é todo rachado. Preço de metro quadrado existe para todos os gostos. Você pode fazer uma construção numa mesma área, numa usando material mais barato e noutra material de primeira qualidade”, afirmou Tomba.

CONCLUSÕES

Além da indicação sobre possíveis irregularidades e solicitação de punição ou ampliação de investigação dos supostos envolvidos, a CPI sugeriu o aperfeiçoamento do contrato e de futuras contratações por parte do Poder Público. O foco, de acordo com a deputada Isolda Dantas, foi não fazer uma “caça às bruxas”, mas responsabilizar quem porventura cometeu irregularidades intencionalmente e orientar o Poder Executivo de forma a garantir que o Rio Grande do Norte não tenha prejuízo.

QUADRO Efetivo

CERTAME PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DEVE ACONTECER NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

Serão oferecidas 47 vagas para cargos efetivos de Analista Legislativo - Nível Superior e Técnico Legislativo da Casa



Um dos concursos públicos mais esperados pelos que se dedicam aos estudos com o sonho de conseguir um emprego deve ser realizado no primeiro semestre do próximo ano. Essa é a expectativa para o certame da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que já publicou a autorização para o concurso no Diário Oficial. Ao todo, serão 47 vagas

para cargos efetivos de Analista Legislativo - Nível Superior e Técnico Legislativo da Casa.

Recentemente, mais uma etapa do processo foi cumprida com a entrega do termo de referência para contratação da empresa que realizará as provas. O ato da Comissão Especial formalizada para realizar o concurso, viabilizou a abertura do

processo de escolha da banca que ficará responsável pela organização do exame.

“Estamos fazendo um grande esforço para fortalecer os quadros da Assembleia Legislativa. O concurso é um antigo desejo da Casa, que espera melhorar ainda mais os trabalhos a favor do povo potiguar. Após muito planejamento e com



responsabilidade financeira, estaremos concretizando este objetivo no próximo ano”, disse o deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), presidente da Assembleia.

Segundo informações já divulgadas pelo Legislativo, serão 24 vagas para o cargo de Analista Legislativo, com remuneração inicial de R\$ 7.725,75 mais auxílio alimentação e auxílio saúde, e 23 para o cargo de Técnico Legislativo, com remuneração inicial de R\$ 4.139,75, mais auxílio alimentação e auxílio saúde.

De acordo com o diretor-geral da Assembleia Legislativa, Augusto Viveiros, os próximos passos serão os atos administrativos da Comissão Especial, como a aprovação do termo de referência, contratação da empresa responsável pela realização do certame e a publicação do edital. “Agora é seguir os trâmites legais e aguardar a aprovação dos 47 novos

servidores da Casa Legislativa. É uma oportunidade única para aqueles que pretendem ingressar no serviço público”.

Viveiros ainda lamentou a impossibilidade da abertura de vagas para o cargo de Polícia Legislativa, função para a qual também havia uma grande expectativa em torno do concurso. O motivo é a orientação do Tribunal de Contas do Estado, com base na Lei Federal nº 173/2020, “que proíbe a criação de novos cargos, em virtude da pandemia”, afirma.

Ainda conforme o diretor-geral da Casa, a Assembleia Legislativa está em um novo momento administrativo. “O planejamento estratégico é uma demonstração de compromisso da atual presidência, fortalecendo a transparência e a carreira pública”, destaca o diretor.

COMISSÃO ESPECIAL

Para dar celeridade aos trâmites necessários à realização do certame, a Assembleia Legislativa instituiu uma Comissão Especial do Concurso Público, citada anteriormente por Viveiros. O colegiado é composto pelos servidores Sérgio Freire, presidente da Comissão; Anna Caroline Alves; André Luiz Galvão; e Gileude Nogueira - além de José Helomar Rodrigues, representante do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa (Sindalern); Ricardo César Ferreira; e José Augusto Simonetti - representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional RN.

De acordo com o procurador-geral da Assembleia e presidente da Comissão Especial da Casa responsável pelo certame, Sérgio Freire, a previsão é mesmo que o certame aconteça no primeiro semestre

de 2022. “O concurso está cada vez mais próximo e já é uma realidade. Esperamos que em breve tenhamos uma evolução das etapas e, enquanto isso, manteremos alguns trabalhos paralelos, como ouvir instituições para atender a questões específicas de alguns cargos”, explica Freire.

As instituições a que o procurador se refere são, por exemplo, os conselhos regionais de Medicina e de Engenharia. Nestes casos, a Comissão discutirá algumas funções que serão incluídas no futuro edital que se relacionam exatamente com estas atividades profissionais.

Cabe ainda à Comissão Especial do Concurso Público, além de elaborar o Termo de Referência para a contratação da empresa organizadora, acompanhar e fiscalizar a execução do certame até a sua conclusão.

Cidadania e Democracia

DOCUMENTO ATUALIZADO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM VERSÃO DIGITAL NO SITE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte fez a reforma da Constituição do Estado, obedecendo o que determina o princípio da simetria determinado pela Constituição Federal



A Constituição é a lei maior que tem o poder de determinar como as outras leis serão organizadas, bem como as decisões judiciais e os atos administrativos. A Carta Magna, como comumente é denominada a Constituição, surgiu como uma ferramenta que, até hoje, é responsável pela organização do Estado e da Sociedade, ao criar um ambiente onde as pessoas sejam tratadas de forma igual perante as leis, exercendo o direito de participação na vida social.

Toda Constituição supõe, an-

tecipadamente, a existência de um Poder capaz de formulá-la: o Poder Constituinte. Numa democracia, tal Poder é classificado, primeiro, como Originário: aquele exercido em 1988, a nível federal, e em 1989, a nível estadual, com suas Assembleias Constituintes, instituídas para a finalidade específica de deflagrar o Estado Democrático de Direito em que vivemos. A segunda classificação o chama de Derivado: o que funciona como instrumento legado, por exemplo, aos membros do Poder

Legislativo, garantindo a eles a legitimidade de reformar, alterar e inovar no texto constitucional – o que costumeiramente ocorre por meio das Emendas Constitucionais.

A reforma constitucional, embora seja necessária para atualizar a Constituição, diante das mudanças rápidas que ocorrem na sociedade atual, também deve ter certos limites, a fim de que não se sobreponha ao Poder que lhe originou.

Dessa forma, o Poder Constituinte estadual pode atualizar ou re-



formar a sua Constituição, seja por meio de revisões periódicas ou por meio de emendas constitucionais, como dito.

Seguindo essa premissa, recentemente a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte promoveu a reforma e atualização da Constituição do Estado, obedecendo o que determina o princípio da simetria determinado pela Constituição Federal.

O primeiro passo foi a criação de uma Comissão específica por ato do presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), e coordenada pelo Procurador-Geral da Assembleia, Sérgio Freire, para um minucioso trabalho que durou mais de um ano, porque a última reforma tinha ocorrido há muito tempo e se via a necessidade de realinhar o conteúdo com a Constituição Federal e com os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A sociedade potiguar sempre esteve na vanguarda das atividades legislativas e, com a Constituição, não poderia ser diferente, afinal o Rio Grande do Norte hospedou a primeira eleitora do Brasil, Celine Guimarães, mostrando nossa apetência pela democracia. Assim, a atual Legislatura, por meio de seus deputados, juntamente com o

presidente e demais servidores da Casa, se empenhou na atualização da Constituição Estadual, a fim de manter esse pioneirismo, lançando, no seu aniversário de 30 anos, um texto adequado, atualizado, em conformidade com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Brasil”, explica Freire.

Promulgada em outubro de 1989, a Constituição do Rio Grande do Norte tinha muitos trechos em descompasso com as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). A atualização promovida pela Casa teve o propósito de reverter essa situação e ir além, com a proposição de um texto que servirá ao povo potiguar de maneira eficiente.

Na apresentação da atualização da Constituição, o presidente da Assembleia Legislativa destacou que houve a necessidade da reforma com vistas a adaptar o texto estadual com o nacional, por exemplo, referente à Reforma da Previdência, especialmente no tocante às alíquotas de contribuição e tempo de aposentadoria do servidor público, as quais foram definidas na emenda nº 20, de 2020. Outro ponto importante foi a aprovação da emenda nº 19, de 2019, com o objetivo de estabelecer os limites individualizados para as despesas primárias correntes dos



entes públicos para os exercícios de 2020 a 2027.

“É preciso destacar também que a atualização da Constituição Estadual na Assembleia Legislativa deu início a um novo momento no ordenamento jurídico do Rio Grande do Norte, marcando o êxito de um relevante trabalho para que as mudanças à sua redação pudessem ser elaboradas de maneira consistente. E mais que isso, comprova que seguimos firmes e empenhados na missão diária do fortalecimento da cidadania e defesa da democracia”, registra o deputado Ezequiel Ferreira.

O empenho dedicado de todos os servidores da Assembleia Legislativa envolvidos com o processo de reforma da Constituição Estadual,

ao final, foi reconhecido pela Casa em uma homenagem com a entrega da “Comenda deputado Arnóbio Abreu”, que presidiu a Assembleia Constituinte Estadual de 1989.

Participaram da equipe coordenada pelo procurador Sérgio Freire, os servidores Anna Caroline Alves de Oliveira Matoso, Cesar Augusto da Costa Rocha, Cleo Vieira Pereira, Gustavo de Lima Brito, Klebet Cavalcanti Carvalho, Mariana Pereira Felipe da Costa, Renato Moraes Guerra, Simone de Araújo Leal e Cláudia Cristina Veras Brito.

A Constituição Estadual atualizada encontra-se disponível em versão digital no site da Assembleia Legislativa (www.al.rn.leg.br).

RESPALDO *ao* *Legislativo*

INSTRUMENTO DISCIPLINA E REGULA AS ATIVIDADES PARLAMENTARES

Documento pode ser modificado ou reformado por meio de Projeto de Resolução, de iniciativa de deputado, da Mesa Diretora, de Comissão Permanente ou de Comissão Especial



Cabe ao Poder Legislativo Estadual a prerrogativa de elaboração, discussão e aprovação de projetos que se transformam em leis para o atendimento das demandas da sociedade que é por ele representada, bem como fiscalizar os atos do Poder Executivo. Além dessas prerrogativas, outras atividades estão contidas no Regimento Interno, um documento imprescindível à manutenção da Casa Legislativa. É o regimento que também regulamenta o funciona-

mento político e administrativo, a definição das normas relacionadas com as sessões legislativas, a posse dos deputados, sua conduta e eleição da Mesa Diretora, entre outras atribuições.

O documento também garante que a operacionalização dos trabalhos legislativos referentes às relações parlamentares e partidárias, seja efetiva. Em seu Artigo 350, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte estabelece que o dispositivo

pode ser modificado ou reformado por meio de Projeto de Resolução, de iniciativa de deputado, da Mesa Diretora, de Comissão Permanente ou de Comissão Especial criada com esta finalidade, ou emendado.

“Recebemos a valorosa missão de ser o relator da reforma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Foi para mim motivo de muita honra e responsabilidade ter colaborado no aprimoramento do funcionamento interno da Casa, uma vez que o regimento é



o instrumento norteador que disciplina e regula a administração e as atividades parlamentares desse Poder”, registra o deputado Francisco do PT. O novo documento passou a vigorar em fevereiro deste ano, após aprovação no Plenário da Assembleia.

O parlamentar destaca que nessa reforma foram acolhidos temas importantes, tais como a instituição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a Regulação das Atividades das Frentes Parlamen-

tares e a Criação da Procuradoria da Mulher, “reivindicação mais que justa da bancada das mulheres da nossa Assembleia Legislativa”, pontua.

A Procuradoria Especial da Mulher consta no Capítulo IV do documento, prevendo ser formada por Procuradoras deputadas, constituindo-se em órgão independente, e contará com o suporte técnico de toda a estrutura da Assembleia. Será constituída de uma Procuradora da Mulher e

de até duas Procuradoras Adjuntas, designadas pelo presidente da Assembleia e eleitas pela bancada feminina, a cada dois anos, no início da sessão legislativa. As Procuradoras Adjuntas terão a designação de Primeira e Segunda e, nessa ordem, substituirão a Procuradora Especial da Mulher em seus impedimentos e colaborarão no cumprimento das atribuições da procuradoria.

A regulação das Frentes Parlamentares ocupa o Capítulo V do Regimento Interno, distribuída em oito artigos. Os colegiados são considerados associações suprapartidárias destinadas a promover o aprimoramento da legislação estadual e de políticas públicas sobre determinado setor da sociedade.

Já o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é o órgão da Assembleia responsável por examinar as condutas dos deputados no exercício do mandato, os preceitos regimentais, legais e constitucionais a eles aplicáveis, estando definido no Capítulo VI do novo

documento. Prevê atuar no sentido de zelar pela observância dos preceitos do Regimento Interno, na preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo, agindo independentemente de provocação, nos termos do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Será constituído por cinco deputados, sendo três titulares e dois suplentes, todos indicados pelo presidente da Assembleia, escolhidos no início da primeira e terceira sessões legislativas, os quais serão submetidos à referendo da Mesa Diretora, para mandato de dois anos.

“Cumprimos o nosso papel, mas temos a certeza de que a dinâmica da natureza do parlamento nos impõe a necessidade de aperfeiçoamento constante das regras que norteiam o Regimento Interno. Por isso, nos colocamos sempre à disposição para contribuir”, afirma o deputado Francisco do PT.

Além da sala de aula

RETOMADA DAS AULAS PRESENCIAIS E AÇÕES PELO INTERIOR SE DESTACAM EM 2021



Além dos cursos de capacitação voltados aos servidores legislativos, há também uma ampla oferta para a comunidade em geral

O ano de 2021 foi repleto de desafios, transformações e vitórias para a Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Dentre os fatos mais relevantes, estão a não paralisação de suas atividades, com a oferta de cursos online desde o início da pandemia; a retomada, em agosto, das aulas presenciais; e a interiorização da educação, com os projetos Conexão Parlamento e Conexão Enem.

Além disso, o presidente Ezequiel Ferreira (PSDB) recebeu justa homenagem da Associação Potiguar das Escolas do Legislativo Florian Madruga (Aspel), pelo incentivo da Casa na difusão da educação legislativa em todo o Estado, e o diretor João Maria foi eleito vice-presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel).

Acerca da retomada das atividades acadêmicas presenciais, após um

ano e meio funcionando remotamente, com os cursos sendo ministrados de forma online, em virtude da pandemia do novo Coronavírus, em 19 de agosto deste ano, a Escola da Assembleia Legislativa do RN voltou a ministrar suas aulas com a presença dos alunos na sede.

O primeiro curso ofertado presencialmente, seguindo todos os protocolos de higiene e segurança, foi o de “Atendimento de Excelência no Setor Público”, ministrado pela professora Katarina Alcântara. A disciplina abordou conceitos e técnicas que propiciam o acolhimento e a receptividade característicos da prestação de um serviço de excelência, e foi realizado exclusivamente para os servidores da Casa Legislativa.

Para que o retorno fosse possível de forma responsável, a Escola realizou um treinamento específico

com sua equipe de limpeza, aumentando a intensidade e frequência da higienização e atendendo a todos os protocolos de segurança, tais como: redução do tamanho das turmas; demarcação dos espaços físicos, buscando garantir o distanciamento de um metro entre os alunos; aferimento de temperatura; álcool em gel 70% disponível em todas as dependências; além da oferta e fiscalização do uso de máscaras.

“Foi um momento de muita alegria quando reabrimos a Escola. Sem os alunos, uma casa de educação perde seu brilho. Há muito tempo estávamos preparados e, em agosto, finalmente, pudemos receber os servidores aqui, presencialmente”, comemorou o diretor João Maria de Lima na ocasião.

Ainda no primeiro semestre, em maio deste ano, foi realizada a cerimônia de certificação da pós-



-graduação “Gestão em Segurança Pública”. Respeitando os protocolos sanitários, em função da pandemia, apenas um grupo de formandos recebeu a certificação na oportunidade, representando os 77 agentes da segurança pública do RN, participantes do curso, que teve duração de dois anos e reuniu agentes da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros e ITEP.

Também em maio, houve a cerimônia de premiação dos vencedores do Concurso de Redação “Caminhada História 2020”, que teve como tema “Os desafios da relação entre o homem e a preservação do patrimônio histórico”. Fruto de uma parceria da Assembleia Legislativa do RN, através da Escola, com a Viva Entretenimento, organizadora da Caminhada Histórica de Natal, o concurso premiou os três primeiros colocados com notebook, smartphone e tablet.

Durante o segundo semestre, além dos cursos rápidos e de capacitação, a grade conta com as pós-graduações lato sensu. Atualmente, são quatro turmas de especialização em andamento: duas de “Gestão de Segurança Pública e Cidadania”, com 40 alunos cada; uma de “Gestão Pública”, com 60 matriculados; e a pós-graduação em “Poder Legislativo e Políticas Públicas”, que possui 45 estudantes. Apesar de alguns cursos de capacitação serem exclusivos aos servidores da Assembleia Legislativa, há também uma ampla oferta para a comunidade em geral.

Dentre os cursos específicos para quem trabalha na Casa, estão: Pla-

nejamento Estratégico e Gestão da Estratégia para Organização Pública; Atendimento de Excelência no Setor Público; Formulação e Gestão de Indicadores de Desempenho; Gestão de Riscos em Processos de Trabalho; LGPD e a sua aplicação na Casa Legislativa.

Quanto aos cursos abertos à comunidade, houve uma ampla programação no segundo semestre desse ano: Soluções para Realização de Eventos Durante a Pandemia; A Arte de Argumentar: entre a Razão e a Emoção; Gestão do tempo e produtividade; Marketing pessoal e profissional; O poder da comunicação na prática; Desenvolvimento de líderes; dentre outros.

Em se tratando da interiorização de conhecimentos, a Escola deu continuidade ao projeto “Conexão Parlamento”, que consiste em fundar escolas legislativas em cidades do interior do Estado, para qualificar servidores públicos das Câmaras Municipais e a própria população. Ao todo, já são 55 escolas abertas em todo o RN. Entre os cursos ministrados, estão: O papel do Legislativo Municipal (Baraúna e Apodi); Oratória (São Miguel, Rafael Fernandes, Jardim do Seridó e Acari); Formação continuada em Tecnologias Educacionais (São José do Mipibu, Santo Antônio e São Tomé); Programa de desenvolvimento de gestores (Baraúna); Curso Básico de Licitação (Santa Cruz, Cruzeta e Campo Grande); e Jornada Potiguar de Educação Parlamentar (Guamaré, Currais Novos, Parnamirim e Mossoró/Baraúna).

O Conexão Parlamento atingiu, em 2019, onze municípios do RN,

realizou 10 cursos e contabilizou 628 pessoas atendidas e certificadas. Em 2020, devido à pandemia, foi realizado apenas o I Encontro Potiguar das Escolas Legislativas, em Natal, com 65 participantes. Já este ano, o total foi de 8 cursos, distribuídos por 28 cidades, contemplando 545 pessoas. O projeto recebeu ainda, agora em dezembro, a “Medalha Mérito em Educação”, dentro do “Encontro dos Legislativos e Gestores Municipais”, na cidade de Encantado/RS.

Além da sua missão básica de ministrar cursos das mais diversas áreas do saber, a Escola da Assembleia também realiza ações voltadas para o lado social, como é o caso do “Conexão Enem”, que consiste na exibição, ao vivo, pela TV Assembleia, de aulas e debates sobre assuntos pertinentes ao processo seletivo e tem levado aulas gratuitas para mais de 5 mil alunos da rede estadual.

Este ano, o projeto, que é liderado pelo professor João Maria de Lima, diretor da Escola, fez um ciclo de revisões através da TV Assembleia. Além disso, deu continuidade à jornada de aulões presenciais iniciada em Serra do Mel, em 31 de julho, visitando mais três cidades do interior do RN (Campo Grande e Olho D’água do Borges – 09/11 e Dr. Severiano – 10/11).

Ainda há o projeto “Conexão Cidadã”, que inclui ações voltadas ao exercício dos direitos e deveres dos jovens enquanto cidadãos, ressaltando as diferenças e incentivando a tolerância entre os estudantes. As edições ocorrem preferencialmente nas escolas da rede pública,

debatendo os mais variados aspectos da sociedade e cultura. Só este ano, o Conexão Cidadã contemplou quatro escolas estaduais e realizou três concursos de redação com premiação para os melhores trabalhos.

“A Assembleia tem tido uma preocupação especial em colaborar com a educação potiguar e tem obtido bons resultados neste período, com programas que estão contribuindo com a melhoria do ensino. Ao todo, já são 20 turmas de pós-graduação concluídas e 492 certificados de especialistas emitidos”, destaca o presidente da Casa Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira.

Em 2021, foram 80 turmas formadas, dentre cursos de capacitação pessoal, profissional e de pós-graduação, com 2.907 alunos contemplados. As especializações realizadas pela Escola da Assembleia possuem certificados reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação e são válidos em todo o Brasil.

REPOSITÓRIO

Elaborado pela equipe da biblioteca da Escola da Assembleia Legislativa, o repositório é um sistema virtual de consulta aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) realizados pelos alunos da instituição, nas turmas de pós-graduação strictu e lato sensu.

Para acessar o sistema, que já conta com 115 trabalhos, basta o usuário acessar a página do portal da Escola (www.al.rn.leg.br/repositorio). A partir daí, é possível pesquisar pelo nome do autor, título do trabalho, orientador, coorientador, curso, ano ou palavra-chave.

Números comprovam

PROPOSITURAS APRESENTADAS EM 2021, ATÉ O INÍCIO DE OUTUBRO, SÃO QUASE 50% A MAIS SE COMPARADAS A TODO O ANO DE 2020

Os decretos de calamidade pública foram bem presentes no Legislativo em virtude das dificuldades dos municípios agravadas pela pandemia



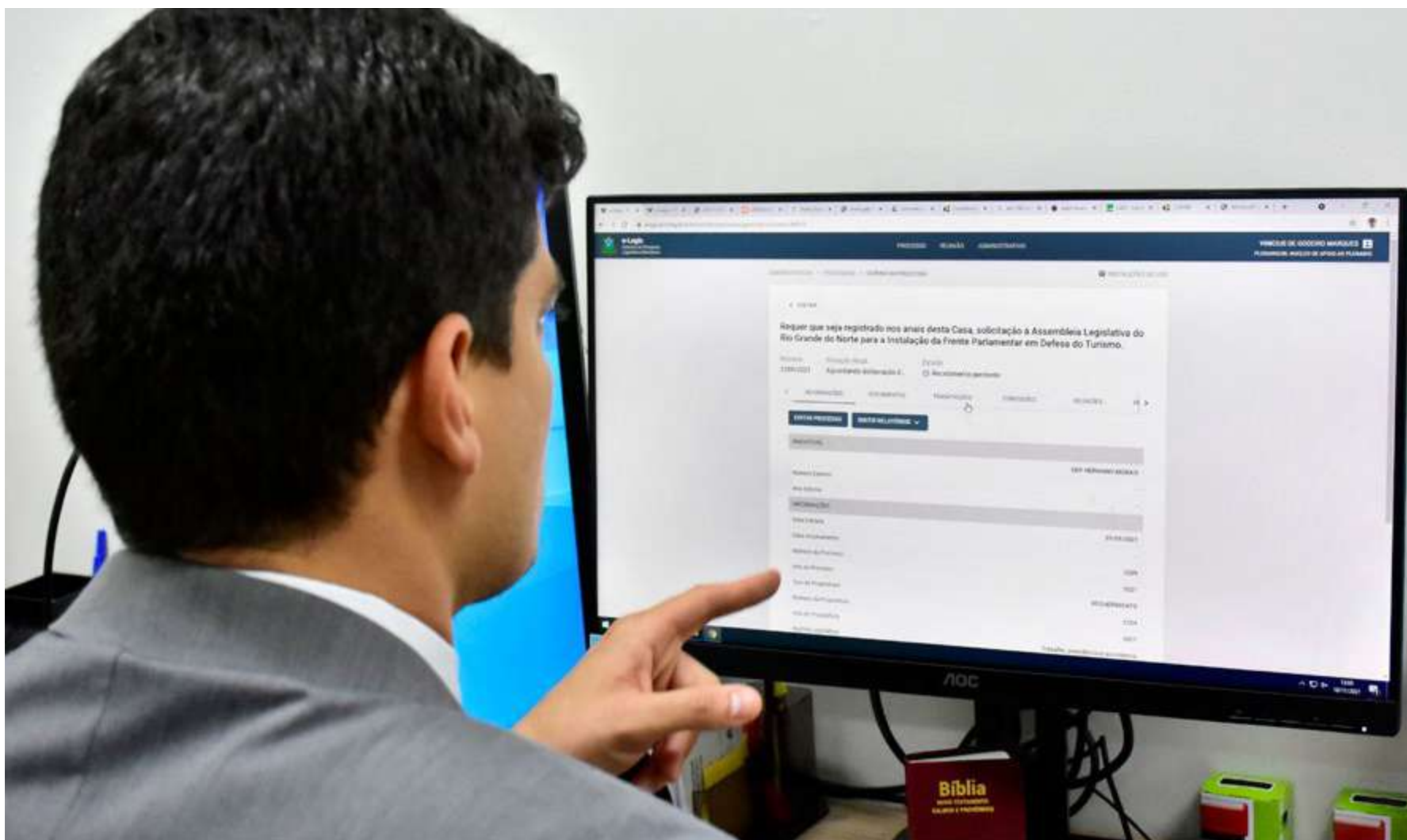
Embora os últimos tempos tenham sido um período totalmente atípico por causa da pandemia que se instalou, o mundo precisou se reinventar sob diversos aspectos. E as mudanças foram (e continuam) acontecendo tanto em escala global, quanto em escala local.

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN),

por exemplo, sentiu a necessidade de aperfeiçoar o funcionamento das atividades, para que as deliberações encontrassem o apoio logístico indispensável ao andamento das funções legislativa e fiscalizatória do Parlamento Potiguar. E funcionou. O número de proposições apresentadas na Casa em 2021, até o início de outubro,

supera em mais 50% os números de todo o ano de 2020.

A Casa adaptou as ferramentas e condições de trabalho, implantou os sistemas necessários para a realização do teletrabalho e das sessões por deliberação remota e não parou de produzir. Com isso, a ALRN encerra 2021 com um número recorde de atividades par-



lamentares. De acordo com a Diretoria Legislativa da ALRN, de janeiro até novembro, o número de proposições foi de 3.708 processos legislativos.

O ano de 2020 foi encerrado com cerca de 2,2 mil processos entre novas proposições, matérias aprovadas, leis ordinárias, decretos legislativos, leis complementares e resoluções apreciadas.

Com todas as mudanças implementadas na Casa desde o começo da pandemia, os deputados estaduais apresentaram em 2021, até novembro, 3.108 requerimentos. Esse instrumento legislativo cuja principal finalidade é demandar ações e informações, especialmente do Poder Executivo, é o tipo de proposição mais comum na Casa, conforme balanço da Diretoria Legislativa.

“É uma produção altíssima, que supera os números dos anos anteriores. E esse resultado se deve ao empenho dos deputados e também ao compromisso e responsabilidade dos servidores da Casa. A agilidade dos profissionais e o dinamismo do trabalho adminis-

trativo são fundamentais para que no intervalo mais curto de tempo, as matérias sejam recebidas pela Secretaria Legislativa, passem pelas comissões e cheguem para apreciação em plenário”, destaca Tatiana Mendes Cunha, diretora legislativa da ALRN.

Também como fruto desse trabalho, outras proposições também se somam ao montante, sendo 414 projetos de lei apresentados, 24 projetos de lei complementar, 4 projetos de emenda constitucional, 17 resoluções, 12 decretos legislativos, dentre outras proposições.

Entre as matérias apreciadas pelo Legislativo Potiguar, vale destacar os decretos de calamidade pública, que tiveram significativa presença na Casa em virtude das dificuldades dos municípios agravadas pela pandemia. A Assembleia Legislativa disponibilizou canal para os pedidos de renovação de calamidade nos municípios, tornando mais ágil a comunicação das cidades com o parlamento.

A decretação da calamidade pública em razão da pandemia foi muito importante para que trâ-

mites burocráticos nas ações dos governos municipais fossem dispensados, assim como também foi requisito para a solicitação de

benefícios à cidade no momento de enfrentamento a uma das mais graves crises sanitárias da história.

PROCESSOS LEGISLATIVOS

(janeiro a novembro / 2021)

• REQUERIMENTOS	3.317
• PROJETOS DE LEI	414
• PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR	24
• PROJETOS DE RESOLUÇÃO	19
• COMUNICAÇÕES	27
• ATO DA MESA	0
• INDICAÇÕES	1
• ATO DO PRESIDENTE	3
• PROJETOS DE EMENDA CONSTITUCIONAL (PEC)	4
• DECRETO LEGISLATIVO	12
• OFÍCIOS	121
TOTAL	3.942

Na palma **DA MÃO**

ATRAVÉS DO CELULAR, CIDADÃO PODE TER ACESSO À LEGISLAÇÃO DE FORMA PRÁTICA E RÁPIDA

Entre as informações que ajudam a população a exercer plenamente a cidadania, estão as leis que regem os municípios, os estados e o país em que residem



A Assembleia Legislativa é responsável por criar leis no âmbito estadual. É da Casa Legislativa potiguar, por exemplo, que sai a legislação que rege o Rio Grande do Norte, desde a Constituição Estadual até as diversas leis de competência do Estado. A ALRN já propôs e aprovou

milhares de leis ao longo dos anos. Portanto, quando um cidadão potiguar quer ter acesso às leis do RN, é o Poder Legislativo estadual que ela deve procurar.

No site da Assembleia Legislativa (www.al.rn.leg.br), no ícone Legislação, é possível encontrar as informações. Mas, agora,

é a vez da legislação potiguar ficar acessível também pelo celular. A iniciativa é fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido pela Casa com base na transparência e no livre acesso à informação.

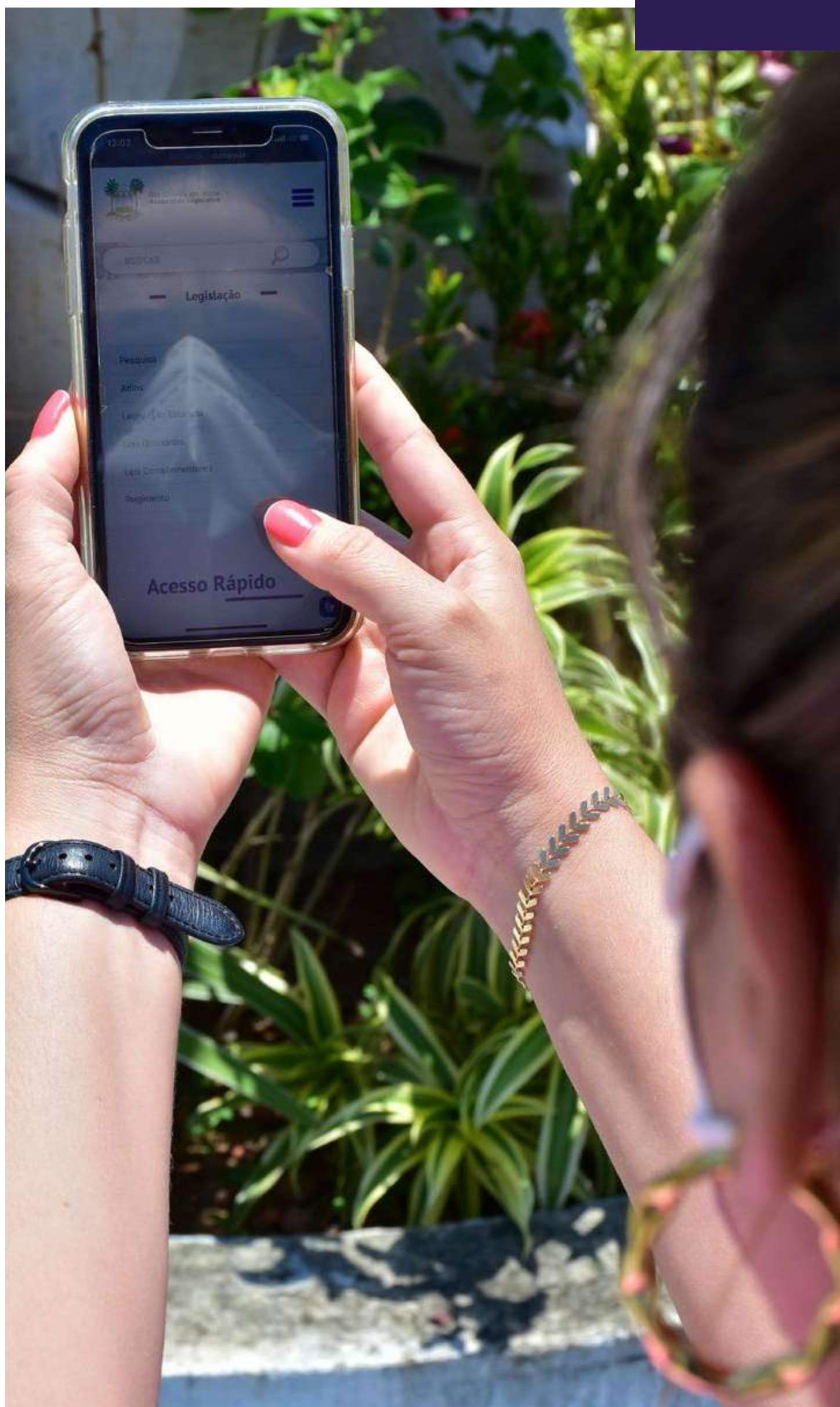
“O intuito é que, do celular, qualquer pessoa tenha acesso a

essas leis, a situação delas, se vigente ou não, por palavras-chave, por autor ou ano, de forma prática e rápida”, explica a diretora legislativa, Tatiana Mendes Cunha.

O acesso à informação pública, além de ser um direito humano reconhecido em tratados internacionais, é um direito previsto no ordenamento jurídico de diversos países democráticos, entre eles o Brasil. O cidadão bem informado tem melhores condições de conhecer e acessar direitos essenciais, como saúde, educação, moradia.

Entre as informações que ajudam a população a exercer plenamente a cidadania, estão as leis que regem os municípios, os estados e o país em que residem. Ter o acesso às leis é um direito e dever de todo cidadão, elas são uma importante ferramenta de busca pela cidadania. É com base nelas que as pessoas podem cobrar direitos e fiscalizar a execução de deveres, seja pelo Poder Público ou pelas pessoas privadas que ultrapassam os limites dos seus direitos individuais, desrespeitando direitos de outras pessoas.

É de fundamental importância que qualquer cidadão brasileiro conheça especialmente os preceitos da Constituição Federal brasileira e da Constituição Estadual de onde vivem. Além desses documentos, muitas leis são imprescindíveis para a execução de justiça e do funcionamento da vida em sociedade, como o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00).



Além da expectativa

EM MEIO À PANDEMIA, PARLAMENTO NÃO SÓ DEU CONTINUIDADE ÀS AÇÕES E PROJETOS, COMO CONSEGUIU AVANÇAR EM DIVERSOS PONTOS

Servidores e parlamentares mantiveram a rotina de trabalho apesar da manutenção de algumas restrições



A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte promoveu todas as adaptações necessárias para se adequar, nos últimos dois anos, ao período atípico da pandemia. Seja do ponto de vista da atuação parlamentar, através da aprovação de leis, seja do ponto de vista de funcionamento dos demais setores da Casa, que se adequaram primeiramente ao home office e depois ao

sistema híbrido de trabalho. O parlamento não só deu continuidade às ações e projetos, como conseguiu avançar em diversos pontos.

Cerca de 10% das leis aprovadas no Legislativo do RN e sancionadas no Estado em 2021 contemplaram aspectos diversos relacionados à Covid-19. De normas que incluíam profissionais da educação e

pessoas com deficiências e outras condições especiais como prioritários na fila de vacinação, passando pela atenção a familiares que perderam entes queridos e pela criação de uma política de sanitização de ambientes. Sem contabilizar o reconhecimento de centenas de municípios que decretaram estado de calamidade pública devido à pandemia.



Em relação à segurança dos funcionários, o Comitê de Servidores para Prevenção e Combate à Covid-19, mais conhecido como Comitê de Retomada, elaborou um planejamento para o retorno seguro e gradual dos servidores, como vem sendo cumprido até o momento. Seguindo etapas, a retomada do trabalho presencial iniciou ainda no final de 2020.

Para a primeira fase de retorno ao trabalho presencial, a Diretoria de Políticas Complementares, junto à Divisão de Saúde e Bem-Estar da Assembleia Legislativa do RN, elaborou uma cartilha educativa para orientar os servidores da Casa sobre como proceder em casos de Covid-19 ou sintomáticos respiratórios. O documento surgiu em virtude da grande demanda de questionamentos dos servidores a respeito da temática e da preocupação

que o Setor de Saúde estava em notificar, acompanhar e oferecer maior proteção para esses servidores, num contexto de pandemia.

Nos acessos da Casa, os profissionais da saúde seguem fazendo a triagem dos servidores, monitorando a temperatura e sanando as principais dúvidas - não permitindo a entrada de sintomáticos respiratórios.

Apesar de todos os cuidados, em março de 2021, a Casa precisou suspender as atividades presenciais na sede, entre os dias 1º e 5 de março, para prontamente realizar a desinfecção do prédio após surto de Covid-19 que contaminou 46 pessoas. Três desses, parlamentares: Getúlio Rêgo (DEM), Kelps Lima (SDD) e Isolda Dantas (PT).



TECNOLOGIA A FAVOR

No cenário repleto de adaptações do Legislativo, a Diretoria de Gestão Tecnológica teve papel fundamental para promover as mudanças que possibilitaram o trabalho remoto na Casa e fazer acontecer um ano legislativo produtivo a todos. Assim como em 2020, os deputados realizaram sessões pelo Sistema de Deliberação Remota (SDR). Com a retomada gradual dos trabalhos, foi possível, dentre outras coisas, a discussão e votação de matérias, projetos de lei e requerimentos em tramitação, de forma híbrida.

Graças a rápida adaptação do Legislativo estadual aos “novos tempos”, toda a equipe por trás das atividades, ou seja, os parlamentares e servidores pertencentes aos diversos setores, mantiveram a rotina de trabalho apesar da manutenção de algumas restrições, chegando a avançar em alguns pontos.

Um exemplo é a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Reuniões administrativas, reunião de documentos ao processo, convocações de representantes de empresas envolvidas nas negociações junto à Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap), além de gestores da pasta, deram o tom dos trabalhos presididos pelo deputado Kelps Lima (SDD), com relatoria do deputado Francisco do PT.

Instalada no dia 4 de agosto para investigar 12 contratos firmados pelo Governo do Estado referentes ao enfrentamento à pandemia da Covid-19, teve as reuniões transmitidas pela TV Assembleia e pelo canal do YouTube da emissora - seguindo a premissa da transparência das ações. O acesso do público às reuniões, por sua vez, foi limitado, obedecendo às medidas de biossegurança.

LEI CRIA DIA DE MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DA COVID-19 NO RIO GRANDE DO NORTE

O dia 28 de março foi instituído como o dia de memória às vítimas de covid-19 no Rio Grande do Norte.

De acordo com o texto aprovado pela Assembleia Legislativa do



Rio Grande do Norte o dia deverá ser lembrado em 28 de março. A data escolhida foi o dia do primeiro registro de óbito relatado pela Secretaria Estadual de Saúde, ocorrido na cidade de Mossoró, o professor universitário Dr. Luiz Di Souza, de 61 anos.

Sancionada pela governadora

Fátima Bezerra (PT), a lei incluiu a data no calendário oficial de eventos do estado do Rio Grande do Norte. O projeto de lei aprovado e sancionado foi apresentado pelo deputado Ubaldo Fernandes (PL).

Quando o projeto de lei foi protocolado na Assembleia Le-

gislativa, mais de 2.060 óbitos haviam ocorrido no RN e o número de infectados era superior a 57.000. Até metade de outubro de 2021, o estado já acumulava mais de 7.360 óbitos e mais de 369.153 casos confirmados, segundo o portal da Secretaria Estadual de Saúde Pública do RN.

LUTO EM TEMPOS DE PANDE- MIA

A pandemia causada pelo novo coronavírus tem sido uma experiência com consequências importantes em nossas vidas: adaptações de rotina incluindo escola e trabalho, distanciamento social, insegurança financeira e mais preocupações com a saúde física e mental. Em meio à mudança de vida que nos foi imposta, também precisamos lidar com algo bastante delicado: as perdas.

De março de 2020 até outubro de 2021, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte despediu-se de 34 servidores, que ao dedicar parte significativa de suas vidas a esta Casa, colaboraram para a história do Parlamento estadual. Como já há algum tempo não dizemos adeus da mesma forma que antes, a Revista da Assembleia 2021 decidiu fazer essa homenagem aos servidores que partiram este ano.

Alcimar Torquato de Almeida
Antônio Severiano da Câmara Filho
Antônio Silva do Nascimento
Arioston Franca
Armando Fernandes Filho
Bruno Victor Alves da Silva
Cibele Moura Carvalho de Oliveira
Dorise Rodrigues Faustino
Edmilson Dimas Pessoa Filho
Francisca das Chagas Peixoto Leandro
Francisca Menezes Maia
Francisco das Chagas Rodrigues
Francisco de Assis da Costa Sousa
Francisco de Assis Miranda Pinheiro
Francisco Elias da Silva
Francisco Pedro Barbosa
Genarte de Medeiros Brito Junior
Gilmar Mafaldo de Amorim Fernandes
João da Penha de Souza

Jodoval Ferreira de Pontes
José Dias de Franca
José Olavo Ataíde Filho
Julicassio Silva de Andrade
Lidia Noga
Luiza Nunes de Souza
Maria do Socorro de Medeiros Fernandes
Marilene de Melo Santiago
Mario Benedito Fernandes de Oliveira
Nelson Solon de Farias Neto
Rafael Pessoa Maia
Raimundo Quirino da Costa Junior
Raymunda de Carvalho Paiva
Said Aoun Neto
Valdenira Ferreira da Silva



Alô, Servidor!

DÚVIDAS DE COMO PROCEDER EM CASOS DE COVID-19 OU SINTOMAS RESPIRATÓRIOS?

**A Divisão de Programas Complementares
de Saúde e Bem-Estar
RESPONDE!**



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

Diretoria de
Políticas Complementares



Saúde no
LEGISLATIVO

Liberação de RECURSOS

DEPUTADOS DESTACAM IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS DURANTE VISITA DE BOLSONARO AO RN

Presidente Jair Bolsonaro visitou os municípios de Jucurutu e Pau dos Ferros e assinou a ordem de serviço para o início das obras do Ramal do Apodi, que integra o eixo Norte do projeto de Transposição do Rio São Francisco



A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte esteve representada durante agenda do presidente Jair Bolsonaro no Rio Grande do Norte, em visita realizada no mês de junho. O gestor foi até os municípios de Jucurutu e Pau dos Ferros. Na oportunidade, foi assinada a ordem de serviço para o início das obras do Ramal do Apodi, que integra o eixo Norte do projeto de Transposição do Rio São Francisco. Além disso, também foram liberados recursos para a conclusão da Barragem de Oiticica. Os dois investimentos devem garantir segurança hídrica para milhões de potigües nas regiões Oeste e Seridó.

Acompanharam a agenda do presidente os deputados Galeno Torquato (PSD), Tomba Farias (PSDB), Albert Dickson (PROS), Getúlio Rêgo (DEM), Nelter Queiroz (MDB) e Coronel Azevedo (PSC). Para Oiticica, foram liberados mais de R\$ 38 milhões para a sequência final da obra, iniciada e debatida há mais de 70 anos e, hoje, próxima de 95% de execução. A obra vai beneficiar cerca de 330 mil pessoas de oito cidades: Jucurutu, Caicó, Timbaúba dos Batistas, São Fernando, Jardins de Piranhas, Cruzeta, São José do Seridó e São José do Sabugi.

Já o Ramal do Apodi vai levar as águas do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco a 54 municípios nos estados do RN (32), Paraíba (13) e Ceará (9), beneficiando no total 750 mil pessoas. Também ampliará em 700 mil hectares a área para agricultura irrigada na região. O investimento federal no empreendimento é de R\$ 938,5 milhões.

Presidente da Frente Parlamentar das Águas no âmbito da Assembleia Legislativa, o deputado Galeno Torquato destacou a importância das duas obras citadas no sentido de eliminar a falta de água em di-



versas cidades potiguaras. “Além de beneficiar o Estado levando água para dezenas de municípios, a obra vai beneficiar a todos com produção, trabalho e renda, permitindo o desenvolvimento econômico da região”.

“A Barragem de Oiticica é sonhada pela população há décadas. E agora, com a determinação do presidente Bolsonaro, conseguimos viabilizar essa obra tão importante e necessária, que gera emprego e renda para a nossa região do Seridó”, disse Nelter Queiroz.

Para o deputado Tomba Farias, os projetos em andamento com recursos do Governo Federal voltados para a questão hídrica no Estado “significam sonho, emprego e desenvolvimento”. O parlamentar elogiou a “lucidez do presidente” e ressaltou que as obras alvo dos investimentos garantirão “dignidade ao povo desse Sertão”.

Decano na Assembleia Legislativa, Getúlio Rêgo foi mais um a celebrar a obra que vai garantir abastecimento de água para milhares de famílias do Estado. “Essa é uma iniciativa que diz respeito a um sonho do povo de Pau dos Ferros e de toda região Oeste. Vem cristalizar tudo que nossa gente esperou por mais de 50 anos”, disse o deputado democrata.

No mesmo evento, o presidente Bolsonaro ainda assinou a ordem de serviço para a revisão do Projeto Executivo da Barragem Poço de

Varas, localizada na cidade de Coronel João Pessoa. O investimento federal nesta primeira etapa será de R\$ 1,07 milhão. Quando concluída, a previsão é que a barragem garanta abastecimento a 42,4 mil pessoas, além de contribuir com pequena irrigação, piscicultura e lazer.

“O Governo Federal não tem medido esforços para garantir ao RN segurança hídrica. Esse é um sonho de décadas que está sendo realizado pelo presidente Bolsonaro”, disse o deputado estadual e também membro da Frente Parlamentar das Águas na Assembleia, Coronel Azevedo.

Trinta e dois municípios serão beneficiados com o Ramal Apodi. São eles: Água Nova, Alexandria, Antônio Martins, Apodi, Felipe Guerra, Frutuoso Gomes, Governador Dix-Sept Rosado, Itaú, João Dias, José da Penha, Lucrécia, Luiz Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Mossoró, Olho d’Água do Borges, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, Serrinha dos Pintos, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Umarizal e Viçosa.

Bolsonaro diz que investimento em recursos hídricos no RN significa “vida”

As duas solenidades que contaram com a presença do presidente

Jair Bolsonaro, tanto em Pau dos Ferros como em Jucurutu, foram bastante concorridas. Em ambas, o gestor se pronunciou ressaltando a importância do investimento que tem sido feito em diversos estados nordestinos em projetos voltados para a segurança hídrica.

“Uma imagem vale mais que um milhão de palavras. Quando a gente olha esse paredão aqui (parede da barragem), a gente sabe que por trás dele tem vida. Tem aquilo que nós precisamos para vencer nossa etapa aqui na Terra. Sou um presidente que deve lealdade ao meu povo. Acredito no Brasil e temos tudo para ser uma grande nação. Não medirei esforços para trazer dignidade ao povo do Nordeste”, discursou o presidente Jair Bolsonaro.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a Barragem de Oiticica ainda irá auxiliar no controle das cheias nas localidades próximas e permitir uma ampliação de até 10 mil hectares da área irrigada da Bacia Piranhas-Açu. A barragem também irá gerar uma energia de 3,52MW, quantidade suficiente para atender um município de 140 mil habitantes.

Frente Parlamentar das Águas visita obras da Transposição

Dentro das atividades da Frente Parlamentar das Águas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputados estaduais que compõem o colegiado participaram de uma visita técnica às obras do

Programa de Integração do Rio São Francisco nos municípios paraibanos Cachoeira dos Índios, Cajazeiras e São José de Piranhas. Estiveram presentes na atividade realizada em maio o presidente da Frente, Galeno Torquato (PSD), Francisco do PT e o vice-presidente do grupo, Coronel Azevedo (PSC).

“São obras de suma importância para o nosso Estado. Em breve a água vai chegar ao RN, proporcionando o desenvolvimento da nossa região e dando segurança hídrica. Vai beneficiar mais de 200 mil pessoas. Estamos muito satisfeitos com o que pudemos conhecer. As obras estão andando e vão contribuir no seu todo para o desenvolvimento potiguar”, disse o deputado Galeno Torquato.

A constatação durante a visita foi positiva, com o andamento dos trabalhos e a perspectiva da chegada das águas do São Francisco ao RN, a partir do Rio Piranhas-Açu e, posteriormente, pelo ramal Apodi, ao rio Apodi-Mossoró e aos reservatórios de Pau dos Ferros e Apodi.

“Essa é uma grande obra. Um sonho de mais de século. Estamos muito felizes com a proximidade de conclusão e chegada da água do São Francisco ao Rio Grande do Norte. A nossa luta é para que isso aconteça”, disse o deputado Francisco do PT.

Tecnologia 5G

MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, FÁBIO FARIA, VISITA O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA E DESTACA IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL

Edital da licitação estabelece compromissos nacionais e regionais de investimentos de cobertura e rede de transporte que obrigam empresas vencedoras a atenderem áreas pouco ou não servidas



A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte trabalha com parcerias e estreitando relações em prol do povo potiguar. A força-tarefa se dá em todas as esferas e com o Governo Federal não é diferente. Dessa vez, o assunto é sobre o leilão do 5G e a chegada da tecnologia ao RN.

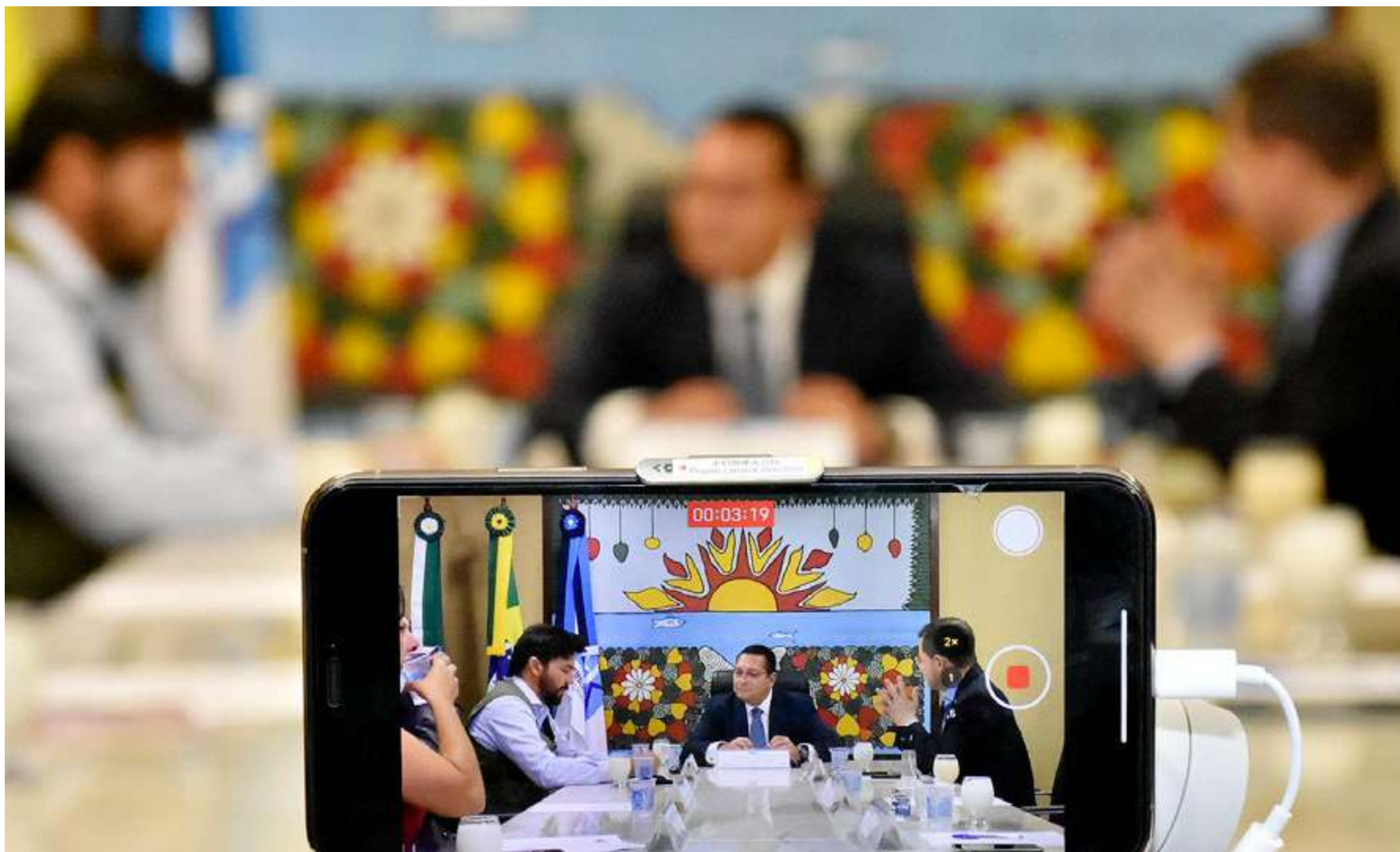
O presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB) recebeu a visita do ministro das Comunicações, o potiguar Fábio Faria. O encontro ocorreu em junho. Na oportunidade, a pauta girou em torno das diversas ações realizadas pelo Governo Federal no Estado, com

destaque para a compra e envio de vacinas contra Covid-19, além de investimentos em infraestrutura e da implantação da tecnologia 5G no Brasil.

Ezequiel destacou as boas notícias apresentadas pelo ministro para o povo potiguar, em especial o avanço para a implantação do 5G no Brasil. “Essa tecnologia permitirá uma verdadeira revolução em praticamente todas as áreas. A vida como conhecemos atualmente será transformada para melhor. Então o ministro Fábio Faria nos traz boas notícias, além de ações para o RN”, disse o presidente da Assembleia na ocasião.

O Governo Federal tem tratado o leilão do 5G como a maior licitação da história das telecomunicações no País. No dia seguinte ao leilão, na avaliação do ministro das Comunicações, Fábio Faria, as empresas começam a implantação do 5G. “Nos próximos 15 anos, estamos falando de \$1,2 trilhão de dólares movimentando todos os setores da economia”, estima o ministro.

É importante destacar que o leilão do 5G será “não arrecadatório”, uma vez que os recursos levantados serão investidos em infraestrutura de comunicação e aprimoramento da conectividade em áreas ainda



carentes de cobertura. Na avaliação do Ministério das Comunicações (MCom), a fase inicial da implantação do 5G no Brasil — tendo em mente as dimensões do território nacional — representará um dos maiores desafios para o setor de telecomunicações.

O ministro Fábio Faria aproveitou para apresentar algumas das ações implementadas no RN. “Essa foi uma visita institucional do Ministério das Comunicações, do Governo Federal, à Casa do Povo Potiguar, onde tratamos de muitos assuntos, como a vacinação, com doses 100% adquiridas e pagas pelo Governo Federal”, disse o ministro na oportunidade.

Acompanharam a reunião, o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Cezinha de Madureira e o secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão; a diretora de Comunicação da Assembleia Legislativa, Marília Rocha; o diretor da TV Assembleia, Bruno Giovanni e o diretor-geral da Presidência da Casa, Fernando Rezende.

5G: MAIOR LICITAÇÃO DA HISTÓRIA DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

O edital da licitação, publicado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em setembro, estabelece compromissos nacionais

e regionais de investimentos de cobertura e rede de transporte que obrigam empresas vencedoras do leilão a atenderem áreas pouco ou não servidas, como localidades e estradas, com tecnologia 4G ou superior. Para os municípios com mais de 30 mil habitantes, estão previstos compromissos de atendimento já com tecnologia 5G. Nas capitais e no Distrito Federal, o 5G deverá começar a ser oferecido pelas vencedoras do leilão até julho de 2022.

Entre as obrigações vinculadas ao leilão está a construção da rede privativa da Administração Pública Federal. O objetivo é evitar vazamentos de informação e proteger

dados do governo. Fábio Faria resalta que “o padrão que favorece a segurança dos dados já é adotado na Alemanha, Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Austrália, Reino Unido e Canadá”. O MCom conheceu algumas soluções utilizadas na Europa, Ásia e Estados Unidos.

A rede privativa tem requisitos de segurança em duas frentes: uma rede fixa de fibra óptica, ligando todos os órgãos da União e uma rede móvel apenas no Distrito Federal para atividades de segurança pública, defesa, serviços de emergência e resposta a desastres.

Alta Resolução

TV LEGISLATIVA COMPLETA 18 ANOS E TRAZ COMO NOVIDADE A IMPLANTAÇÃO DE 14 CÂMERAS ROBÓTICAS

Novos equipamentos funcionarão de forma automática e remota, através de teclado próprio ativado de dentro do centro de operações



Tendo sido uma das pioneiras dentre as TVs legislativas do País, a TV Assembleia RN completa, em dezembro de 2021, 18 anos de existência. E, para se firmar ainda mais como referência no meio, a emissora vem passando, desde 2017, por um processo de atualização tecnológica. Desta vez, no mês do seu aniversário, a TV receberá 14 câmeras robóticas Full HD, que darão mais agilidade e qualidade às suas transmissões. Além disso, já no início de 2022, terá sua programação

disponibilizada de forma on-line, a exemplo do que acontece no Legis Vídeos.

“Apesar de 2020 e 2021 terem sido anos muito difíceis, em virtude da pandemia, com muitas suspensões e modificações nos processos de trabalho, a TV Assembleia não parou suas atividades. Ao contrário, nós conseguimos avançar. Prova disso é que, em dezembro, preveremos a instalação de 14 câmeras robóticas, que funcionarão de forma automática e remota, através de te-

clado próprio ativado de dentro do centro de operações, pelo diretor de corte”, destaca Bruno Giovanni, diretor da TV, acrescentando que os equipamentos já se encontram na Casa Legislativa.

Segundo Bruno, as câmeras serão instaladas no Plenário, no auditório Cortez Pereira (também chamado de Plenarinho), onde ocorrem as audiências públicas, e nas salas das Comissões Temáticas. “Com isso, além de facilitar a operação da TV nas coberturas ao



vivo direto desses locais, nós vamos melhorar a qualidade das imagens, sons e conteúdos apresentados, em razão do posicionamento estratégico desses novos equipamentos”, disse Bruno Giovanni.

Para Gerson de Castro, chefe da Divisão de Rádio e TV, o novo sistema de filmagens irá promover mais dinamismo às coberturas da emissora e ao trabalho dos cinegrafistas. “O nosso corpo de cinegrafistas irá se dedicar mais a outras atividades, tanto dentro da

Casa - enriquecendo o noticiário ao vivo, através de entrevistas com os deputados em tempo real -, quanto em eventos externos, de interesse legislativo e geral. Nós iremos modernizar e aumentar a qualidade do Jornalismo oferecido pela TV Assembleia, com a produção de mais documentários e matérias especiais, a exemplo do que temos feito ao longo dos anos, tornando-nos uma das TVs com maior acervo cultural do Rio Grande do Norte”, ressalta Gerson de Castro, reforçando que

as conquistas só foram possíveis graças ao empenho do presidente Ezequiel Ferreira (PSDB) e da Mesa Diretora.

Já para o ano que vem, a TV Assembleia contará com duas novidades, advindas de uma parceria com a Diretoria de Gestão Tecnológica. Uma será a disponibilização on-line de toda a grade de programação da emissora, como ocorre no Legis Vídeos, através de ferramenta própria, que ainda será criada.

“Assim como acontece com o Legis Vídeos, nós iremos criar uma ferramenta que vai disponibilizar para todo o público, interno e externo, os vídeos da programação da nossa TV. Então, as pessoas poderão baixar e assistir todo o nosso conteúdo, quando e onde quiserem”, explica Bruno Giovanni.

A segunda novidade será o “Centro de Documentação da TV Assembleia”, uma espécie de banco de imagens. “Com 18 anos de existência, a emissora tem um grande

acervo, que inclusive será renovado, porque nós já estamos transmitindo e gravando tudo em Full HD. Então, no ano que vem, nós teremos também um local de armazenamento de todas as nossas imagens. Isso facilitará bastante o trabalho dos editores e do corpo redacional e de jornalismo da TV, já que teremos armazenado, para consulta e consumo interno, todo o acervo de imagens da TV Assembleia”, detalha Gerson de Castro.

A TV Assembleia pode ser assistida em Natal e Região Metropolitana no canal 10.3. No interior, canal 18.1. Na TV fechada em Natal, o sinal é transmitido pela Net no canal 16 e canal 109 pela Cabo Telecom. Já em Mossoró, TCM 21.4 e 222. Assu, Telecab 04. Currais Novos, Sidy's Catv 56 ou ainda pela internet, no canal oficial da TV no YouTube.

APOIO *do* servidor

PROFISSIONAIS DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA FORTALECEM PARCERIA DE TRABALHO

Assembleia cria protocolo em saúde mental que foi acrescentado ao protocolo clínico já existente no atendimento ao servidor

A necessidade de se reinventar, se adaptando a novas situações e contextos sempre foi inerente ao ser humano ao longo do seu processo evolutivo. Na pandemia, o instinto de sobrevivência ficou ainda mais aguçado. Foi diante dos novos cenários que se redesenharam na rotina, que o Programa de Qualidade de Vida e Saúde da Assembleia Legislativa precisou ganhar uma nova configuração e se adaptar para que, de forma rápida e eficiente, atendesse às necessidades emergenciais apresentadas pelo corpo de servidores.

O fato é que todos os setores da Casa precisaram revisar os seus objetivos, recriar sua forma de atuação e rotina de trabalho. Com o Qualidade de Vida não foi diferente, e uma das consequências positivas dessa nova realidade foi o fortalecimento das atuações em prol da saúde dos servidores e parlamentares, numa parceria cada vez mais estreita com a Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar, que faz parte da Diretoria de Políticas Complementares, atuando juntos em ações voltadas principalmente

para a saúde mental do servidor legislativo.

O Programa, que também está ligado à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, focou na promoção do bem-estar de servidores e parlamentares. Nesse contexto foi que surgiram, entre outras ações, o Protocolo de Saúde Mental frente à pandemia e a produção da Cartilha de Luto, que mereceram atenção mais do que especial de toda a equipe envolvida.

“Com a pandemia a gente associou o protocolo de saúde mental ao protocolo já existente. Recebendo um feedback dos servidores, percebemos muitas sintomatologias de pessoas ansiosas, preocupadas, isoladas, então fizemos um mutirão da psicologia”, afirma a psicóloga e coordenadora do Programa de Qualidade de Vida e Saúde, Bárbara França.

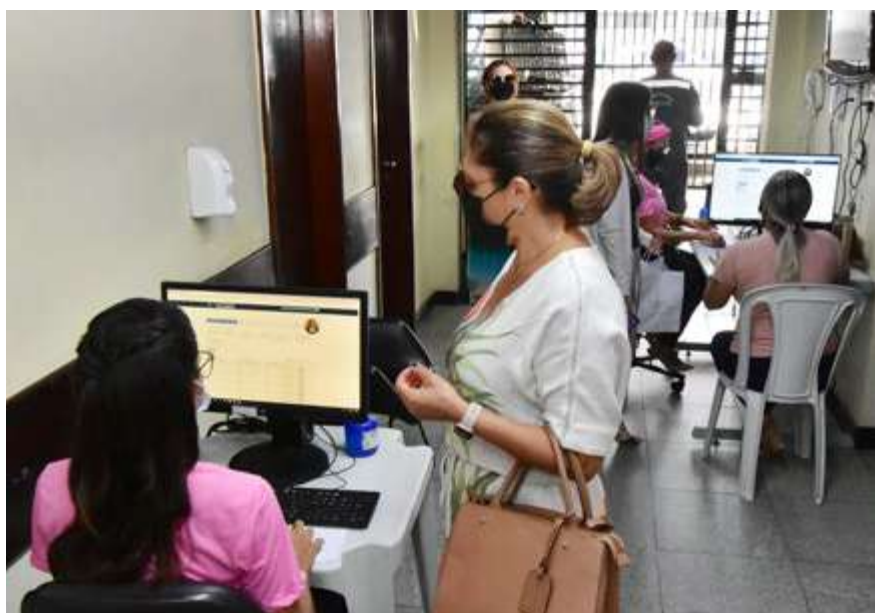
Era preciso tratar a ansiedade, medo e luto pela perda de entes queridos ou o luto que veio junto com a pandemia pelas restrições impostas, separações, entre tantos outros sentimentos. O protocolo em saúde mental foi acrescentado ao protocolo clínico já existente no

atendimento ao servidor infectado pelo vírus.

A equipe ofereceu apoio, acolhimento e escuta aos servidores atingidos pela doença, a fim de minimizar prováveis impactos negativos associados não só ao adoecimento pelo vírus, como também ao isolamento social, perda de autonomia e medo do contágio. O protocolo foi elaborado pela equipe de psicólogos do Programa de Qualidade de Vida e Saúde, revisado e aprovado pela equipe de psicólogos clínicos do Núcleo de Atendimento Biopsicossocial da Casa.

Ele foi pautado principalmente nos Atos Éticos Normativos do Conselho Federal de Psicologia, como na “Intervenção em crise psicológica – ICP” e nas “Orientações novas e adequadas para oferecer resposta rápida e eficiente”, também do Conselho Federal de Psicologia. Outra referência foi o Guia de atenção psicossocial para o enfrentamento da Covid-19 no Amazonas, documento bastante completo e atual.

“A valorização do servidor sempre foi uma das políticas mais



fortes da gestão do presidente desta Casa, o deputado Ezequiel Ferreira e, nesse período de pandemia, não podia ser diferente. Para melhor acolher os servidores, principalmente na área da saúde mental, uma equipe especial passou a fazer o atendimento psicológico ao servidor”, declara Ricardo Fonseca, diretor de Políticas Complementares, destacando que o setor vem adotando várias medidas de apoio ao servidor.

Atualmente, os servidores que necessitam de atendimento passam pela equipe de enfermeiros, médicos e, por último, pelos psicólogos do programa e do núcleo, que realizam uma busca ativa daqueles que têm indicativos importantes para acompanhamento psicoterápico.

PROGRAMA TEMÁTICO

Quanto à Cartilha de Luto, os psicólogos do protocolo de saúde mental participaram de um treinamento cujo produto final foi a sua elaboração e produção. A

cartilha foi disponibilizada não só para os servidores, mas também para a comunidade em geral. Ambas as iniciativas (protocolo e cartilha) ganharam um programa especial levado ao ar na TV Assembleia, o “Psicologia em Pauta”, totalmente dedicado ao tema e exibido na Semana do Psicólogo.

A data inclusive foi lembrada com várias ações no RN pelos conselhos de classe. Nessa mesma semana a ALRN realizou audiência pública no Dia do Psicólogo, com o tema “Compromisso do psicólogo com a sociedade e com a profissão em tempos de pandemia”, iniciativa do mandato da deputada Isolda Dantas (PT).

“Muitas pessoas estavam passando pelo protocolo e pela primeira vez sendo atendidas por um psicólogo. Em termos gerais, ao falar das emoções, estavam se implicando nela, num processo de ressignificar o que estavam sentindo. Esse momento de expressar emoções

muito contraditórias foi muito importante para algumas pessoas entrarem na escuta psicológica”, explica o psicólogo Rodrigo Bezerra, do Núcleo de Atendimento Biopsicossocial.

CORRIDA DO SERVIDOR

Sempre pensando na qualidade de vida do servidor, a Assembleia realizou – no início de novembro – a 2ª Corrida e Caminhada do Servidor. A atividade se deu em alusão do Dia do Servidor e teve como objetivo incentivar o intercâmbio desportivo entre o funcionalismo do RN e fomentar a prática da corrida, proporcionando qualidade de vida e melhoria da saúde física e mental do participante, além de contribuir para a formação de uma filosofia esportiva baseada na sua importância social, educacional, cultural e econômica.

FESTA DO BOI

A Casa participou ainda da 59ª edição da Festa do Boi, no mês de novembro. O estande da Assembleia

Legislativa ofereceu serviços de Saúde, com aferição de pressão e distribuição de preservativos.

Os servidores da Escola da Assembleia também estavam atendendo ao público, explicando os serviços prestados pela instituição e como a comunidade pode acessar os cursos gratuitos oferecidos, em nível de capacitação pessoal, capacitação técnica, palestras e pós-graduação.

Já a participação do Memorial Legislativo se deu através de banners, tanto do ex-deputado Aristófanes Fernandes, que dá nome ao Parque de Exposições, quanto a respeito da futura sede do setor.

Além disso, a Assembleia Cultural contou com um palco próprio, montado pela Casa Legislativa, com shows de cantores e bandas potiguaras, como Isaque Galvão, Messias Paraguai, Banda Flor de Liz e CPI do Forró.

História *que se* **RENOVA**

MEMORIAL DO LEGISLATIVO VAI ESTREAR SITE PARA VISITA VIRTUAL ÀS INSTALAÇÕES DESTACANDO OS PRÉDIOS QUE SERVIRAM DE SEDE PARA A ALRN

Outra novidade é a elaboração de revista em quadrinhos contando a história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, além da edição de obras raras



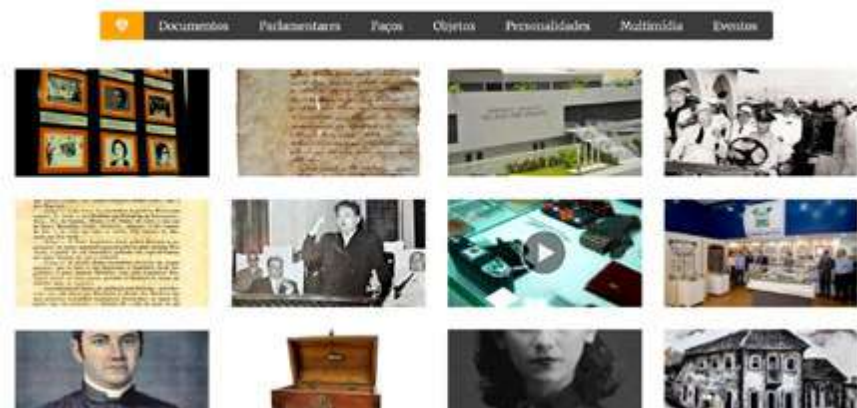
Os objetos, mobília, documentos, vestes ou pertences que compõem o valioso acervo do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar preservam parte da história do Parlamento e do povo. O silêncio imponente que impera em suas instalações é só aparente, pois contrasta com a intensidade das diferentes iniciativas nas quais o memorial está inserido, ampliando o conhecimento da história e se modernizando através de canais como o novo site que está em construção,

além de um programa em elaboração com a TV Assembleia. A pesquisa também não para. E tem muito mais sendo realizado.

O novo site, previsto para janeiro de 2022, está sendo construído com o apoio da Diretoria de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa e ficará hospedado no próprio portal da Casa (www.al.rn.leg.br), onde já há um espaço para registro das atividades. A iniciativa permitirá uma visita virtual às suas instalações,

num verdadeiro tour por momentos emblemáticos dos quase 200 anos de história do Parlamento norte-rio-grandense.

O pioneirismo da mulher potiguar, com Alzira Soriano, por exemplo, sendo a primeira prefeita eleita no Brasil, conduzindo aos 32 anos os destinos do município de Lajes; a escritora Celina Guimarães; a primeira deputada do RN, Maria do Céu Fernandes, entre outros feitos, estarão a apenas um clique do in-



Athenau Norte-Riograndense

Entre 1866 e 1870 (4 anos)

- Primeira escola secundária do Brasil, a famosa escola D. Pedro II no Rio de Janeiro, teve seu currículo feito com base no Athenau;
- Primeira sede na Jurema, a sede do diálogo do presidente Sílvio Elcides da Cunha em sessão realizada no dia 18 de maio: "o estado a que se achava reduzido o nosso província pago em sala pegaria, depois de maior assento e deliberação necessária". O curso estava se referindo as precárias condições estruturais a que se encontrava o prédio do Athenau, necessitando assim, de urgentes mudanças.

O Legislativo Potiguar é instituição de representação popular, a "Casa do Povo", pelos dispositivos legais em vigor, dispõe de 32 parlamentares eleitos diretamente pela coletividade e resguarda o papel de defender os interesses plúrimos da população e dos mais diversos segmentos da sociedade.



Como Surgiram os Poderes Legislativos Estaduais

A origem do Conselho de Estado remonta a uma proposta de criação em 1824, no governo Regência.



ternauta. Os visitantes do memorial virtual também poderão contemplar, à distância, os prédios que serviram de sede para a Assembleia Legislativa e que estão eternizados na obra da artista plástica Anna Oliveira, e ampliar seus conhecimentos em curiosidades como o surgimento dos legislativos brasileiros ou como se deu a importante participação do clero no Parlamento Potiguar.

De acordo com o chefe de Divisão do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar, jornalista Aluísio Lacerda, há ainda mais novidades em curso: outra parceria do Memorial com a Gestão Tecnológica da Casa é a elaboração de uma revista em quadrinhos contando a história da Assembleia Legislativa do RN. E também a edição de obras raras. "Com a reedição do livro 'Uma História da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte', de Câmara Cascudo, o Memorial abraçou a ideia da diretoria-geral da Casa, proposta por Augusto Viveiros, que vai reeditar obras raras. A seleção já foi feita. O processo aguarda a finalização da licitação da gráfica que irá fazer a impressão", anuncia Lacerda.

Para a criação do site, a parceria conta com o trabalho do técnico Gustavo Torquato, da Gestão Tecnológica, e por parte do Memorial com

a participação do próprio chefe de divisão e de dois servidores, os historiadores Plínio Sanderson e Fábio Cortez, que também é fotógrafo.

A reedição (fac-símile) de obras raras esbarra em alguns desafios, principalmente aquelas que não estejam em domínio público (70 anos a partir de 1º de janeiro subsequente à morte do autor). Aluísio cita um exemplo: ao Memorial foi sugerida a reedição da obra 'O Pioneiro Esquecido', de Augusto Fernandes, biografia de Augusto Severo, última edição publicada pela Fundação José Augusto, em 1982. Mas, como não há informações sobre familiares do autor, natural de Belém do Pará, militar que serviu na Base Aérea de Parnamirim durante a 2ª Guerra Mundial, e na reserva concluiu o curso de Direito no Rio de Janeiro, o Memorial pediu orientação à Procuradoria-Geral da Casa.

Aluísio Lacerda adianta que, entre outras publicações, consta um trabalho inédito do Memorial, já concluído e revisado, pronto para impressão. Trata-se da "História Legislativa dos Municípios do Rio Grande do Norte". Como nasceram os municípios potiguares? Mediante decreto, resolução imperial ou da província? Ou via projeto de lei apresentado por parlamentares, com tramitação

regular, em todas as comissões, até a sanção governamental?

"Esse trabalho de pesquisa demandou muito tempo e ocupou vários servidores do próprio Memorial, com colaboração do ex-deputado Paulo de Tarso Fernandes, contando inicialmente com a assessoria da jornalista Altaídes Marques, que cuidou de cerca de 90 municípios cujos processos tramitaram regularmente na Casa legislativa", explica ele. Mas com a pandemia, o jornalista concentrou em casa o trabalho de revisão e texto final de mais de 70 municípios. No momento, a equipe do Memorial atualiza a catalogação do seu acervo e, em parceria com a Escola da Assembleia, pretende elaborar um projeto museológico a partir do que dispõe o Estatuto dos Museus (lei federal nº 11.904).

Outra boa nova será a retomada de projetos abertos ao público: "A retomada das ações do Memorial Itinerante nas escolas e comunidades somente acontecerá no exercício de 2022, em função das apertadas agendas escolares no presente exercício e da própria pandemia. Mas o Memorial está aberto a qualquer convite dos dirigentes de escolas públicas e/ou privadas", afirma.

A grande interação entre o Memorial e a TV Assembleia conti-

nua rendendo bons frutos. É que o extenso trabalho de pesquisa que o diretor e sua equipe vêm fazendo, vai render novos programas na grade da TV legislativa. O jornalista Gerson de Castro, gerente de Rádio e TV do canal é quem explica: "A grande interação entre TV e Memorial já produziu grandes programas e tomamos conhecimento do extenso trabalho de pesquisa que ele anda fazendo, levantando datas e fatos ligados a personagens que fazem parte do Legislativo Estadual e a ideia é criar um 'programa' com flashes, numa concepção gráfica interessante, destacando essas datas, fatos e personagens da história do legislativo", resume.

Como não há muitas imagens disponíveis, a criatividade falará mais alto, concebendo um formato leve, com riqueza de detalhes sobre a vida, fatos e personagens da vida pública, que possa atrair a atenção do telespectador e oferecer uma contribuição à cultura: "Não só política, mas ao patrimônio que representa o Legislativo Estadual", avalia Gerson.

DIREITOS e Garantias

PROCON LEGISLATIVO OFERECE SOLUÇÕES E MEDIA CONFLITOS NOS CANAIS VIRTUAIS ENQUANTO PLANEJA RETORNO PRESENCIAL PARA 2022

Atendimento deve ser retomado na sede do órgão, em Petrópolis, e através da unidade móvel, que chega aos bairros oferecendo o serviço com comodidade



Criado para atender à população e prestar assistência jurídica, seguindo os preceitos do respeito à cidadania e ao direito de todos, o Procon Legislativo, mesmo em período pandêmico, segue cumprindo a sua missão de garantir o equilíbrio nas relações de consumo. Desde 2009, os consumidores do Rio Grande do Norte têm mais esta proteção de direitos ao seu alcance.

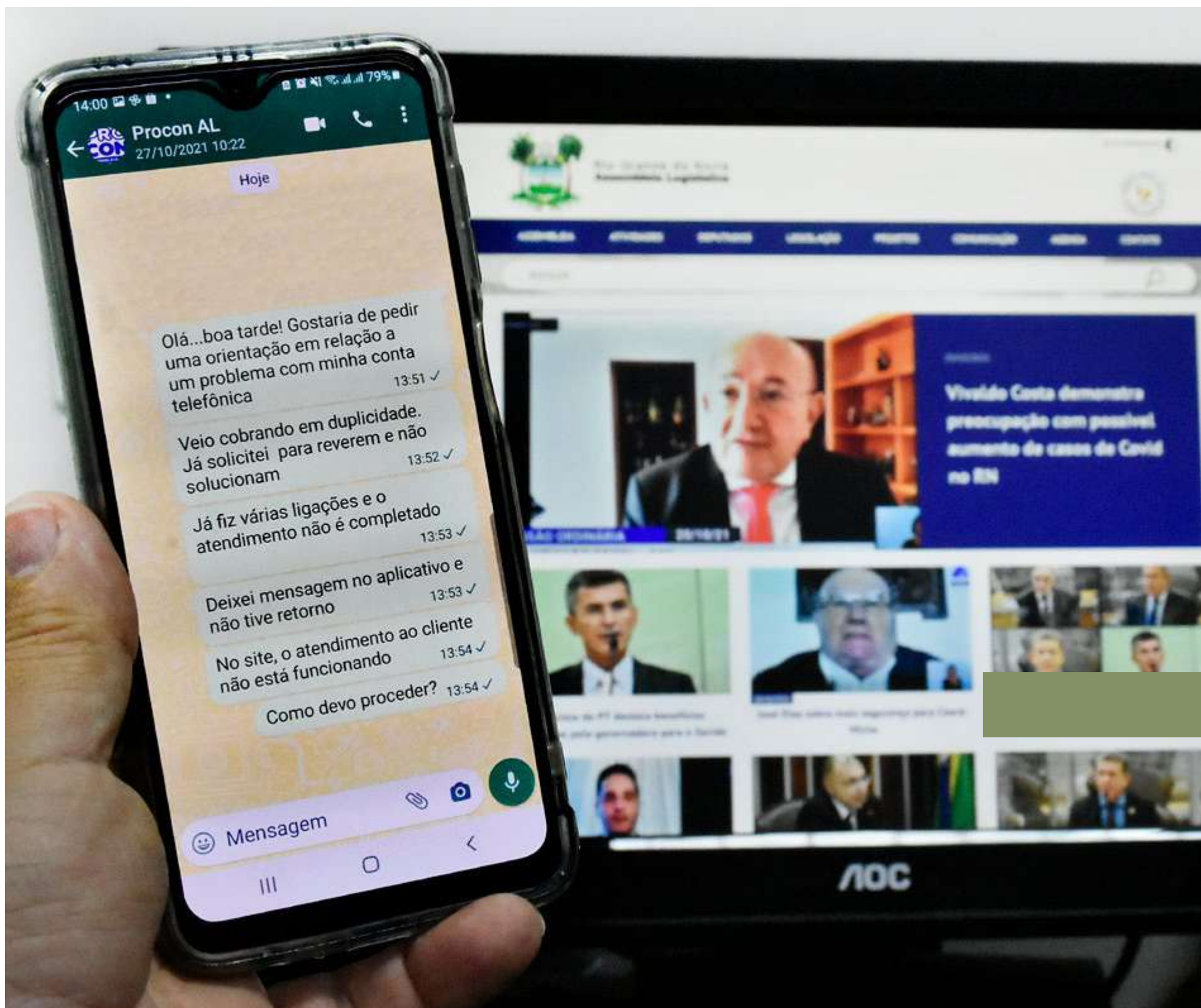
Atuando nesse momento de forma remota - através dos seus canais virtuais - seja por telefone, whatsapp ou e-mail, as principais queixas da população potiguar foram solucionadas e o atendimento para uma simples orientação ou resolução, manteve a mesma presteza e idêntico padrão de qualidade já reconhecidos e atestados por pesquisas de satisfação que sempre foram realizadas ao

longo de sua existência, à exceção dos dois últimos anos já que a pesquisa é presencial.

Assim como aconteceu a partir de março de 2020, este ano o atendimento também foi oferecido de forma virtual, seguindo aos Atos da Mesa Diretora (352/2020 e 2201/2021) da Assembleia Legislativa, que suspenderam temporariamente os atendimentos presenciais durante a pandemia.

A boa notícia, de acordo com a coordenadora do Procon Legislativo, Marcella Simonetti, é a previsão do retorno do atendimento presencial, para 2022, na sede do órgão, à rua Jundiaí, em Petrópolis, caso os índices de incidência da Covid-19 entre a população potiguar continuem decrescendo. A expectativa também de toda a equipe é a retomada dos trabalhos presenciais através da unidade móvel, que se desloca aos bairros de Natal, oferecendo o serviço com comodidade para os que ali residem.

Este ano, de acordo com as estatísticas mais recentes - cerca de 70 atendimentos mensais - as principais solicitações foram relativas a orientações sobre pro-



dutos e serviços, principalmente nos itens energia elétrica e planos de saúde. No tocante a esses dois serviços especificamente, as dúvidas sobre cobranças, valores e reajustes são bastante comuns.

Além destes temas, os servidores do Procon Legislativo ofereceram orientação e assistência jurídica para assuntos financeiros, internet e televisão por assinatura, que sempre aparecem no ranking dos mais requisitados nos serviços de orientação ao consumidor em todo o País.

No Brasil, o site do Governo Federal indicava que os problemas mais reclamados, pela ordem,

eram a cobrança por serviço ou produto não contratado; o reembolso ou atraso na devolução/retenção de valores pagos, a venda e propaganda enganosa. Sobre o segmento comercial, os bancos, financeiras e administradoras de cartão lideravam o ranking, seguidos pelas operadoras de telecomunicações (telefonia, internet e TV por assinatura) e comércio eletrônico.

Para as datas de maior efervescência no comércio, como Dia das Mães, Dia dos Namorados ou Dia dos Pais, o Procon Legislativo focou a atuação em orientações relacionadas às principais dúvidas

da população durante a pandemia, que variavam conforme o decreto vigente do momento, como matrículas em academias e escolas, passagens aéreas, pacotes de viagens e outras questões que foram sendo acrescentadas de acordo com a demanda do período.

“Em mais um ano atípico devido à pandemia, o Procon Legislativo continuou funcionando, atendendo o cidadão e prestando serviços à população potiguar. Foi um ano de desafios para o consumidor em diversos segmentos de consumo, mas a tecnologia foi a nossa grande aliada. Desde que o Procon da Assembleia passou a

oferecer atendimento pelo whatsapp, esse formato foi bastante aceito e procurado, otimizando o tempo”, afirma a coordenadora, Marcella Simonetti.

O Procon Legislativo atende através do telefone (84) 3615-9000 ou pelo whatsapp, no número (84) 98849-1187. Em casos de imposição de cobrança ou cobrança abusiva e indevida, o consumidor pode procurar os canais de atendimento para receber orientação e, se for o caso, registrar uma queixa.

RENOVAÇÃO parlamentar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TEM DOIS NOVOS DEPUTADOS DESDE O INÍCIO DO ANO E POSSE SE DEU COM SOLENIDADES RESTRITAS EM RAZÃO DA PANDEMIA

O subtenente Eliabe assumiu a vaga deixada por Allyson Bezerra, eleito prefeito de Mossoró e, em março, Jacó Jácome assumiu vaga após retotalização dos votos determinada pelo TSE



O ano de 2021 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte contou com a presença de dois novos nomes na atual Legislatura. A renovação das cadeiras se deu por motivos diferentes. Primeiro, com a renúncia de Allyson Bezerra (SDD) - eleito prefeito de Mossoró - assumiu a função o até então suplente Subtenente Eliabe Marques (SDD). Já em substituição a Sandro Pimentel (Psol), que

perdeu o mandato por decisão da Justiça Eleitoral, quem voltou a ocupar uma vaga na Casa foi Jacó Jácome (PSD).

A posse dos dois novos deputados foi feita pelo presidente da Assembleia, Ezequiel Ferreira (PSDB), em solenidades restritas em virtude do respeito aos protocolos sanitários devido a pandemia da Covid-19. Para Ezequiel Ferreira, a chegada dos dois novos nomes à Casa trouxe

ainda mais responsabilidade ao Legislativo.

“A Casa do Povo se orgulha em receber dois nomes dessa importância, com serviço prestado ao potiguar. Recebemos alguém com a origem, história e dedicação de Eliabe. Em seguida a volta de Jacó Jácome, que já havia se destacado em seu primeiro mandato pelas importantes bandeiras e projetos pelos quais atuou em defesa. Tenho certeza

do grande trabalho já realizado e que ambos ainda realizarão pelo povo do Rio Grande do Norte”, avalia o deputado Ezequiel Ferreira.

Nascido em Riachuelo, no interior do Estado, Eliabe chegou a Natal em 1989. Entrou na polícia em 1992 e se envolveu na direção de associações militares, tornando-se um líder da sua categoria profissional. Na Assembleia, tomou posse afirmando que honraria os mais de 16,2 mil votos que recebeu em 2018 e que o colocaram na então primeira suplência. Com a vacância do cargo de Allyson, vencedor do pleito na segunda maior cidade do RN, Eliabe assumiu o cargo. Casado e pai de três filhos, o atual parlamentar está cursando Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (IFRN).

Durante a posse, o subtenente Eliabe dedicou o mandato aos colegas de farda da PM e bombeiros militares. “Aos meus estimados companheiros de luta, vocês fizeram e continuarão fazendo parte da construção dessa história”, disse. “Seguirei fazendo o que sempre fiz: defender com muita firmeza os direitos dos trabalhadores da segurança pública e melhores condições de trabalho, o que resultará em uma segurança pública melhor para o povo do meu Estado”, discursou na ocasião.

Já a posse de Jacó Jácome ocorreu em cumprimento à decisão da Corte Eleitoral, que após entendimento do colegiado, anunciou a mudança na atual Legislatura e garantiu a cadeira ao deputado estadual. Jacó assumiu a vaga de Sandro Pimentel (PSOL) por determinação do Tribunal Superior Eleitoral

(TSE). A mudança foi motivada depois que o TSE decidiu pela recontagem dos quocientes eleitorais e partidários, sem computar os 19.158 votos obtidos por Sandro Pimentel, implicando na eleição de Jacó Jácome, que obteve 26.864 sufrágios no pleito de 2018.

Jacob Helder Guedes de Oliveira Jácome nasceu em Natal, em 29 de janeiro de 1992. Através da influência do pai, Antônio Jácome, Jacó ingressou cedo para a política e se filiou ao PMN. Disputou a eleição para vereador de Natal em 2012 com apenas 20 anos de idade e foi eleito com 5.942 votos. Em 2014, foi candidato a deputado estadual pela primeira vez e conseguiu 28.620 votos, que o elegeram como “o deputado mais jovem do RN”. Em março de 2016, Jacó se filiou ao PSD e em 2018, candidatou-se à reelei-

ção a deputado estadual e dessa vez não conseguiu êxito, ficando na 1ª suplência.

“Vamos com muita maturidade e experiência continuar com a mesma dedicação a lutar pelas pautas a favor da vida, da saúde e da qualificação profissional. São bandeiras que adotamos no primeiro mandato”, disse Jacó após assumir a cadeira. O deputado fez questão de enfatizar ainda a sua preocupação com o atual momento vivenciado pela sociedade em meio a pandemia e anunciou a destinação de emendas para o enfrentamento ao Coronavírus.

Jacó foi o 21º mais votado para deputado estadual nas eleições de 2018. Este será o seu segundo mandato, após ter feito parte da Legislatura 2015-2018. O parlamentar é Bacharel em Direito e acadêmico de Medicina.



Ação TRANSPARENTE

UNIDADES DA CASA LEGISLATIVA FORAM ENVOLVIDAS NA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

No final de outubro foi publicizado o documento que busca ofertar visibilidade às atividades desenvolvidas pela Assembleia Legislativa

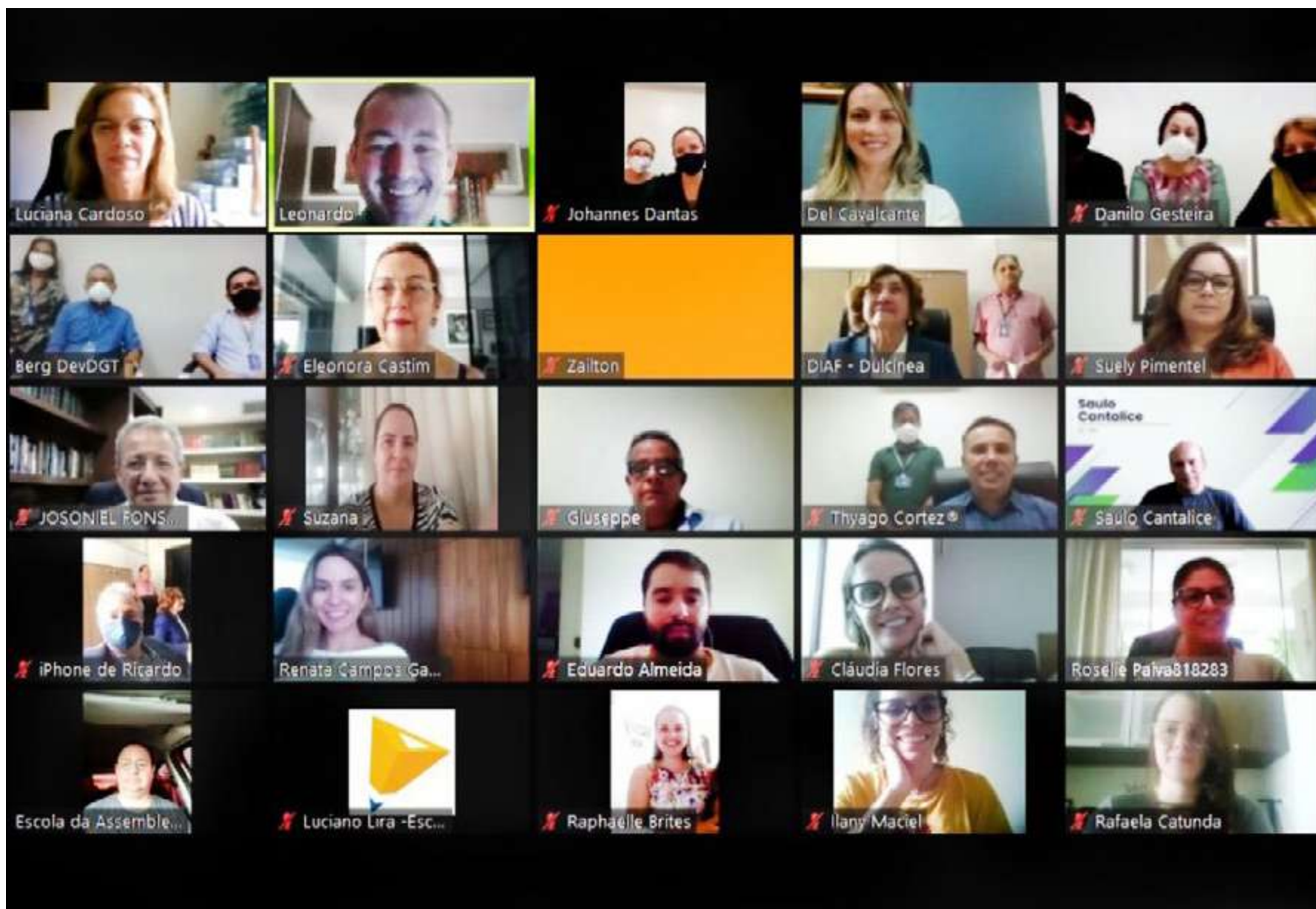


Apesar da pandemia, em 2020, a Casa Legislativa elaborou o Relatório de Gestão 2019. Em 2021 não foi diferente. Muitos desafios foram vencidos diante da necessidade de adaptação para manter contato remoto com os gestores das unidades, em virtude da pandemia. Para a consolidação dos dados, sete etapas foram vencidas: iniciação das atividades - constituição formal do Grupo de Trabalho (GT); reunião do GT e alinhamento do planejamento com a Diretoria Administrativa e Finan-

ceira da ALRN; sensibilização dos servidores e gestores das unidades - criação de grupo em plataforma de comunicação bidirecional com a participação de gestores e responsáveis das unidades, além de realização de videoconferência com eles; desenvolvimento dos relatórios de gestão pelas unidades e envio para o Grupo de Trabalho; recebimento e análise dos relatórios de gestão das unidades; elaboração dos textos a partir da análise dos relatórios; diagramação do Relatório de Gestão

2020 e revisão.

“A necessidade de ler e analisar uma grande quantidade de relatórios de gestão das unidades, compilar todas as informações constantes nesses relatórios e consolidar um padrão mínimo para apresentar as informações foram os principais objetivos do Grupo de Trabalho”, explica Delkisline Cavalcante, coordenadora do GT, que contou com o apoio dos servidores João Eudes Ferreira, Leonardo Araújo e Maria Eleonora Lopes.



Para a elaboração do Relatório de Gestão 2020, todas as unidades da Casa Legislativa foram envolvidas por meio de encontros com o Grupo de Trabalho, através de plataformas virtuais e presenciais, esse último, quando demandados pelos gestores, para dirimir dúvidas e direcionar os trabalhos.

O Grupo de Trabalho optou por manter a estrutura de apresentação do Relatório de Gestão 2019. Contudo, o GT adaptou os Marcos de Gestão para Destaques da Gestão, apresentou o Monitoramento da Estratégia “Horizonte 2023”, ampliou a quantidade de informações apresentadas, destacou as atividades realizadas para enfrentar a pandemia e para adequar as unidades para a realização das atividades habituais e apresentou uma Visão do Grupo de Trabalho sobre o Relatório de Gestão 2020.

No final de outubro foi publicado o Relatório de Gestão que busca ofertar visibilidade às ativida-



des de gestão - programas, projetos e ações - desenvolvidas pela Casa Legislativa, promovendo a transparência e garantindo a função social do Poder Legislativo. Alguns números se destacam no relatório, segundo Delkisline Alves Cavalcante, a quantidade expressiva de pessoas atendidas na área de saúde e assistência social: 6.111; a taxa de inves-

timento em capacitação: R\$ 58,53 por pessoa; o índice de construção do Memorial de 25%.

“O indicador tinha a previsão de início para o ano de 2021. Contudo, a unidade responsável se organizou e antecipou sua realização para o ano de 2020”, disse Delkisline Alves Cavalcante, destacando ainda a doação de 141 mil litros de álcool

70% e 25 mil máscaras cirúrgicas a municípios potiguaros durante pandemia e a redução dos custos com despesas de pessoal: 2.09% do seu orçamento com as despesas da folha. Cumprindo os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Macrodesafios, Indicadores E METAS

CATÁLOGO DE ATIVIDADES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA APRIMORA GESTÃO



Para 2022, o trabalho será focado em fortalecer a cultura do Planejamento e intensificar o monitoramento do Plano com o objetivo de estar mais próximo das unidades executoras

A Assessoria de Planejamento da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte vem desenvolvendo um trabalho contínuo de integração e participação de todas as unidades da Casa, visando promover o aprimoramento do Plano Estratégico. O trabalho em torno do Horizontes 2023 da ALRN, como é nomeado o documento, é contínuo. Como etapas vencidas, tem-se a construção do Plano coordenada por uma Comissão específica e com a participação efetiva dos servidores para atender a necessidade de buscar novos caminhos, com o objetivo de construir um modelo de gestão que gere resultados na prestação de serviços,

especialmente nas boas práticas de governança e gestão.

Atualmente, é vivenciada a etapa de execução, monitoramento e acompanhamento dos macrodesafios, indicadores, metas e iniciativas estratégicas. Como etapa a realizar, será preciso intensificar o monitoramento e avaliação com a intenção de impulsionar a conquista das metas planejadas.

“Nesse sentido, percebemos a aceitação e interesse dos servidores, inclusive desenvolvendo atividades conjuntas com a Assessoria e participando de cursos de capacitação como Planejamento Estratégico, Construção de Indicadores e Gerenciamento de Riscos”, diz

Luciana Cardoso, coordenadora da Assessoria de Planejamento.

De acordo com o diretor-geral da Assembleia Legislativa, Augusto Carlos Viveiros, as oficinas foram oportunidades de aquisição e compartilhamento de conhecimentos que servirão de base para a realização do Plano Estratégico “Horizonte 2023”. “Tenho certeza de que todos nós iremos nos debruçar sobre os objetivos. Temos muito a fazer ainda, nós sabemos, afinal, aprendemos que uma boa gestão se faz com planejamento e definição de estratégias e metas a serem cumpridas”, avalia o diretor-geral.

Para este ano de 2021, foram



promovidas algumas entregas em torno do Planejamento Estratégico, como a construção e finalização do Catálogo de Atividades, revisão dos indicadores e realização da primeira RAE (Reunião da Análise da Estratégia). Para 2022, o trabalho será focado em fortalecer a cultura do Planejamento e intensificar o monitoramento do Plano, com o objetivo de estar mais próximo das unidades executoras para manter o diálogo permanente, com vistas a reduzir obstáculos e riscos na execução das metas e iniciativas estratégicas, buscando elevar os resultados positivos. Atualmente, existe a intenção de disseminar a informação, oportunizando às demais Casas Legislativas o acesso ao Plano Estratégico no sentido de compartilhar informações.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), a iniciativa busca conduzir a Casa a um modelo de excelência de governança e gestão no âmbito do Poder Legislativo. “Que nosso modelo, em breve, seja replicado em outras ins-

tuições pelo País, a exemplo das ferramentas ‘Legis RH’ e ‘e-Legis’, ambas desenvolvidas por nossos servidores e que atingiram destaque nacional. A primeira delas ao conquistar premiação da Unale na categoria ‘Gestão’. A segunda, ao despertar o interesse de outras casas legislativas do Brasil, como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso. Aqui no RN, também disponibilizamos nossos sistemas para a Prefeitura Municipal do Natal e para as Câmaras Municipais, a começar pela capital do Estado”, destaca Ezequiel.

Conforme citado, a Assessoria de Planejamento, em continuidade ao documento Horizontes 2023 da ALRN, realizou em abril a primeira Reunião da Análise da Estratégia. A RAE é um instrumento de consolidação da atuação legislativa e fiscalizadora por meio de inovações de governança e gestão. A governança inovadora possibilita ao gestor conhecimento das ações estratégicas exitosas e a possibilidade do Comitê de Go-

vernança decidir acerca do redirecionamento de recursos buscando o aperfeiçoamento do resultado esperado.

Também foi elaborado o Catálogo de Atividades da Assembleia Legislativa do RN, como meio de aprimorar a gestão estratégica estabelecida no plano “Horizonte 2023 da ALRN”. Trata-se de uma ferramenta de inovação da gestão que agrega as principais atividades desenvolvidas pela Instituição, oferecendo à equipe técnica um caminho a seguir com a descrição dos trabalhos a serem realizados, além do alinhamento de expectativas. Desse modo, a gestão ganha com mais organização e melhores métricas para análise dos serviços, resultando maior eficácia e eficiência.

Ao detalhar as atividades de cada setor, essa ferramenta possibilita que o servidor conheça as suas atribuições e as dos demais colegas, de forma prática, permitindo-lhes multiplicar o conhecimento. Assim sendo, o Catálogo de Atividades está organizado de

acordo com as resoluções que versam acerca da estruturação organizacional desta Casa Legislativa. Para isso, o material foi coletado no período de março a agosto de 2021, a partir de reuniões online, com a participação, dedicação efetiva e validação dos representantes de todas as unidades da Assembleia, em conformidade com a sua estrutura organizacional.

A realização de cursos de aperfeiçoamento para os envolvidos no âmbito do processo de revisão do Plano Estratégico, visando aprimorar os indicadores, as metas e as iniciativas estratégicas por meio da revisão do Plano, também pautou o trabalho da Assessoria de Planejamento ao longo do ano.

Para a diretora administrativa e financeira da ALRN, Dulcinéa Brandão, urge mapear as ações de governança e gestão na Casa Legislativa. Para tanto, cada gestor das unidades será um multiplicador das ferramentas e metodologias apreendidas durante os cursos visando a execução do “Horizonte 2023 da ALRN”.

Bandeiras ESPECÍFICAS

ESTE ANO A ALRN INSTALOU QUATRO NOVAS FRENTES COM TEMAS DIVERSOS

Assembleia Legislativa do RN conta com 21 Frentes que discutem e aprimoram a legislação com segmentos da sociedade

No terceiro ano da 62ª Legislatura, foram instaladas quatro novas Frentes Parlamentares na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Neste período atípico da atividade parlamentar em função da pandemia do novo coronavírus, os temas preponderantes das Frentes tiveram relação com vacina, direitos das minorias, água e cooperativismo. Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte existem, ao todo, 21 Frentes Parlamentares instituídas.

A atuação da Frente Parlamentar das Águas, em 2021, foi pautada no acompanhamento das obras de transposição das águas do Rio São Francisco. No fim do primeiro semestre, o presidente da Frente, deputado estadual Galeno Torquato (PSD), o vice-presidente, Francisco do PT, e Coronel Azevedo (PSC) participaram de uma visita técnica às obras do Programa de Integração do Rio São Francisco (PISF), nos municípios paraibanos Cachoeira dos Índios, Cajazeiras e São José de Piranhas. Os parlamentares ficaram satisfeitos com o andamento dos trabalhos, notadamente porque constataram que eles vão permitir a chegada da água do Rio São Francisco ao Rio Grande do Norte, a partir do Rio Piranhas-Açu e, posteriormente, pelo ramal Apodi, ao Rio Apodi-Mossoró e aos reser-



vatórios de Pau dos Ferros e Apodi.

Acompanhados de técnicos do Ministério do Desenvolvimento Regional e de colegas parlamentares da Paraíba, a comitiva foi a sítio Redondo, em Cachoeira dos Índios, local onde será construído o Reservatório Tambor. É de lá que será alimentada a segunda entrada da água do Velho Chico ao Rio Grande do Norte. A porta de entrada desse ramal será o município de Major Sales de onde seguirá para o Rio Apodi e será interligada aos reservatórios de Pau dos Ferros e Santa Cruz, ampliando a oferta hídrica e proporcionando mais desenvolvimento ao Estado.

No final de outubro, os deputados estaduais Francisco do PT e George Soares (PL) participaram do evento de visita e celebração pela chegada das Águas do Rio São

Francisco, ao trecho final do Eixo Norte da transposição na Barragem de Boa Vista, em São José de Piranhas (PB).

Já o trabalho desenvolvido pela Frente Parlamentar da Mulher pautou as atividades na realização de lives, por meio das redes sociais da presidente deputada Cristiane Dantas (SDD), que debateu autoestima e saúde da mulher. A presidente da Frente também foi convidada para participação de lives com pessoas e instituições públicas debatendo a importância da participação feminina na política.

No mês de agosto, as atividades do “Agosto Lilás” ressaltaram o trabalho das deputadas Cristiane Dantas, Eudiane Macedo (Republicanos) e Isolda Dantas (PT). Audiências públicas na Assembleia e em municípios do interior foram reali-

zadas além da participação de encontros e rodas de conversa durante todo o mês. A Frente ainda esteve reunida com instituições públicas e privadas para viabilizar parcerias em prol da mulher vítima de violência.

Junto ao Governo do Estado foi cobrada a execução de leis e políticas públicas instituídas em favor da Mulher, como a Casa Abrigo, o funcionamento da Patrulha Maria da Penha e melhorias nas delegacias especializadas.

Mais ações foram realizadas durante o Outubro Rosa, como a campanha Lenço Solidário, que arrecadou cerca de 500 lenços distribuídos para os grupos de apoio às pacientes com câncer. A Frente também participou de audiências e encontros sobre o Outubro Rosa em municípios do interior e incentivou a Assembleia Legislativa na realização do mutirão de mamografias em parceria com o Grupo Reviver.

Voltada para a Terceira Idade, a Frente Parlamentar dos Idosos, presidida pelo deputado Ubaldo Fernandes (PL), realizou duas campanhas educativas com forte repercussão na sociedade. A “Campanha Vacina é Vida”, que teve como principal objetivo incentivar os idosos a aderirem à vacinação contra a Covid-19; focando principalmente no combate às Fake News e à desinformação, e a “Campanha Apoie as pessoas Idosas”, que incentivou a destinação de percentual do Imposto de Renda para os Fundos da Pessoa Idosa no RN.

Ainda em 2021 foi constituída a Frente Parlamentar de Apoio ao Cooperativismo Potiguar (Frencoop), presidida pelo deputado estadual George Soares (PL), visando incrementar o desenvolvimento do cooperativismo no Rio Grande do Norte. De acordo com o presidente da Organização das Cooperativas do RN, (Ocern), Roberto Coelho e superintendente do Sistema Nacional de Aprendizado do Cooperativismo (Sescoop/RN), Eduardo Gatyó, a história econômica e de desenvolvimento do RN é ligada diretamente às cooperativas. Mais de



60% das habitações e 90% da energia rural do nosso Estado tiveram a participação das cooperativas para a realização. Ele agradeceu a criação da Frente e reconheceu a importância do apoio legislativo para a manutenção e crescimento das cooperativas.

Também este ano, foi instalada a Frente Parlamentar em Defesa do Turismo, que terá como presidente o deputado Hermano Moraes. O setor do Turismo ainda vem sofrendo

grandes perdas durante esta pandemia e por isso precisa de uma pauta permanente de ações e discussões.

As frentes parlamentares são instrumentos importantes na organização do debate público junto à sociedade e segmentos organizados, de acordo com seus temas. É ainda uma ferramenta de mobilização política reunindo integrantes de diversos partidos. Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte existem 21 Frentes Parlamentares

instituídas. Cada componente de uma Frente pode, assim, dedicar-se a acompanhar e auxiliar na defesa de questões relevantes para o Estado e a coletividade, num processo mais transparente e com maior participação social. A direção dos trabalhos de cada Frente Parlamentar é exercida por seu presidente, que foi o primeiro parlamentar signatário do requerimento que lhe deu origem.

Status: aperfeiçoando

COM ORÇAMENTO DO ESTADO DEFICITÁRIO, DEPUTADOS SUGEREM ADEQUAÇÕES



Déficit previsto é de R\$ 200 milhões, mesmo com aumento na previsão de arrecadação. Emendas impositivas podem colaborar com projetos específicos nos municípios

Mais uma vez a discussão orçamentária foi um dos principais temas debatidos pelo Poder Legislativo do Rio Grande do Norte. A pandemia da Covid-19 e sua consequente limitação no comércio e serviços, assim como o aumento na inflação e na arrecadação de impostos devido ao aumento dos preços dos produtos, foram alguns dos pontos que fizeram a peça orçamentária ser ainda mais complexa do que em anos anteriores. Para equacionar os interesses da população, debates foram realizados e sugestões apresentadas.

Até o fechamento desta edição, ainda não havia a confirmação sobre quantas emendas foram apre-

sentadas à proposta. Em plenário, os parlamentares criticaram os altos valores de custeio e baixos índices disponíveis para investimentos. Em pouco menos de quatro meses, após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta de Lei Orçamentária Anual tinha um acréscimo significativo nos valores previstos. Contudo, apesar disso, as despesas ainda superam as receitas previstas e há a previsão de redução de gastos com áreas importantes, como Saúde e Educação.

Aprovada em julho, a LDO tinha previsão de receita total em valor constante (sem considerar os índices inflacionários) na ordem de R\$ 11,62

bilhões e de R\$ 12 bilhões em valores correntes, que corresponde às metas anuais para valores praticados no ano da edição da peça. Porém, na LOA, a previsão é de R\$ 15,874 bilhões de receitas orçamentárias e despesa de R\$ 16,175 bilhões, um déficit de R\$ 201 milhões para 2022.

Em termos percentuais, a área de educação, por exemplo, tem previsão orçamentária de aplicação de 25,01% para 2022, somente 0,01% acima do mínimo exigido por lei. Para comparação, o Estado teve previsão de aplicar 27,54% dos recursos em relação à Receita Corrente Líquida e Transferências (RCLIT). Na saúde, a proposta do Executivo pretende



aplicar o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal, que é de 12%. Em 2021, o percentual foi de 12,66%.

O desafio dos deputados na análise da matéria foi equacionar a situação. Apesar da redução percentual nessas duas áreas, há uma previsão

de que os gastos com a Educação e Saúde sejam, em números absolutos, maiores do que em 2021. Enquanto a previsão da educação é de receitas em R\$ 3,15 bilhões para 2022, frente aos R\$ 2,75 bilhões deste ano, a saúde deverá ter, pelas contas do Governo, R\$ 1,5 bilhão, enquanto o valor

em 2021 ficou em R\$ 1,46 bilhão.

Para colaborar com a proposta e aperfeiçoar o direcionamento dos recursos, os deputados têm R\$ 3 milhões, cada um, para apontar entre emendas impositivas. “É uma conta difícil porque ainda temos uma máquina pública com alto custo, mas os

deputados farão o possível para colaborar com a execução de um orçamento que seja o melhor para atender às necessidades da população em 2022”, explica Tomba Farias.

Ventos a favor

PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO ÀS ENERGIAS RENOVÁVEIS,
DEPUTADO GEORGE SOARES APOIA O SEGMENTO COMO FONTE DE RENDA PARA O RN

*Novas tecnologias
de produção de
energia estão
promovendo
uma mudança
na paisagem e
na economia do
Estado*



De acordo com a Constituição Federal, em seus artigos 21, 22 e 175, a competência para legislar sobre energia é privativa do Governo Federal. No entanto, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte tem se dedicado ao fortalecimento do crescimento da matriz energética, notadamente no tocante às ener-

gias renováveis, segmento em que o Estado ocupa hoje a primeira posição no Brasil.

Em 21 de fevereiro de 2017 era promulgada a Lei nº 10.163, de autoria do deputado George Soares (PL), instituindo no RN a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis (GDER).

Antes disso, ainda em 2016, o parlamentar já manifestava a sua preocupação com algumas questões relacionadas à atividade, dentre elas as possíveis perdas na arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a venda de energia excedente para outros Estados.



Hoje presidindo a Frente Parlamentar de Apoio às Energias Renováveis na Assembleia Legislativa, o deputado segue cobrando respostas aos questionamentos anteriores. Em documento encaminhado à Secretaria de Tributação do Estado, o parlamentar destaca dados importantes que confirmam as quedas de receita sofridas pelo RN, decorrentes da falha no sistema de repartição de receitas públicas estabelecida pela Constituição Federal.

Tais números foram registrados em um artigo do professor de direito ambiental Rafael Coelho, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e membro do grupo de pesquisa Direito e Regulação dos Recursos Naturais e da Energia, publicado na edição 103 da Revista de Direito Ambiental (julho a setembro de 2021) da editora Revista dos Tribunais, sob o título: “As Modernas Fontes de Energias Renováveis e o Desenvolvimento Regional do Nordeste Brasileiro: a questão das receitas públicas”.

De fato, dados informados pela Secretaria de Tributação mostram os valores anuais da remessa de energia elétrica produzida por

usinas geradoras de energia eólica e solar para outros Estados: em 2013 (R\$ 985.674,42); 2014 (R\$ 21.297.930,79); e 2015 (R\$ 70.958.024,81). Já em relação ao ICMS que seria arrecadado pelo Rio grande do Norte caso as operações não fossem imunes, seriam de: R\$118.280,92 (2013); R\$ 2.555.751,69 (2014); e R\$ 8.514.962,98 (2015).

“Nosso mandato sempre apoiou a produção de energias renováveis como fonte de renda e de desenvolvimento para o Estado. E nós que somos do Nordeste, com muito sol e ventos, somos privilegiados. Somos autossuficientes e temos condições de expandir muito mais. Por isso, criamos a Frente Parlamentar para colaborar nessa área, na Assembleia Legislativa, com apoio de todos os deputados. Apesar de ser uma legislação federal, temos que acompanhar de perto as ações realizadas nesse setor dentro Rio Grande do Norte”, afirma o deputado George.

BACIA DOS VENTOS

De acordo com o Boletim Trimestral da Fonte Eólica, somente no primeiro trimestre de 2021 seis novos parques eólicos entraram em

operação, representando um crescimento de 6% na potência instalada do Estado. Também houve incremento de 9% no número de empreendimentos em construção.

Há uma explicação dos especialistas no assunto para o potencial de produção no solo potiguar, que é a localização geográfica do Rio Grande do Norte, que se encontra na “esquina do continente”, no caminho do fenômeno denominado de Bacia dos Ventos. São ventos estabilizados e não rajadas, que sopram na costa do Estado.

Atualmente, o RN conta com 67 parques eólicos, responsáveis pela produção comercial de 1,79 gigawatts de energia. No Brasil apenas 3,5% da energia produzida vem da força dos ventos, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica. De acordo com o Centro de Estratégia em recursos Naturais e Energia (CERNE), o Rio Grande do Norte conta com 156 usinas em operação, 16 em construção e outros 51 projetos contratados.

Os parques empregaram 35 mil pessoas desde a sua instalação e movimentam uma cadeia produtiva vinculada à produção principal em

diferentes municípios potiguares. São 193 empreendimentos em operação que geram 5,5 GW, com mais de 20 empresas instaladas no Estado. O maior número de parques eólicos em funcionamento está no município de Serra do Mel, na região Oeste, representando 12,24%. Em segundo lugar está João Câmara, com 9,86%, e é lá que está a maior concentração de aerogeradores por metro quadrado.

As novas tecnologias de produção de energia estão promovendo uma mudança na paisagem e na economia do Estado. No entanto, a questão da tributação ainda tem muito a ser discutida. “Na minha opinião, deveríamos lutar para as arrecadações serem para o estado-produtor e não para o estado-consumidor. Vamos unir forças junto à nossa bancada federal por essa alteração que há de favorecer muito os municípios potiguares”, assevera o deputado George Soares.

FORTALECENDO *a Advocacia Legislativa*

LEIS DA PROTEÇÃO DE DADOS, REFORMA DA PREVIDÊNCIA E CPIS FORAM ALGUNS ASSUNTOS ABORDADO

Encontro aconteceu no final do mês de outubro, como forma de atualizar os profissionais da área e legisladores - estaduais e municipais



A reforma da previdência e proteção de dados foram dois dos temas abordados no III Encontro de Procuradores e Advogados dos Legislativos do Rio Grande do Norte, realizado no auditório Luiza Cantova do Instituto Federal de Educação Tecnológica-IFRN, Campus da cidade de Apodi, região Oeste do Estado. Numa promoção da Procuradoria-Geral da Assembleia e da Escola do Legislativo, o encontro aconteceu no final do mês outubro, como forma de atualizar os

profissionais da área e legisladores - estaduais e municipais.

Coordenado pelo procurador-geral da ALRN, Sérgio Freire, o simpósio teve como objetivo fortalecer a Advocacia Pública Legislativa, uma vez que tanto o Advogado Público estadual, quanto o municipal, necessitam de independência, principalmente para poder defender adequadamente os propósitos e prerrogativas do Legislativo, de forma mais direta e objetiva.

A primeira palestra, “Implicações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Poder Público”, foi ministrada pelos assessores da Procuradoria-Geral, Lucas Sampaio e Alberto Quirino. A Lei foi sancionada para aumentar a responsabilidade de órgãos que trabalham com informações pessoais como forma de evitar perdas, abusos ou uso de dados para fins que não são autorizados.

“A LGPD vem para regular também o uso de dados pessoais do



marketing político, impactando diretamente na estruturação de campanhas eleitorais. Uma informação que trago bem nova. Houve denúncias contra a chapa de Bolsonaro e do general Mourão, mas não foram apresentadas provas suficientes para a ação prosperar. O ministro do Supremo Tribunal, Alexandre de Moraes, passou o recado que se isso acontecer de novo em eleição, vai ser cassado o registro”, afirmou na ocasião o conferencista Alberto.

O expositor Lucas Sampaio analisou as implicações relacionadas com o Poder Legislativo. “A atividade parlamentar exige o tratamento de dados pessoais no âmbito dos gabinetes parlamentares, e que, por força das prerrogativas constitucionais, fogem do âmbito da regulação”, disse. Ele também abordou a importância da Assembleia, enquanto órgão público, de estar demonstrando como a Lei Geral de Proteção de Dados está sendo aplicada nas Casas de Leis – o Senado, a Câmara dos Deputados, outras Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais. “Expus como seria a responsabilização dos órgãos públicos e dos servidores em casos de descumprimento do que determina a Lei e a importância de se adequar aos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”, afirmou durante o encontro.

Coube ao assessor da Procuradoria-Geral da ALRN, Antônio de

Souza, abordar o tema “A Nova Previdência e Suas Reformas”, explicando as mudanças nas regras de aposentadoria. A reforma fixa a idade mínima para homens em 65 anos, mas, para mulheres, passa dos atuais 60 para 62 anos – ambos para trabalhadores urbanos.

“Fizemos uma análise das reformas previdenciárias desde a Emenda Constitucional Federal de 03/93 até a Emenda Constitucional Federal 103/2019, levando-se em conta a Emenda Constitucional Estadual 20/2020. A finalidade foi analisar as regras transitórias e de transição, assim como o respeito ao direito adquirido ao longo do tempo. O objetivo é qualificar os assessores na análise da concessão de aposentadoria e pensão”, registrou o assessor na oportunidade.

Palestra abordou os aspectos práticos das Comissões de Inquérito

No segundo e último dia do III Encontro de Procuradores e Advogados dos Poderes Legislativos do Rio Grande do Norte, o tema da conferência foi “Aspectos Práticos das Comissões de Inquérito Legislativas”, abordado pelo assessor da Procuradoria-Geral da ALRN, advogado Renato Guerra.

Na exposição, ele abordou os principais segmentos de uma comissão dessa natureza, tanto na Assembleia Legislativa - CPI, como nas Câmaras Municipais de Vereadores - Comissão Especial de Investigação (CEI).

Renato disse que esses trabalhos representam uma função típica do Poder Legislativo, que é o de fiscalizar. Uma fiscalização com teor de contribuição para dar uma resposta à sociedade. “As Comissões Parlamentares de Inquérito são prerrogativas constitucionais de fiscalização do Legislativo. No contexto atual, essas comissões devem atuar de maneira colaborativa e próxima do que espera a sociedade”, disse Guerra.

Ele exemplificou que a Comissão Parlamentar da Covid-19, da Assembleia Legislativa, está investigando 12 processos, e é desenvolvida dentro do que estabelece a Constituição Federal, respeitando o princípio da ampla defesa e contraditório.

No desenvolvimento da palestra, o assessor fez referência aos principais segmentos de uma CPI, como as oitivas de investigação com direito ao silêncio e acompanhamento de advogado; o não comparecimento; a obrigatoriedade da convocação e a importância da pauta dos trabalhos e das atas. Renato também esclareceu que os chefes dos poderes não podem ser convocados, assim como numa CEI um município não pode convocar autoridades de outros municípios.

Logo após a palestra, houve um Fórum de Debates sobre as Práticas da Advocacia, coordenado pelo procurador-geral da Assembleia Legislativa, Sérgio Freire, com palavra aberta aos participantes. O procurador destacou

que é necessária a ampliação do diálogo, que começou com a realização desses encontros, com a discussão sobre de que forma o legislativo estadual pode ajudar as Câmaras Municipais.

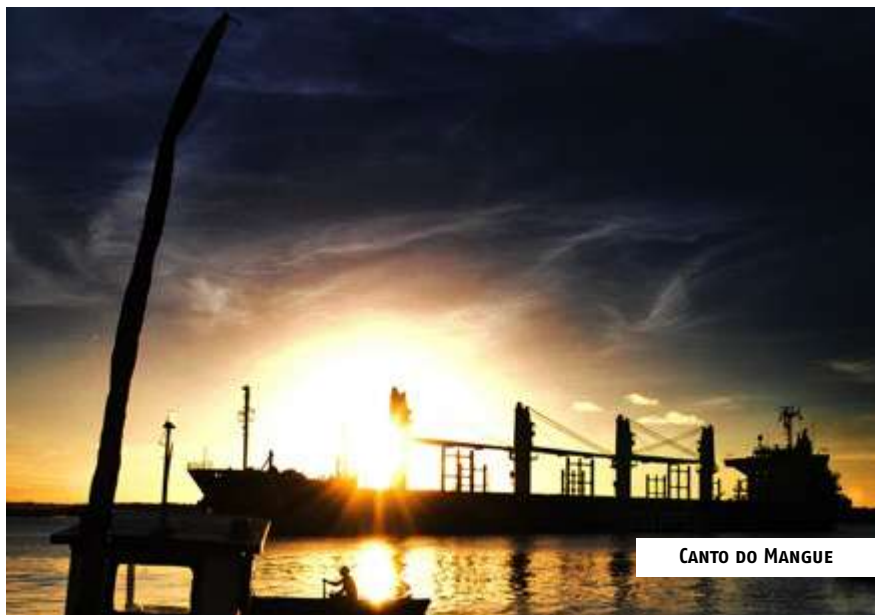
O controlador da Câmara Municipal de Severiano Melo, Elano Gomes, disse que um problema grave da maioria das Câmaras é o regimento interno atrasado. “A Lei Orgânica de vários municípios também nunca recebeu sequer uma emenda. O fortalecimento do Legislativo é a maior ação que a Assembleia está fazendo”, destacou.

O advogado Aldo Araújo disse que já passou da hora de as Câmaras revisarem os seus documentos, ratificando que os regimentos e as Leis Orgânicas estão quase todas defasadas. “Vinte e cinco emendas constitucionais são referentes aos municípios”, explicou.

O presidente da Câmara de Janduís, Artur Barbosa, pontuou que os profissionais “têm trabalhado mais respondendo ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público do que administrando a Câmara. Esses órgãos deviam antes detectar qualquer erro técnico para que fosse corrigido e não aplicar multas exorbitantes”.

RN em fotos

NATAL





PREFEITURA



PRAÇA 7 DE SETEMBRO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



1ª IGREJA PRESBITERIANA DE NATAL



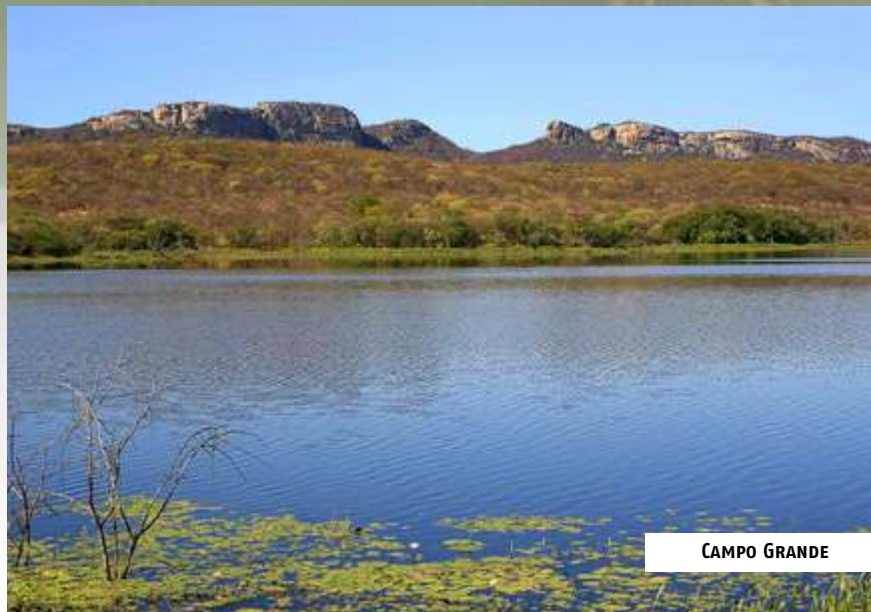
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO



PALÁCIO DA CULTURA

RN em fotos

INTERIOR





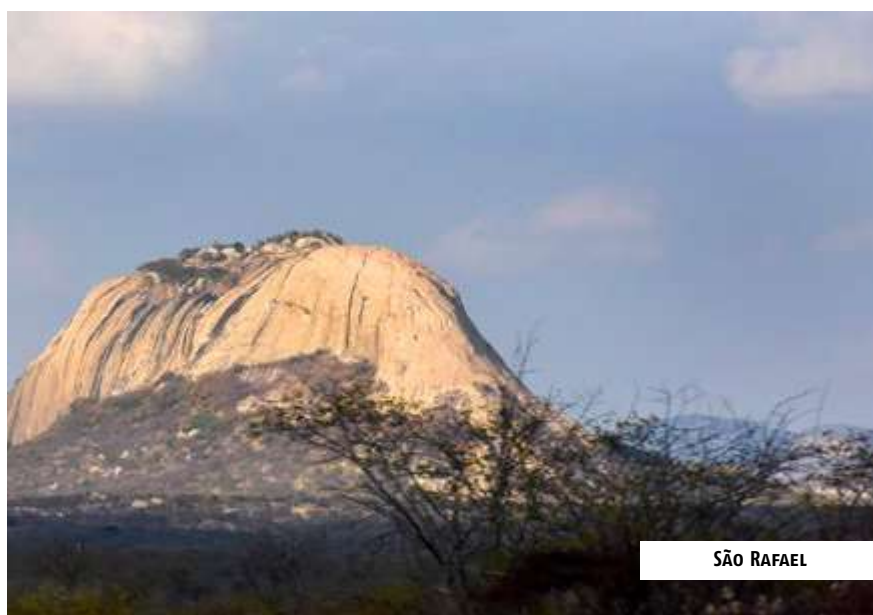
JUCURUTU



PARELHAS



ANGICOS



SÃO RAFAEL



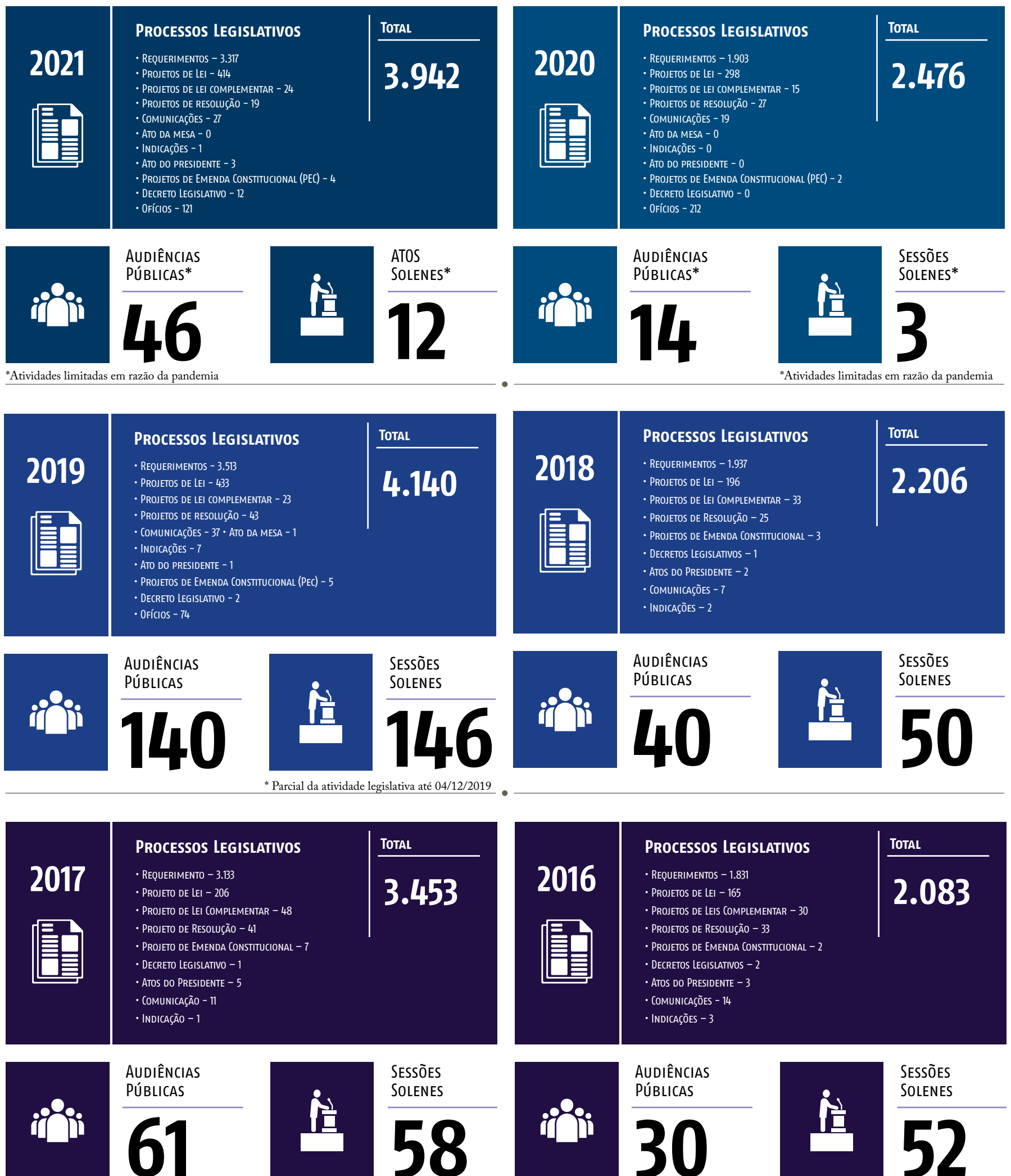
SERRA DE SÃO BENTO



PATU

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

62ª LEGISLATURA



*Atividades limitadas em razão da pandemia

*Atividades limitadas em razão da pandemia

* Parcial da atividade legislativa até 04/12/2019

SERVIÇOS LEGISLATIVOS

ESCOLA DA ASSEMBLEIA

A ESCOLA DA ASSEMBLEIA **OFERECE CURSOS DE GESTÃO A SERVIDORES PÚBLICOS,** APERFEIÇOANDO SUA FORMAÇÃO ALÉM DE ATIVIDADES ABERTAS À COMUNIDADE, COMO CURSOS DE IDIOMAS. A ESCOLA DA ASSEMBLEIA FUNCIONA NA RUA ASSU, Nº 426.
TEL: 3232.1001

SETOR DE SAÚDE

SERVIÇO HUMANIZADO, COM O FOCO NO BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA. SÃO ENFERMEIROS, DENTISTAS, FARMACÊUTICOS, NUTRICIONISTA, FONOAUDIÓLOGOS, PSICÓLOGOS, FISIOTERAPEUTAS, EDUCADORES FÍSICOS, ASSISTENTES SOCIAIS, TÉCNICOS EM SAÚDE BUCAL.
TEL: 3232.6964

PROCON LEGISLATIVO

INTEGRA O SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ALÉM DE DEFENDER A ECONOMIA POPULAR, **REALIZA UM TRABALHO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO PARA OS CONSUMIDORES E AS EMPRESAS.**

O PROCON LEGISLATIVO FUNCIONA NA RUA JUNDIAÍ, Nº 481.
TEL: 3615.9000

ASSEMBLEIA E VOCÊ

PROJETO DO LEGISLATIVO ESTADUAL QUE LEVA ATENDIMENTOS E AÇÕES GRATUITAS NAS ÁREAS SOCIAIS, DE EDUCAÇÃO, CULTURAL, SAÚDE E CIDADANIA PARA TODAS AS REGIÕES DO ESTADO. ATUA DE FORMA INTINERANTE DEMOCRATIZANDO OS SERVIÇOS DA CASA LEGISLATIVA E BENEFICIANDO TAMBÉM A POPULAÇÃO DO INTERIOR DO RN.
TEL: 3232.2694

MEMORIAL LEGISLATIVO

REÚNE DOCUMENTOS, FOTOGRAFIAS E OUTROS ITENS DE **RELEVÂNCIA HISTÓRICA,** CONPONDO UM ACERVO USADO NOS TRABALHOS DA CASA E QUE, SE ENCONTRA DISPONÍVEL PARA PESQUISADORES, ESTUDANTES E O PÚBLICO EM GERAL. INSTALADO NA SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVO, NA CIDADE ALTA.
TEL: 3232.5961

ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PROCURADORIA JUDICIÁRIA

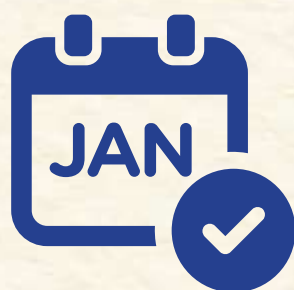
A ALRN OFERECE GRATUITAMENTE ASSISTÊNCIA JURÍDICA À POPULAÇÃO. O ATENDIMENTO É VIA ENCAMINHAMENTO PELO SERVIÇO SOCIAL DA CASA E VOLTADO AO DIREITO DA FAMÍLIA COM ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA OUTROS SETORES DA JUSTIÇA.
TEL: 3232.2869

A PROCURADORIA JUDICIÁRIA EXERCE A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL NOS PROCESSOS EM QUE INTERAGE.
TEL: 3611.1871



LINHA DO TEMPO

ASSEMBLEIA 2021



07/01 – SUBTENENTE ELIABE É EMPOSSADO DEPUTADO ESTADUAL NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

25/01 – ESCOLA DA ASSEMBLEIA RETOMA AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS NO INTERIOR DO ESTADO



02/02 – MENSAGEM DA GOVERNADORA MARCA ABERTURA DO ANO LEGISLATIVO NA ASSEMBLEIA

03/02 – VERSÃO IMPRESSA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ALRN É ENTREGUE NOS GABINETES PARLAMENTARES

11/02 – ESCOLA DA ASSEMBLEIA ENTREGA CERTIFICADOS AOS CONCLUINTE DAS PÓS-GRADUAÇÕES

12/02 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E PREFEITURA DE MOSSORÓ FIRMAM PARCERIA PARA USO DE TECNOLOGIA

26/02 – ALRN DISPONIBILIZA CANAL PARA PEDIDOS DE RENOVAÇÃO DE CALAMIDADE EM MUNICÍPIOS



04/03 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PASSA POR DESINFECÇÃO PARA CONTER AVANÇO DA PANDEMIA

09/03 – ALRN LANÇA CONSTITUIÇÃO EM FORMATO DE LIVRO IMPRESSO E DIGITAL

17/03 – JACÓ JÁCOME ASSUME MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL

29/03 – FRENTE PARLAMENTAR DA ALRN INICIA CAMPANHA “APOIE PESSOAS IDOSAS”



16/04 – ENTRAVES DO SETOR ENERGÉTICO DEBATIDOS NA ASSEMBLEIA SÃO LEVADOS AO MINISTÉRIO

19/04 – COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO Foca NOS MACRODESAFIOS DA ALRN ATÉ 2023

20/04 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DEBATE VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS NO RN

26/04 – LEI DO DEPUTADO UBALDO FERNANDES, QUE PREVÊ TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO DE VACINAÇÃO, É SANCIONADA PELO GOVERNO DO ESTADO



06/05 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA LANÇA NOVO PORTAL COM FOCO NO INTERNAUTA

13/05 – SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA DA ALRN É DESTAQUE EM PORTAL INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA

18/05 – ALRN ENTREGA PREMIAÇÃO DO CONCURSO DE REDAÇÃO SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

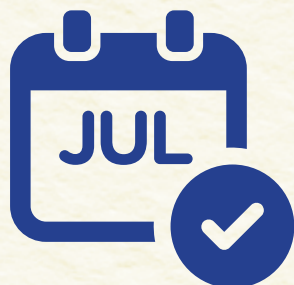
28/05 – DEPUTADOS DE FRENTE PARLAMENTAR DAS ÁGUAS VISITAM OBRAS DE INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO



11/06 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA LANÇA CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE

24/06 – PARLAMENTARES PARTICIPAM DE AGENDA DE BOLSONARO PARA LIBERAÇÃO DE OBRAS DO RAMAL APODI E ANÚNCIO DE INVESTIMENTO EM OITICA

30/06 – DEPUTADOS ANUNCIAM COMPOSIÇÃO DE CPI DA COVID NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



05/07 – ALRN ASSINA CONVÊNIO COM LEGISLATIVO DE SANTA CATARINA PARA CEDER TECNOLOGIA DESENVOLVIDA NO ESTADO

06/07 – CPI DA ARENA DAS DUNAS É RETOMADA E INDICA RELATORIA

09/07 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EFETIVA MAIS UMA FASE DE LICITAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE ANEXO

22/07 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA APROVA LDO PARA ORÇAMENTO DE 2022

26/07 – LEI DO PRESIDENTE EZEQUIEL TORNA RN O PRIMEIRO ESTADO DO PAÍS A REGULAMENTAR A ATIVIDADE OFF-ROAD



04/08 – TV ASSEMBLEIA ESTREIA SÉRIE ESPECIAL E DEPUTADAS FALAM SOBRE O AGOSTO LILÁS

05/08 – COMISSÃO ESPECIAL DA POLÍCIA PENAL É INSTALADA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

11/08 – COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO RN É HOMENAGEADA PELA ALRN

12/08 – TV ASSEMBLEIA INICIA TRANSMISSÃO DAS REUNIÕES DAS CPIS

19/08 – ESCOLA DA ASSEMBLEIA RETOMA AULAS PRESENCIAIS



22/09 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CRIA PERSONAGEM VIRTUAL “LEGIS” PARA APRESENTAR AÇÕES DA CASA

23/09 – ALRN PUBLICA AUTORIZAÇÃO PARA CONCURSO PÚBLICO COM 47 VAGAS

24/09 – DEPUTADOS APROVAM TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DA SEDE DO GOVERNO PARA MOSSORÓ

27/09 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DEBATE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O CÂNCER INFANTOJUVENIL



06/10 – DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA SE MODERNIZA COM NOVO PROJETO GRÁFICO

13/10 – COMISSÃO ENTREGA TERMO DE REFERÊNCIA PARA ESCOLHA DA BANCA QUE REALIZARÁ CONCURSO DA ALRN

19/10 – ALRN TEM PROJETOS CONCORRENDO NAS TRÊS CATEGORIAS DE PRÊMIOS NA 24ª CONFERÊNCIA DA UNALE

28/10 – III ENCONTRO DE PROCURADORES E ADVOGADOS DOS PODERES LEGISLATIVOS

29/10 – FRENTE PARLAMENTAR DAS ÁGUAS VISITA OBRAS DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NA PARAÍBA



09/11 – PORTAL DO SERVIDOR GANHA NOVAS FUNCIONALIDADES E LAYOUT

16/11 – MAMOGRAFIA: ASSEMBLEIA DO RN FAZ MUTIRÃO EM FRENTE À SEDE DO LEGISLATIVO

18/11 – ASSEMBLEIA RETOMA FEIRA DE ARTESANATO COM ESTANDES NA FRENTE DA CASA LEGISLATIVA

24/11 – SERVIDORES DA ALRN SÃO RECONDUZIDOS A CARGOS NA NOVA DIRETORIA DA ASTRAL

26/11 – ALRN É BICAMPEÃ NO PRÊMIO UNALE ASSEMBLEIA CIDADÃ COM E-LEGIS



16/12 – VOTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

VAMOS JUNTOS LEGISLAR



**A ALRN ainda mais
perto de você.**



Já conhece o Legis? Ele chega para trazer ainda mais abrangência na divulgação do trabalho dos 24 deputados do RN. Com o foco na sociedade e no livre acesso à informação, as leis e as ações da ALRN estão ao alcance de todos. Vamos juntos legislar?

Acompanhe pela internet:

- al.rn.leg.br
-    @assembleiarn
- TV Assembleia canal 10.3
- eLegis sistema legislativo



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

SERVIDORES QUE *fazem* A ASSEMBLEIA



DILVAN
AUDITÓRIO



SANDRA DIAS E WASHINGTON FONTES
COMISSÕES



THIAGO ROGÉRIO E FLAVIANA RÉGIO
LICITAÇÃO



FLORIPES JÁCOME E PAULO CAVALCANTI
COMITÊ



AMANDA ALVES E CONCEIÇÃO NUNES
NAPP



GEGÊ
NAPP



RENATA CAMPUS, ROSELIE PAIVA, ILANY MACIEL
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



LUCIANA CARDOSO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



CLÁUDIA VERAS E CLEO VIEIRA
PROCURADORIA



GERLANE LIMA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO



ISABELLA MOURA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



GRÁCIA MIRANDA
DIRETORIA LEGISLATIVA



DULCINÉA BRANDÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



VINICIUS MARQUES
DIRETORIA LEGISLATIVA



LEANDRO MENESES E LUCIANO LIRA
ESCOLA DA ASSEMBLEIA



ALCINDO LISBOA
DIVISÃO DE PROJETOS SOCIAIS E SOCIOCULTURAIS



THIAGO LEOCÁDIO E DANUSA ALVARENGA
ENGENHARIA



FRANCISCO IAGO
ARQUIVO



ANDRÉ GALVÃO
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS



ANA GUIOMAR FERNANDES
PROTOCOLO



GIUSEPPE ROSADO
MANUTENÇÃO



JOSÉ WESLEY
QUALIDADE DE VIDA



FRANCISCO CÍPRIANO E MARTHA ISABELLE
GESTÃO



VALDIR MEDEIROS
ASPOL



ALUÍSIO LACERDA
MEMORIAL



ÂNGELA PINHEIRO
SAÚDE



ARENILSON ANDRADE E JUDIBERTO OLIVEIRA
SEGURANÇA



KARINE OLIVEIRA E MARCELO VALLE
CEFOP



**MARCELO ESCOSSIA, SARON CANUTO
E ALCIVAN DE CASTRO**
TÉCNICOS DO PLENÁRIO



PAULO BEZERRA
TV ASSEMBLEIA



SIMONE LEAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



JOÃO BATISTA E ALEXANDRE CHAVES
TRANSPORTE



ANDIRA COSTA
CERIMONIAL



ANNA CAROLINE
CERIMONIAL



JULIANA MARINHO
CERIMONIAL



FLAVIO E WANDERLEY ALVES
COMPRAS



HELENA AÚREA
COPA



SOCORRO LUCAS E LUIZ BARRETO
COPA



ZILDA
COPA



MARIA GORETE DANTAS
TI



SAULO CANTALICE
TI



MARCELA SIMONETTI
PROCON



PEDRO CASCUDO, EDNA DINIZ E EDINALDO CORTEZ
DIAF

DEPUTADOS ESTADUAIS

62ª LEGISLATURA

(Fevereiro/2019 a fevereiro/2023)



ALBERT DICKSON

PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL (PROS)

“O ANO DE 2021 TEVE UM BALANÇO POSITIVO EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DO LEGISLATIVO ESTADUAL. MAIS UM ANO ATÍPICO EM FUNÇÃO DA PANDEMIA, NO ENTANTO, A ASSEMBLEIA TEM CUMPRIDO SEU PAPEL, APROVANDO E DISCUTINDO MATÉRIAS QUE POSSAM BENEFICIAR O POVO DO RIO GRANDE DO NORTE. NOSSO MANDATO TEM FEITO UM TRABALHO RELEVANTE NO CONTEXTO DA PANDEMIA. APRESENTAMOS PROJETOS, REQUERIMENTOS E OFÍCIOS QUE FORAM IMPORTANTES DURANTE TODO O PROCESSO E, COMO RECONHECIMENTO, NOSSA ATUAÇÃO RECEBEU MOÇÃO DE APLAUSOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE), EM FUNÇÃO DO TRABALHO COMO PARLAMENTAR E MÉDICO”.



CORONEL AZEVEDO

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC)

“INICIAMOS 2021 COM O TURISMO COMO TEMA PERMANENTE NAS COMISSÕES DA ALRN A PARTIR DE REQUERIMENTOS DE NOSSO MANDATO. ATUAMOS DE MANEIRA EFETIVA PARA A RETOMADA DO SETOR NO ESTADO E A LIBERAÇÃO DA TORCIDA PARA OS JOGOS ESPORTIVOS. APROVAMOS LEGISLAÇÕES COMO O RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS DE CLUBES COMO ESSENCIAIS E A PROIBIÇÃO DE NOMEAR PARA CARGOS COMISSIONADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CRIMINOSOS QUE TENHAM PRATICADO ALGUM CRIME CONTRA OPERADORES DE SEGURANÇA. TAMBÉM FOI POSTA EM PRÁTICA A APLICAÇÃO DE UM PROJETO QUE DIZ RESPEITO À TRANSPARÊNCIA DOS CONTRATOS EMERGENCIAIS”.



CRISTIANE DANTAS

SOLIDARIEDADE (SDD)

“PREZANDO PELO COMPROMISSO PÚBLICO DE ESTAR ALINHADA COM AS DEMANDAS DA POPULAÇÃO, EM 2021 PAUTEI O MANDATO NA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS OFERTADOS PELO ESTADO. NA SAÚDE, COBREI O PLENO ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM COVID-19, ASSIM COMO A RETOMADA DAS CIRURGIAS ELETIVAS. NA EDUCAÇÃO, FUI VEEMENTE NA COBRANÇA PELA ESTRUTURAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS, ALÉM DE OUTROS REQUERIMENTOS EM DIVERSAS ÁREAS. TIVEMOS UMA PRODUÇÃO LEGISLATIVA PUJANTE COM APRESENTAÇÃO DE MAIS DE 200 PROPOSTAS, ALÉM DE NOVE LEIS SANCIONADAS ATÉ OUTUBRO. EM 2022, REAFIRMO QUE O TRABALHO E O COMPROMISSO COM O RIO GRANDE DO NORTE PREVALECERÃO”.



DR. BERNARDO

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB)

“2021 COMEÇOU EM ESTADO DE ALERTA COM A PANDEMIA E NOS TROUXE OS DESAFIOS DE INTERROMPER PROJETOS EM ANDAMENTO PARA LIDAR COM O ESSENCIAL: SALVAR VIDAS. É PRERROGATIVA DA GESTÃO POLÍTICA ADMINISTRAR ADVERSIDADES E PRIORIZAR AÇÕES QUE TENHAM EFEITO IMEDIATO PARA A POPULAÇÃO EM MOMENTO DE CRISE. TRABALHAMOS EM TEMPO REAL, SESSÕES REMOTAS E HÍBRIDAS. ENFIM, AINDA ESTAMOS EM PERÍODO DE ADAPTAÇÕES E RETOMADA. O ANO FOI MAIS PRODUTIVO E COM A ESPERANÇA DA MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO VACINADA, TEREMOS UM FIM DE ANO MELHOR DO QUE O ÚLTIMO QUE VIVEMOS E UM 2022 DE MAIS PERSPECTIVAS DE RETOMADAS”.



EUDIANE MACEDO

REPUBLICANOS

“FOI UM ANO DESAFIADOR. SEGUIMOS NOS ADAPTANDO AO NOVO MODO DE VIVER IMPOSTO AO MUNDO EM RAZÃO DA PANDEMIA E FUI MÃE NOVAMENTE, TENDO QUE CONCILIAR ESSE MOMENTO ÍMPAR DA MINHA VIDA E A ATUAÇÃO PARLAMENTAR. DE FORMA RESPONSÁVEL, SEGUIMOS NOSSO TRABALHO TRAZENDO AO PLENÁRIO O DEBATE DE TEMAS IMPORTANTES COMO O PRÓ-TRANSPORTE DA ZONA NORTE DE NATAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O PROGRAMA PRÓ-MORADIA, APRESENTAMOS PROJETOS DE LEI IMPORTANTES COMO A AUTORIZAÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO FAZER CIRURGIA REPARADORA EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA DA MULHER DO RN”.



EZEQUIEL FERREIRA

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

“DE INÍCIO QUERO SAUDAR A TODOS OS 23 DEPUTADOS DA 62ª LEGISLATURA. ESTE FOI MAIS UM ANO DESAFIADOR EM VIRTUDE DA PERMANÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19. A VACINA CHEGOU. HÁ UMA RETOMADA DAS ATIVIDADES, ENCONTROS FAMILIARES E DA ECONOMIA. TEMOS GRANDES DESAFIOS NA EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA, RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. POR ISTO, O TRABALHO NÃO PODE PARAR. VAMOS JUNTOS RIO GRANDE DO NORTE”.



FRANCISCO DO PT

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

“O ANO DE 2021 ENTRARÁ PARA A HISTÓRIA COMO AQUELE QUE O NOSSO POVO ENFRENTOU E COMEÇOU A SUPERAR A MAIOR PANDEMIA DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SE COLOCOU À ALTURA DOS DESAFIOS E COLABOROU COM PROPOSIÇÕES SANITÁRIAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS QUE FORAM FUNDAMENTAIS PARA PROTEGER O POVO DO RIO GRANDE DO NORTE. EM PARTICULAR, TIVE A RESPONSABILIDADE REDOBRADA COM A HONROSA MISSÃO QUE RECEBI DE ASSUMIR A LIDERANÇA DO GOVERNO NA CASA, NUM ANO DESTA MAGNITUDE. SAÍMOS TODOS VENCEDORES”.



GALENO TORQUATO

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

“O ANO FOI MARCADO NOVAMENTE PELO CONVÍVIO COM A PANDEMIA DA COVID-19, COM OS TRABALHOS PARLAMENTARES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SENDO REALIZADOS DE MANEIRA HÍBRIDA, MAS MANTENDO O VOLUME E, SOBRETUDO, A QUALIDADE POR PARTE NÃO SÓ DOS DEPUTADOS, MAS TAMBÉM DE TODO O CORPO DE SERVIDORES DA CASA. MAIS UM ANO EM QUE SEGUIMOS DEFENDENDO O DESENVOLVIMENTO DO RN COM O FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS E DAS FRENTES PARLAMENTARES, A EXEMPLO DA FRENTE PARLAMENTAR DA ÁGUA, A QUAL SOU PRESIDENTE, REALIZANDO VISITAS E DEFENDENDO MEDIDAS QUE GARANTAM BENEFÍCIOS PARA OS POTIGUARES. O ANO DE 2021 TAMBÉM SE DESTACA PELA INSTALAÇÃO DA CPI DA COVID. OU SEJA, UM ANO DE MUITO TRABALHO SÉRIO E RESPONSÁVEL”.



GEORGE SOARES

PARTIDO LIBERAL (PL)

“MAIS UM ANO DESAFIADOR, CONVIVENDO COM A PANDEMIA, MAS NOSSO TRABALHO MANTEVE AS AÇÕES E INICIATIVAS ATIVAS. NOSSA LINHA DE MANTER UM MANDATO PARTICIPATIVO NAS NOSSAS BASES, DEMONSTRA A PRESENÇA E DEDICAÇÃO À POPULAÇÃO POTIGUAR. QUANDO ESTAMOS PERTO DA POPULAÇÃO, SURGEM SEMPRE DEMANDAS NECESSÁRIAS, COMO A QUE APRESENTAMOS E DESTACAMOS ESSE ANO, SOBRE A DIMINUIÇÃO NO TEMPO DE SERVIÇO DE SERVIDORES QUE CUIDAM DE PESSOAS COM AUTISMO, SEM QUALQUER ÔNUS NOS SEUS RECEBIMENTOS E BENEFÍCIOS. NOSSAS EMENDAS CONTINUAM DANDO UM FORTE SUPORTE ÀS PREFEITURAS E INSTITUIÇÕES QUE PROCURAM NOSSO MANDATO. UM ANO DE MUITAS LUTAS E CONQUISTAS PARA TODOS E QUE TIVEMOS QUE NOS REINVENTAR MAIS UMA VEZ”.



GETÚLIO RÊGO

DEMOCRATAS (DEM)

“MESMO ATRAVESSANDO UM PERÍODO ATÍPICO PARA TODA A SOCIEDADE, QUANDO PRECISAMOS READEQUAR PROJETOS E RECONSIDERAR ALGUMAS AÇÕES, CONSIDERO QUE CONSEGUIMOS LOGRAR ÊXITO QUANTO ÀS NOSSAS PRINCIPAIS DEMANDAS. PESSOALMENTE, ME EMPENHEI COMO PARTE INTEGRANTE PARA O ENCAMINHAMENTO DE QUESTÕES QUE HOJE ATINGEM DIRETAMENTE AO NOSSO POVO. A ATUAÇÃO PERMANENTE EM PROL DOS INTERESSES DA POPULAÇÃO, COM FOCO PRIORITÁRIO NA SAÚDE, PERMANECE COMO LINHA-MESTRA DA MINHA ATUAÇÃO NESTA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA”.



GUSTAVO CARVALHO

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

“DIANTE DE TODAS AS ADVERSIDADES QUE VIVEMOS DURANTE ESSES ÚLTIMOS ANOS, COM A PANDEMIA DO COVID-19, AGORA ESTAMOS VIVENDO UM NOVO TEMPO, CLARO QUE COM TODOS OS CUIDADOS NECESSÁRIOS PARA VOLTAR A COMPARTILHAR A VIDA COM QUEM AMAMOS. VOLTEI A ANDAR PELO RIO GRANDE DO NORTE MOSTRANDO QUE CONTINUAMOS LUTANDO PELOS MUNICÍPIOS DE FORMA CONSTANTE, PROCURANDO SEMPRE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE TODOS, EM DEFESA DA SAÚDE E DA TRANSPARÊNCIA DOS ATOS EXECUTADOS PELO GOVERNO DO ESTADO”.



HERMANO MORAIS

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

“A NOSSA PRODUÇÃO LEGISLATIVA AO LONGO DO ANO DE 2021 FOI PAUTADA PELO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 E PELA RETOMADA DA ECONOMIA. PROMOVEMOS DEBATES E APRESENTAMOS PROJETOS DE LEI E REQUERIMENTOS COM FOCO NA SEGURANÇA SANITÁRIA E NO FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES QUE MAIS GERAM OCUPAÇÃO E RENDA NO RN. O MANDATO FOI RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DE DEZ NOVAS LEGISLAÇÕES ESTADUAIS, PELO RESTABELECIMENTO DA FRENTE DE APOIO AO TURISMO E PELA DESTINAÇÃO DE EMENDAS QUE RESULTARAM EM OBRAS E AÇÕES POR TODO O ESTADO. ESTAMOS SEMPRE ATENTOS ÀS QUESTÕES SOCIAIS, SEM ABRIR MÃO, CLARO, DE PAUTAS DESENVOLVIMENTISTAS, ESSENCIAIS PARA UM RN MAIS PRÓSPERO E CAPAZ DE OFERECER MAIS OPORTUNIDADES AOS POTIGUARES”.



ISOLDA DANTAS

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

"COM NOSSO TRABALHO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, CONTRIBUÍMOS COM O GOVERNO DO ESTADO PARA TIRAR O RN DA SITUAÇÃO DRAMÁTICA QUE ESTAVA. INVESTIMOS NA SAÚDE, NA EDUCAÇÃO E NA CULTURA. GARANTIMOS MAIS PROTEÇÃO ÀS MULHERES, OPORTUNIDADES PARA A JUVENTUDE E DEFESA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES. SEJA ELABORANDO LEIS OU ARTICULANDO POLÍTICAS QUE MUDAM A VIDA DAS PESSOAS, NESSES MAIS DE MIL DIAS DE MUITA LUTA E TRABALHO PELO POVO POTIGUAR, COMEÇAMOS A VER A ESPERANÇA SE TORNAR REALIDADE NO RN".



JACÓ JÁCOME

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

"COMPLETAMOS NOVE MESES DE NOVO MANDATO. UMA NOVA HISTÓRIA ESCRITA COM A RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O POVO POTIGUAR. NESTA LEGISLATURA JÁ APRESENTAMOS PROJETOS COMO A CRIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM AUTISMO NO RN E OUTRO RELACIONADO À LUTA PELO PISO SALARIAL DOS ENFERMEIROS, ALÉM DE DESTINARMOS EMENDA PARA A SAÚDE, PARA INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS (ILPs) E PARA ASSOCIAÇÕES DE JOVENS E IDOSOS QUE FAZEM TRABALHO SOCIAL NAS COMUNIDADES. TAMBÉM REALIZAMOS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. NOSSO TRABALHO É CONSTRUÍDO EM CADA CANTO DO NOSSO ESTADO, COM AS PESSOAS E EM NOSSAS AÇÕES LEGISLATIVAS. VAMOS SEGUIR FAZENDO MAIS PELO NOSSO POVO".



JOSÉ DIAS

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

"A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ENCERRA O ANO DE 2021 CONSOLIDANDO COM FIRMEZA E HONRADEZ OS IDEAIS DEMOCRÁTICOS PRESENTES NAS VÁRIAS FASES DE SUA HISTÓRIA, INCLUINDO A ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL AINDA EM VIGOR, E À QUAL EMPRESTEI MINHA HUMILDE CONTRIBUIÇÃO, COMO O TENHO FEITO AO LONGO DE UMA SÉRIE CONTÍNUA DE MANDATOS INICIADA HÁ 35 ANOS. É COM ESSA EXPERIÊNCIA, ALIADA À DA CASA QUE SERVI E SIGO FIEL SERVIDOR, QUE POSSO AFIRMAR QUE OS PERCALÇOS ENFRENTADOS ESTE ANO VÊM, EM VERDADE, SE SOMAR, E NÃO SE CONTRAPOR AOS SUCESSOS QUE COMPARTILHAMOS COM O ESTADO E O POVO POTIGUAR".



KELPS LIMA

SOLIDARIEDADE (SDD)

"ESTE ANO FOI MARCADO PELA INSTALAÇÃO DAS CPIS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DURANTE MUITO TEMPO QUESTIONEI A CASA POR AGIR APENAS COMO UM SER CONTEMPLATIVO DAS AÇÕES DO GOVERNO, COMO SE FOSSE UM CARTÓRIO DE CHANCELA DE DECISÕES DOS GOVERNADORES E NÃO UM PODER AUTÔNOMO. O ANO DE 2021 MARCOU UMA RUPTURA DESSA ROTINA. A ASSEMBLEIA ASSUMIU UMA POSTURA MAIS INDEPENDENTE E ALTIMA EM RELAÇÃO AO GOVERNO, A PARTIR DA INSTALAÇÃO DA CPI DA COVID RN, RESTABELECENDO SEU PAPEL INSTITUCIONAL DE FISCALIZADOR DO EXECUTIVO".



KLEBER RODRIGUES

PARTIDO LIBERAL (PL)

"O ANO DE 2021 FOI DE ALTA PRODUÇÃO LEGISLATIVA, SOBRETUDO PORQUE CONSEGUIMOS CUMPRIR UMA PAUTA DA INCLUSÃO. EXEMPLO DISSO FOI A LEI QUE ESTENDEU AS HIPÓTESES DE AUSÊNCIA, INCLUSIVE CONCEDENDO O DIREITO A HORÁRIO ESPECIAL, AO SERVIDOR PÚBLICO COM DEFICIÊNCIA OU QUE TENHA CÔNJUGE, FILHO OU DEPENDENTE COM DEFICIÊNCIA DE QUALQUER NATUREZA, SEM NECESSIDADE DE EXIGÊNCIA DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO E PREJUÍZO DA REMUNERAÇÃO. A LEI QUE PRIORIZA VAGAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS PARA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MAIS PRÓXIMAS DE SUA CASA FOI OUTRA CONQUISTA. NA PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE UM MARCO FOI A LEI LUCAS SANTOS. O CAMINHO É LONGO, MAS O PERCURSO JÁ CUMPRIDO REPRESENTA AVANÇOS SIGNIFICATIVOS; NOSSO MANDATO ESTÁ A SERVIÇO DESSA CAUSA".



NELTER QUEIROZ

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB)

"ESTE ANO CONTINUOU SENDO REPLETO DE DESAFIOS PARA TODOS NÓS, POIS AINDA SOFREMOS EM VIRTUDE DA PANDEMIA DA COVID-19, DA SECA QUE CONTINUOU A NOS MALTRATAR E DA INSEGURANÇA QUE ASSOMBRA TODO O ESTADO. PARA 2022, SUGERIMOS QUE O GOVERNO DO ESTADO PROCURE VIABILIZAR UM GRANDE MUTIRÃO NA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE TODOS OS TIPOS. IGUALMENTE, EM PARCERIA COM OS GOVERNOS FEDERAL E MUNICIPAIS, É NECESSÁRIA A PERFURAÇÃO DE POÇOS EM TODAS AS REGIÕES DO RN. POR FIM, A SEGURANÇA PÚBLICA CLAMA PELO AUMENTO DO EFETIVO DE POLICIAIS MILITARES, PENAIS E CIVIS (AGENTES, ESCRIVÃS E DELEGADOS). ATENDENDO A ESTAS TRÊS FRENTES, OS NORTE-RIO-GRANDENSES PODERÃO RESPIRAR MAIS ALIVIADOS E TER UMA VIDA COM MAIS CIDADANIA".



RAIMUNDO FERNANDES

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

"2021 FOI DE INTENSO TRABALHO EM MEIO À PANDEMIA ENFRENTADA PELO MUNDO INTEIRO, PORÉM COM O AVANÇO DA VACINAÇÃO, PODEMOS VER O RIO GRANDE DO NORTE AVANÇAR A CADA DIA. NESTE ANO, PUDE ACOMPANHAR DE PERTO A LUTA DE DIVERSOS PREFEITOS PARA QUE AS MEDIDAS CONTRA A COVID FOSSEM EFICAZES, PROVA DISSO QUE NOSSO MANDATO PARLAMENTAR DESTINOU A VÁRIOS MUNICÍPIOS EMENDAS VOLTADAS PARA A SAÚDE PÚBLICA, PARA QUE CADA GESTOR MUNICIPAL TIVESSE RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS PARA CONTER A DOENÇA. EM 2022, IREMOS TRABALHAR SEMPRE A FAVOR DOS MUNICÍPIOS POTIGUARES, AFINAL NOSSO MANDATO SEMPRE FOI MUNICIPALISTA, TRABALHANDO A CADA DIA COM O POVO E PARA O POVO".



SOUZA

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

"A PANDEMIA ALTEROU, DE FATO, O EXERCÍCIO DA LEGISLATURA. FOMOS NOS ADAPTANDO A UM NOVO MODELO PARA SESSÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, REUNIÕES. MUDANÇAS NAS PRIORIDADES ORÇAMENTÁRIAS. DEDIQUEI-ME AOS TEMAS DA ECONOMIA, EM ESPECIAL AO QUE DEBATEMOS NAS FRENTES PARLAMENTARES DA PESCA E AGRICULTURA FAMILIAR, POIS ACOMPANHO COM MUITA PREOCUPAÇÃO O IMPACTO ECONÔMICO EM QUE VIVEMOS. A EXPECTATIVA PARA 2022 É DE ENCONTRARMOS AS RESPOSTAS AOS ANSEIOS DAS PESSOAS, QUE CLAMAM PELA GARANTIA DE DIREITOS E POR MAIS OPORTUNIDADES DE EMPREGO E RENDA".



SUBTENENTE ELIABE

SOLIDARIEDADE (SDD)

“NOSSO SEGUNDO ANO DE MANDATO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA É MARCADO POR MUITO TRABALHO E REFORÇO NO COMPROMISSO FIRMADO COM A POPULAÇÃO. APRESENTAMOS PROJETOS DE LEI E DESTINAMOS EMENDAS PARLAMENTARES PARA O COMBATE À COVID-19 EM MOSSORÓ E OUTROS MUNICÍPIOS POTIGUARES. MEU MANDATO FOI PROPOSITIVO, MANTIVEMOS A COERÊNCIA EM DEFESA DO SERVIDOR PÚBLICO, LUTAMOS POR MELHORIAS NA SEGURANÇA PÚBLICA, EDUCAÇÃO, EMPREGO E RENDA E TIVEMOS UM PAPEL FISCALIZADOR”.



TOMBA FARIAS

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

“APESAR DAS LIMITAÇÕES IMPOSTAS PELA PANDEMIA DA COVID-19, O NOSSO MANDATO E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DESENVOLVERAM UM RITMO DE TRABALHO MARCADO PELA RESOLUTIVIDADE DE AÇÕES. COMO DEPUTADO MUNICIPALISTA, FUI UMA VOZ CONSTANTE NO PLENÁRIO DA CASA, DENUNCIANDO OS PROBLEMAS EXISTENTES NO ESTADO. O PODER LEGISLATIVO INSTALOU DUAS IMPORTANTES CPI’S – ARENA DAS DUNAS E COVID. RESSALTO TAMBÉM A IMPORTÂNCIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA POLÍCIA PENAL, DA QUAL FUI PRESIDENTE. TAMBÉM FUI O AUTOR DA PEC QUE PERMITE QUE AS EMENDAS PARLAMENTARES SEJAM REPASSADAS DIRETAMENTE ÀS PREFEITURAS. ENFIM, 2021 ME PERMITIU, COMO PARLAMENTAR, FAZER O MEU TRABALHO DE SER PORTA-VOZ DOS ANSEIOS DO HOMEM DO CAMPO E DAS PARCELAS MENOS FAVORECIDAS”.



UBALDO FERNANDES

PARTIDO LIBERAL (PL)

“MESMO COM O ENFRENTAMENTO DE UMA PANDEMIA NUNCA VISTA NA HISTÓRIA E DO IMPACTO NEGATIVO EM TODAS AS ÁREAS, A CASA LEGISLATIVA TEVE UMA DE SUAS MAIORES PRODUTIVIDADES, MESMO EM MEIO AO CUMPRIMENTO DE PROTOCOLOS SANITÁRIOS DE SAÚDE. DEMOS IMPORTANTES CONTRIBUIÇÕES À SOCIEDADE, COM APROVAÇÃO DE PROJETOS DE LEI, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E CAMPANHAS EDUCATIVAS. NOSSO MANDATO TEVE RECORDE DE LEIS SANCIONADAS E TEMOS MUITO ORGULHO DE NOSSAS AÇÕES ESTAREM CHEGANDO PARA BENEFICIAR PRINCIPALMENTE OS CIDADÃOS QUE MAIS PRECISAM”.



VIVALDO COSTA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

“TEMOS CONSTRUÍDO UM MANDATO PAUTADO NOS INTERESSES DO POVO POTIGUAR. FORAM DIVERSOS OS REQUERIMENTOS, PROJETOS E AÇÕES QUE TIVEMOS A OPORTUNIDADE DE APRESENTAR NESTE 2021. DE FORMA HÍBRIDA, DEVIDO A PANDEMIA DA COVID-19, PARTICIPEI ATIVAMENTE DE TODAS AS SESSÕES DO LEGISLATIVO. DEFENDI O PEQUENO AGRICULTOR, O HOMEM DO CAMPO, NESTE PERÍODO DE ESTIAGEM. SEGUIMOS A LUTA POR UMA SAÚDE DIGNA DIANTE DA PANDEMIA. EM UM ANO DESAFIADOR, DESTACO A APROVAÇÃO DO PROJETO ‘À VIDA FALA MAIS ALTO’, QUE TRATA SOBRE A SAÚDE MENTAL. SIGO COM CORAGEM, LUTANDO POR UM RIO GRANDE DO NORTE MELHOR”.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

WWW.AL.RN.LEG.BR

f t i ASSEMBLEIARN

Cidadã

2ª EDIÇÃO 2021